

Universidade Federal do ABC

CECS – Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

Programa de Pós Graduação em Planejamento e Gestão do Território

OS CONFLITOS DA (FAVELA DA) PAZ:

**UMA EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO CONFLITUAL NO
CONTEXTO DOS MEGAEVENTOS EM SÃO PAULO**

Talita Anzei Gonsales

Santo André

Dezembro/2015

Universidade Federal do ABC

CECS – Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas - UFABC

Programa de Pós Graduação em Planejamento e Gestão do Território

TALITA ANZEI GONSALES

OS CONFLITOS DA (FAVELA DA) PAZ:
UMA EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO CONFLITUAL NO
CONTEXTO DOS MEGAEVENTOS EM SÃO PAULO

Dissertação de Mestrado

Santo André

Dezembro/2015

TALITA ANZEI GONSALES

OS CONFLITOS DA (FAVELA DA) PAZ:
UMA EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO CONFLITUAL NO
CONTEXTO DOS MEGAEVENTOS EM SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC como requisito para obtenção de título de Mestre em Planejamento e Gestão do Território

Área de concentração: Dinâmicas Territoriais

Orientação: Prof. Dr. Gerardo Alberto Silva

Coorientação: Prof. Dr. Francisco de Assis Comaru

Santo André

Dezembro/2015

Ficha Catalográfica

Gonsales, Talita Anzei

Os conflitos da (favela da) Paz: Uma experiência de planejamento conflitual no contexto dos megaeventos em São Paulo / Talita Anzei Gonsales – Universidade Federal do ABC, 2015.

179 fls.

Orientador: Gerardo Alberto Silva

Coorientador: Francisco de Assis Comaru

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, Santo André, 2015.

1. Planejamento conflitual. 2. Megaeventos. 3. Conflitos. I. Silva. Gerardo Alberto. II. Comaru, Francisco de Assis. III. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território.

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS OBSERVAÇÕES DA BANCA EXAINADORA

Este exemplar foi revisado e alterado em relação à versão original, de acordo com as observações levantadas pela banca examinadora no dia da defesa, sob responsabilidade única do autor e com anuência do seu orientador.

Santo André, ____ de _____ de 2015.

Talita Anzei Gonsales

Orientador: Gerardo Alberto Silva

FOLHA DE APROVAÇÃO

TALITA ANZEI GONSALES

**OS CONFLITOS DA (FAVELA DA) PAZ:
UMA EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO CONFLITUAL NO CONTEXTO DOS
MEGAEVENTOS EM SÃO PAULO**

Santo André, 02 de dezembro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Karina de Oliveira Leitão - FAUUSP

Prof. Dr. Ricardo Moretti – UFABC

Orientação: Prof. Dr. Gerardo Alberto Silva

Coorientação: Francisco de Assis Comaru

À todas e todos aqueles que lutam pela construção de uma cidade mais justa.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento é sempre para Deus que me proporcionou a oportunidade de cruzar com pessoas incríveis durante a minha caminhada.

Gostaria de agradecer também à Universidade Federal do ABC e ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território que me deu a chance de realizar esta pesquisa.

Agradeço à orientação do professor Gerardo Silva, que fez com que eu olhasse sob outros pontos de vista os impactos da Copa da FIFA e que me apoiou desde o início em todas as minhas decisões.

Agradeço imensamente ao professor Francisco de Assis Comaru que, para além da orientação acadêmica, orienta para a vida, como amigo e companheiro de luta. Que mesmo com seus milhares de compromissos sempre reservou tempo, paciência e amizade para orientar-me. À ele devo grande parte do meu desenvolvimento enquanto militante e pesquisadora. Obrigada.

Aos professores Ricardo Moretti e Karina Leitão que aceitaram participar de banca trazendo olhares importantes sobre a pesquisa. À Karina que também me ajudou a construir as referências bibliográficas da pesquisa.

Este trabalho só foi possível por conta da minha vivência no Comitê Popular da Copa de São Paulo, espaço no qual passei por grandes experiências de construção coletiva, de autonomia, de empoderamento, de aprendizagem, de vida. Obrigada pelas horas de reuniões buscando construir a horizontalidade, por estarmos lado à lado compartilhando sorrisos e olhares fortalecedores e por nunca me deixarem sentir medo nos momentos de violência pelos quais passamos juntos. Estes anos estarão sempre em minha memória com muito carinho. Obrigada à todas e todos que caminharam lado à lado numa bela experiência de luta. À Juliana Machado, que tanto me ensinou como

militante e como pesquisadora e com quem dividi diversas angústias. À Ana Marília, à Vanessa, ao Zé, ao Mandioca, ao Geílson, à Bernarda, à Elza, à Celina, ao Grupo Teatral Parlandas, à Patrícia, à Tabata, à Marina, à Priscila, Mateus, Giva, Regina, Larissa, Sérgio, ao Manuel, às ocupações Mauá, Marconi, Margarida Maria Alves e Carolina Maria de Jesus. Pra todas e todos que me ensinaram que “Em SP, só o amor não basta”.

Aos moradores da Vila da Paz, que sempre me receberam extremamente bem, que confiaram em mim, e que autorizaram que eu participasse de momentos ao lado deles, com quem tanto pude aprender. Obrigada Washington, Drancy, André, Diana, Sandro e todas as outras pessoas que resistiram bravamente à todas as tentativas de remoção que essa comunidade passou. É imensurável o quanto pude aprender com vocês. Dedico este trabalho à vocês.

Ao Dito e Nelson, com quem tive e ainda tenho o prazer de conviver e de aprender tanto sobre luta e generosidade. Total respeito e admiração por essas duas figuras que todos nós deveríamos ter o prazer de conviver. Obrigada.

Ao Rafael, meu companheiro de vida, que me apoiou em todos os momentos, me deu forças quando eu quis jogar tudo para o alto, que me ajudou na construção da pesquisa, que me acompanhou sempre que possível estando ao meu lado seja pra buscar uma rota de fuga, seja pra colocar a mão na massa aos finais de semana, quando ele poderia estar fazendo qualquer outra coisa que não fosse me acompanhar em meus compromissos. Obrigada por me mostrar que apesar das responsabilidades, a vida deve ser leve, ser feliz e vivida ao lado daqueles que nos fazem bem. À você, todo o meu amor.

À Delana que, nos últimos minutos aceitou ler o trabalho, não há palavras pra agradecer sua doçura. Ao Rodrigo que dividiu angústias comigo, me aconselhou e que também aceitou ler o trabalho nos últimos momentos.

À minha família, meu pai e meus irmãos, que sempre estiveram ao meu lado me proporcionando todas as condições necessárias para a realização da pesquisa com tranquilidade, mesmo discordando de algumas coisas. Principalmente à minha mãe, que sempre fez de tudo para que eu pudesse fazer o que achava que tinha que fazer. Obrigada por entender, por apoiar, por todos os cafés nas madrugadas, pelas orações e me desculpe por todas as aflições, mãe.

À minha vó, meu grande exemplo de mulher, guerreira convicta, que sempre ensinou a importância de lutar pelo que se acredita, apesar dos pesares. À ela devo todos os meus genes subversivos.

Às amigas e amigos que me apoiaram em todos os momentos, e que me desculparam e entenderam todas as minhas ausências. À Cinthya, à Natália, à Anita, à Talita, à Carol à Marina, à Bia, ao Otávio, à Vivi e à Carol. E as meninas que me ajudaram com tantos 'abstracts' nesses dois anos e meio.

À toda equipe do Observatório de Remoções com quem aprendo diariamente: Chico, Carol Pinho, Luciana, Fernanda, Tamires, Bruno, Ibis, Raquel, Karina, Delana, Carol Sacconi, Stella e Gabriel. Obrigada também por me apoiarem nos últimos momentos da dissertação.

“Eu semeio vento na minha cidade
Vou pra rua e bebo a tempestade.”

Chico Buarque

RESUMO

A Vila da Paz, localizada próxima ao estádio que acolheu os jogos da Copa 2014 em São Paulo, tornou-se objeto de remoção tendo como justificativa a construção do Parque Linear Rio Verde. Por outro lado, após as diversas ameaças de remoção, foi possível verificar a instauração de um processo de mobilização e resistência por parte da comunidade e de outros atores que interviram no processo. A comunidade foi removida parcialmente, respeitando-se as diretrizes exigidas pelos moradores, porém a maioria das famílias ainda encontra-se no local. O objetivo deste trabalho é discorrer sobre os conflitos instaurados acerca desta questão, bem como o processo de mobilização e resistência por meio de alternativas populares, como a construção do Plano Popular Alternativo de Urbanização da Comunidade da Paz, que teve uma grande importância no processo de resistência. Apresentada a história e caracterização da comunidade, buscou-se analisá-la enquanto uma experiência de planejamento em contexto de conflitos. É importante salientar que esse processo se deu no contexto da preparação da cidade para acolher um megaevento e, portanto, numa conjuntura de tendências internacionais da reprodução das cidades, que tem como uma de suas principais marcas o “empresariamento urbano”, e que não necessariamente irá considerar as especificidades das áreas nas quais estes grandes projetos serão implementados.

Palavras-chave: Planejamento conflitual, megaeventos, conflitos.

ABSTRACT

The "Vila da Paz" (Village of Peace), located in Sao Paulo near the stadium that hosted the 2014 FIFA World Cup, became removal object to justify the construction of the "Parque Linear Rio Verde" (Green River Linear Park). On the other hand, after several threats of removal, began a process of mobilization and resistance from the community and from other actors who intervened in the process. The community was partially removed, respecting the guidelines required by the residents, but most of the families still on the location. The objective of this work is to discuss the conflicts about this case, as the mobilization process and resistance through popular alternatives, such as the construction of the "Community of Peace Alternative Urbanization Plan", which was very important in the process of resistance. After the introduction of the community history and characteristics, it was analysed as a planning experience in the conflict context. It's important to rebound that this process occurred in the context of the city's preparation to host a mega event and therefore in an environment of international trends to reproduce the cities which has one of its main brands "urban entrepreneurship" and not necessarily will consider the specific characteristics of the areas where these large projects will be implemented.

Key-words: Insurgent Planning, megaevents, conflicts.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1: Favelas ameaçadas de remoção num primeiro momento..... | 40 |
| Figura 2: Registro de uma das atividades da Mostra pela Paz. | 50 |
| Figura 3: Comunidades ameaçadas de remoção e as OUC..... | 63 |
| Figura 4: Disponibilidade de empregos no setor privado em 2013. | 68 |
| Figura 5: Taxa de crescimento populacional entre 2000 e 2010..... | 69 |
| Figura 6: Distribuição de favelas em São Paulo..... | 72 |
| Figura 7: Número de unidades habitacionais verticais lançadas entre 1992 – 2012. | 76 |
| Figura 8: Perímetro da OUC Rio Verde..... | 78 |
| Figura 9: Perímetro de incentivo ao desenvolvimento da região Jacu-Pêssego. | 81 |
| Figura 10: Áreas verdes do município (existentes e planejadas)..... | 83 |
| Figura 11: Parque Linear Rio Verde (área existente e planejada). | 84 |
| Figura 12: Perímetro do Parque Linear Rio Verde..... | 85 |
| Figura 13: Vista da Comunidade da Paz..... | 90 |
| Figura 14: Comunidades que serão removidas por conta do parque..... | 92 |
| Figura 15: Faixa etária dos moradores..... | 94 |
| Figura 16: População economicamente ativa..... | 95 |
| Figura 17: Condição construtiva de casas da Vila da Paz. | 97 |
| Figura 18: Tempo de Moradia..... | 98 |
| Figura 19: Distribuição da renda média mensal por domicílio. | 100 |
| Figura 20: Porcentagem de domicílios que possui mulheres como chefes de família. | 101 |
| Figura 21: Porcentagem de domicílios atendidos pela rede de abastecimento de água. | 102 |
| Figura 22: Porcentagem de domicílios atendidos pela rede de abastecimento de energia..... | 103 |

| | |
|---|-----|
| Figura 23: Porcentagem de domicílios atendidos pela rede de abastecimento de esgoto. | 105 |
| Figura 24: Levantamento de equipamentos públicos. | 108 |
| Figura 25: Ocupação da área em 2001 e em 2006. | 113 |
| Figura 26: O córrego Rio Verde | 127 |
| Figura 27: Setorização da Vila da Paz | 131 |
| Figura 28: Demarcação da comunidade da Vila da Paz como ZEIS 1 e área planejada para implantação de parque. | 136 |
| Figura 29: Cenário atual da Vila da Paz | 141 |
| Figura 30: Proposta de intervenção do Plano Popular Alternativo..... | 142 |
| Figura 31: Proposta final do Plano Popular Alternativo..... | 143 |
| Figura 32: Foto aérea da Vila da Paz após a remoção parcial. | 151 |
| Figura 33: Parque Linear e o estádio..... | 158 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: População recenseada e taxa de crescimento populacional..... | 66 |
| Tabela 2: Dados demográficos da Subprefeitura de Itaquera..... | 67 |
| Tabela 3: Déficit habitacional por substituição em 2009..... | 70 |
| Tabela 4: Domicílios por assentamentos precários em São Paulo..... | 71 |
| Tabela 5: Classificação dos assentamentos por tipo de inadequação fundiária ou urbanística..... | 73 |
| Tabela 6: Domicílios por tipo de assentamento precário e por região administrativa..... | 74 |
| Tabela 7: Número de domicílios por tipo de assentamento precário na região leste..... | 75 |

LISTA DE SIGLAS

AMA – Atendimento Médico Ambulatorial
ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa
APEOESP – Sindicato dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo
CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
Cohab – Companhia Metropolitana de Habitação
COI – Comitê Olímpico Internacional
CPC-SP – Comitê Popular da Copa de São Paulo
CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRAS – Centro de Referência e Assistência Social
ETEC – Escola Técnica Estadual
FATEC – Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo
FBDH – Fundo Brasil de Direitos Humanos
FIFA – Federation International Football Association
FPS – Fórum Popular da Saúde
GT – Grupo de trabalho
Habisp – Sistema de Informações para habitação social na cidade de São Paulo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU – Imposto predial e territorial urbano
MCMV – Minha Casa, Minha Vida
MPL – Movimento Passe Livre
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONU – Organização das Nações Unidas
OUC – Operação Urbana Consorciada
PDE – Plano Diretor Estratégico
PL – Projeto de Lei
PMH – Plano Municipal de Habitação
PMSP – Prefeitura do Município de São Paulo
PUC – Pontifícia Universidade Católica

SABESP – Companhia de Saneamento Básico

Sehab – Secretaria Municipal de Habitação

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SVMA – Secretaria do Verde e Meio Ambiente

UBS – Unidade Básica de Saúde

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

Sumário

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 19 |
| CAPÍTULO 1 – A CIDADE DOS MEGAEVENTOS | 23 |
| 1.1 Uma breve história dos megaeventos esportivos..... | 27 |
| 1.2 A cidade, o mercado e os megaeventos | 30 |
| 1.3 Resistências e a questão do conflito | 35 |
| 1.4 O Comitê Popular da Copa de São Paulo | 39 |
| CAPÍTULO 2 – SÃO PAULO | 60 |
| 2.1 Um breve olhar sobre São Paulo..... | 65 |
| 2.2 A OUC Rio Verde - Jacu e o Plano Diretor Estratégico: Dinâmicas Territoriais | 77 |
| CAPÍTULO 3 - A VILA DA PAZ | 89 |
| 3.1 Características socioeconômicas e a questão da vulnerabilidade | 93 |
| 3.2 Histórico da comunidade | 111 |
| 3.3 O processo de construção do Plano Popular de Urbanização da Vila da Paz (2012 – 2013)..... | 137 |
| 3.4 O processo de remoção | 146 |
| CAPÍTULO 4 – OS CONFLITOS DA PAZ E A EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO NO CONTEXTO DE CONFLITOS | 153 |
| 4.1 A relação da remoção com questões ambientais | 154 |
| 4.2 O planejamento em contexto de conflito | 159 |
| 4.3 O “legado” da Vila da Paz..... | 166 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 169 |
| REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 174 |

INTRODUÇÃO

Em outubro de 2007¹ a FIFA escolheu o Brasil como país que sediaria a Copa de 2014, e, com a finalidade de preparar o país estruturalmente para receber este megaevento esportivo, deu-se início a uma série de intervenções em diversos campos de atuação nas cidades que sediaram o evento. Para que tudo isso acontecesse, houve a aplicação de aproximadamente R\$ 26 bilhões de reais² – provenientes de fontes públicas para um evento que, provavelmente, foi acessível a poucos brasileiros, devido aos altos valores cobrados pelos ingressos, e que teve duração de quase trinta dias.

Num primeiro momento ocorreram inúmeras festas com o intuito de comemorar o acontecimento, porém durante as chamadas “Jornadas de Junho” de 2013, as pautas relacionadas aos impactos da Copa e aos altos investimentos públicos na preparação das cidades-sede para o recebimento deste evento tomaram grandes proporções nas ruas e chamaram a atenção de diversos setores da sociedade, fazendo com que a opinião pública se dividisse diante deste assunto.

Em São Paulo alguns movimentos sociais começaram a questionar a Copa e seus impactos para a cidade, essa discussão teve um momento importante na 3ª Jornada pela Moradia Digna, que tinha como temática a questão dos grandes projetos urbanos e megaeventos esportivos, sendo que, um dos encaminhamentos desse encontro fosse a formação de um espaço de debate e de articulação de movimentos, coletivos, pesquisadores, militantes (entre outros atores). Essa articulação resultou na formação do Comitê Popular da Copa de São Paulo.³

¹ Disponível em <http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/Campeonatos/0,,MUL163196-9790,00-OFICIAL+A+COPA+DO+MUNDO+E+NOSSA.html> (Acessado em 10/06/2014)

²Dados do Governo Federal disponível em <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/balanco-do-governo-federal-detalha-investimentos-e-estagio-das-obras-para-copa> (acessado em 24/01/2013) pautado em dados consolidados em novembro de 2012.

³ Quem Somos – Comitê Popular da Copa – SP <https://comitepopularsp.wordpress.com/o-comite/quem-somos/> Acessado em julho de 2015

Este espaço possuía, num primeiro momento, uma forte atuação dos movimentos de moradia paulistanos o que fez com que o grupo apresentasse um enfoque sobre a questão da habitação e das remoções forçadas, ocasionada pelas obras da Copa.

Em São Paulo, a arena que sediou a Copa, incluindo sua cerimônia de abertura foi o estádio do Sport Clube Corinthians Paulista, localizado em Itaquera, zona leste da capital paulista. Próximo ao estádio, cerca de 800 metros de distância, localiza-se também a Vila da Paz, uma comunidade que até então abrigava cerca de 380 famílias. Com a Copa deu-se a retomada de um histórico de tentativas de remoção da área ocupada pela comunidade, agora oficialmente justificada pela construção do Parque Linear Rio Verde, córrego que atravessa a comunidade.

Neste contexto de chegada da Copa e ameaça de uma remoção iminente, houve também um processo de mobilização das famílias para resistirem à possibilidade de remoção. Esse processo se fortaleceu e agregou diversos outros atores o que gerou a construção do Plano Popular Alternativo de Urbanização da Favela da Paz, que apresentava uma alternativa à solução do município, que referia-se a remoção completa da comunidade.

No final do ano de 2012 surge o interesse em produzir uma dissertação que discutisse a questão dos megaeventos em São Paulo, principalmente no que diz respeito à questão das remoções forçadas que já estavam acontecendo na cidade.

É importante explicitar que grande parte do interesse por esta temática é justificado pela minha atuação junto ao Comitê Popular da Copa de São Paulo, grupo que acompanhei desde os últimos meses do ano de 2011 até o início de 2015, momento em que este espaço de articulação encerrou as suas atividades. A minha atuação dentro do grupo se deu no âmbito da militância, apesar de conhecida a posição de mestranda que eu viria a assumir em junho de 2013, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC.

Desde então algumas providências foram tomadas para que as posturas de pesquisadora e militante não causassem prejuízos entre si, ainda que fosse bastante difícil de dissociá-las, optou-se por não separar essas duas atividades, mas conciliá-las,

de maneira que tanto a luta quanto a pesquisa avançassem conjuntamente, com os cuidados metodológicos necessários (em ambos os momentos) para garantir o rigor e a qualidade da pesquisa. Por outro lado, a ação militante permitiu o contato constante e atualizado com os mais variados atores que construíam o debate acerca das remoções associadas à Copa e à Vila da Paz, garantindo o acesso à informações, relatos, vivências, notícias, entre outros instrumentos que não seriam acessados se não fosse pelo intenso processo da militância durante esse tempo.

Consideradas essas condições e contradições optou-se por utilizar a metodologia da 'pesquisa-ação', caracterizada pela participação direta do pesquisador em uma ação, na qual pesquisador e outros integrantes de um determinado coletivo estejam coexistindo através da cooperação e participação mútua. Esta atuação requer, "a definição de vários elementos: um agente (ou ator), um objeto sobre o qual se aplica a ação, um evento ou ato, um objetivo, um ou vários meios, um campo ou domínio delimitado". A pesquisa - ação se caracteriza também pelo engajamento e compromisso do pesquisador com a transformação social por meio do seu envolvimento num conflito ou processo social, cultural ou político e no uso adequado dos resultados para as comunidades e causas em questão (THIOLLENT, 1996)

O autor também coloca que esta metodologia tem como base os dados empíricos conseguidos através da participação direta do pesquisador em grupos intermediários entre os níveis micro e macrossociais, correspondendo a uma faixa com uma grande diversidade de grupos e coletivos. A metodologia não tem como objetivo beneficiar a base empírica em detrimento da teoria, porém espera-se que as ações de observação representem um aspecto de riqueza de significados para a pesquisa.

Thiollent (1996) e Tripp (2005) também explicitam os limites da pesquisa-ação expondo a necessidade de critérios para garantir a cientificidade da pesquisa, questionando o papel do pesquisador constantemente. Além disso, ambos colocam o uso indevido do ciclo de pesquisa – ação, como por exemplo, o não reconhecimento prévio do contexto ou o planejamento inadequado para gerar uma suposta melhoria, como as principais justificativas do fracasso de projetos que se utilizam desta metodologia.

Uma fonte de informação bastante utilizada na pesquisa, além do contato com os moradores, foi a realização de um 'clipping' de notícias relacionadas à Copa e a Vila da Paz. A busca por notícias foi iniciada em 2011, com término em 2015. Este tipo de fonte (baseado principalmente em sites de notícias variados) foi escolhido por se tratar de um assunto bastante atual e dinâmico, sendo que a imprensa (tradicional e alternativa) apresentou algumas notícias antes mesmo que a comunidade soubesse de determinadas informações.

Sendo assim, um dos objetivos desta pesquisa é discutir sobre os diversos interesses que convergem na área da Vila da Paz, os conflitos decorrentes e o posterior cenário de mobilização e resistência das famílias que culminou na construção do Plano Popular Alternativo de Urbanização da Favela da Paz, questionando esta experiência enquanto um instrumento do 'planejamento em contexto de conflito'.

Por se tratar de uma questão dinâmica e em desenvolvimento se fez necessária a delimitação de um intervalo de tempo para a discussão, no qual optou-se por abranger mais especificamente do ano de 2011 até o ano de 2015, momento em que a minha presença na Vila da Paz se dava com uma frequência regular, podendo acompanhar e participar das mudanças, estratégias e problemáticas. Porém é importante salientar que a Vila da Paz se estabeleceu no ano de 1991 e que já havia um histórico de resistência em relação aos processos de remoção involuntária, fatos que serão relatados com mais cuidado posteriormente.

A história da comunidade também transpassa o tempo da pesquisa, sendo que o intervalo de tempo discutido aqui se encerra com a ocorrência das primeiras remoções, em julho de 2015. Ainda assim a maioria das famílias ainda estão na comunidade.

CAPÍTULO 1 – A CIDADE DOS MEGAEVENTOS

Diversos autores já trataram sobre a questão dos megaeventos esportivos e suas mais variadas análises. Nesse capítulo o objetivo é trazer alguns pontos sobre esta discussão.

A partir de seus estudos, Harvey (1996) afirma que o “empresariamento urbano” tem como característica geral a realização de parcerias público-privadas com concepções especulativas. Uma das estratégias utilizadas neste tipo de ação, são as práticas de ‘marketing’ urbano, que consiste na promoção de uma imagem de uma cidade segura para investir, consumir e visitar.

Um dos objetivos do empresariamento é o aumento da competição entre as cidades, com base na valorização do espaço e na *‘elevação da qualidade do meio urbano’*, e dessa maneira atrair outros investimentos (entendido aqui como o capital transnacional). Neste contexto, a realização de festivais, eventos culturais, bem como de megaeventos esportivos se tornam foco de investimentos para a chamada renovação urbana, que podem se apresentar enquanto símbolo de uma cidade competitiva para a lógica do desenvolvimento espacial de uma cidade para o mercado. (HARVEY, 1996)

Vainer (2013, p. 37) mostra que há uma relação muito forte entre a realização de megaeventos esportivos, o capital transnacional e a produção de cidades a partir da utilização de técnicas do planejamento estratégico. O modelo foi difundido a partir da ação de agências multilaterais, como o Bird e o Habitat, e também por consultorias internacionais, principalmente escritórios catalães que se utilizam do exemplo de Barcelona. Se baseia em conceitos do planejamento empresarial, defendendo que as cidades estão sujeitas às mesmas condições, desafios e problemas que as empresas. Entendendo a cidade e seus territórios enquanto uma mercadoria, a discussão em relação à competitividade aparece como um ‘ponto chave’ no debate sobre a produção das cidades do ponto de vista do planejamento estratégico. (VAINER, 2013, p. 76)

Por outro lado este modelo de gestão torna as cidades objeto de interesses empresariais, imobiliários, e no caso dos megaeventos esportivos, estes interesses

tomam proporções internacionais, incluindo agências como a FIFA, grandes corporações associadas ao mercado imobiliário como a Odebrecht, que muitas vezes podem desconsiderar os interesses daqueles socialmente excluídos. Segundo Maricato (2008), dentro do campo do planejamento urbano há inúmeros interesses em jogo, e a produção do espaço é resultado também da interação destes atores.

A partir da frase “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”, Francisco de Oliveira sintetiza o trabalho da Ermínia Maricato que discorre sobre o grande abismo entre os conceitos que até então norteavam o planejamento urbano no Brasil e a realidade encontrada nos municípios e bairros, explicitando o fato de que as intervenções propostas pelo urbanismo brasileiro, conceituado por Maricato (2000) como “*planejamento e regulação urbanística*”, não considera a realidade das cidades brasileiras. Dessa maneira a autora mostra que, apesar das leis estarem sendo feitas para todos os indivíduos da cidade, estas se aplicam para apenas uma parte da população, o que significa aumentar as desigualdades e privilégios já existentes desde o início do processo de formação das cidades brasileiras. Nessa mesma linha de pensamento, Harvey (1996) apresenta a ideia de que a organização do espaço é resultado de diversas forças advindas dos mais distintos atores sociais, resultando em um processo tão conflituoso quanto a densidade social de um determinado espaço.

Vainer (2013, p. 95) discute sobre a importância de negar a política e evitar conflitos na cidade que adota o planejamento estratégico urbano, a fim de assegurar a estabilidade necessária para que as condições de produtividade e competitividade (tidas como essenciais para esse modelo) sejam garantidas. Porém, a não compreensão dos conflitos urbanos invisibiliza a compreensão da cidade, suas desigualdades e seus atores, assim como os diversos interesses que estão postos.

Harvey (2013) também entende os conflitos urbanos como manifestações saudáveis de vitalidade da cidade e de produção do espaço, que não deveriam ser reprimidos e/ou controlados.

O Brasil já sediou um megaevento esportivo, que não possui a mesma visibilidade e importância que a Copa, mas que mostrou algumas consequências práticas que interferem na dinâmica territorial das cidades-sede, como foi o caso dos

Jogos Pan-Americanos de 2007. Naquela ocasião, foi constatado que a diretriz dos investimentos feitos na cidade estavam ligados a lógica do empresariamento urbano e, portanto, aos interesses de elites locais e do capital internacional, ocasionando uma apropriação de recursos públicos por empresas privadas, majoritariamente representantes do ramo imobiliário e de construção civil, quando a população, que deveria ser a maior utilizadora deste 'legado', raramente pôde usufruir dos equipamentos esportivos que se encontram fechados ou que foram concedidos para o uso de empresas privadas, deixando em foco o seu caráter especulativo. (MASCARENHAS, 2007)

Diante do cenário exposto pela experiência brasileira ao sediar os Jogos Pan-Americanos, é possível reforçar a hipótese de Maricato (2000) de que as 'regras' não se aplicam a todos, o que faz com que as disparidades aumentem. Ou seja, as diretrizes das dinâmicas territoriais propostas para a cidade como um todo apresentam implementações variadas de acordo com os interesses de diferentes setores da economia, fazendo com que a maior parte da população, e, portanto, a parcela menos abastada, possua menor acesso ao suposto legado dos megaeventos esportivos.

Assim os megaeventos esportivos trazem consigo uma possibilidade de requalificação urbana, ou seja, um momento em que investimentos resultantes na maioria das vezes de parcerias público-privadas sejam direcionados para alguns setores urbanos como o transporte. Porém, segundo levantamentos de movimentos sociais ligados ao tema, o que de fato acontece é uma 'limpeza social' nas cidades, reforçando ainda mais a formação de espaços beneficiados destinados a uma população detentora de maior renda. (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2013)

Uma outra questão atrelada às 'cidades dos megaeventos' são os novos arranjos institucionais e judiciários que permitem a flexibilização da cidade, que deveria ser temporária, mas acaba se tornando regra predominante. Oliveira (2013) mostra uma série de legislações e debates que trazem esta questão à tona, como o Regime Diferenciado de Contratação (Lei nº 12.462/2011), que trata e altera termos sobre a contratação de obras públicas relacionadas aos eventos específicos; a Lei Geral da

Copa (Lei nº 12.663/2012) e o Ato Olímpico (Lei nº 12.035/2009), que legislam especificamente sobre a Copa e as Olimpíadas, questões como a imigração, o pagamento de impostos, as exclusividades comerciais, entre outros. A lei para o Endividamento dos Municípios (Lei nº 12.348/2010) coloca medidas de controle para o espaço público e apresenta vantagens para aquisição e utilização de bens públicos. Dessa maneira vão sendo criadas instâncias e arcabouço jurídico e institucional para o atendimento dos interesses de instituições como a FIFA, o COI e seus parceiros comerciais.

Outro projeto de Lei que está em debate no senado é o PL 728/2011, que tipifica o terrorismo e prevê penas de até 30 anos de reclusão para quem promover práticas relacionadas ao terrorismo, além de limitar o direito de greve de categorias entendidas como ‘estratégicas’ ou de ‘especial interesse social’. A não aprovação desta lei foi colocada como um dos pontos não negociáveis dos movimentos que foram às ruas nas chamadas “Jornadas de Junho”, porém está sendo novamente debatida pelo Congresso.

Segundo Vainer (2011, p. 6) a evolução recente da legislação urbanística propõem a flexibilização da legislação existente e, comumente, representam uma exceção temporária à regra, que pode vir a se tornar a própria regra. Nas palavras de Vainer: *“A lei veio legalizar o desrespeito à lei; ou melhor, veio legalizar, autorizar e consolidar a prática da exceção legal. A exceção como regra.”*

Agamben (2004) entende o ‘Estado de Exceção’ como um *“estado de emergência permanente”*, mesmo que ele não seja de fato declarado, legitimando as medidas excepcionais e transformando o que era *“uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo”*. Ou seja, transformando a exceção em regra.

Os megaeventos trazem esse caráter emergencial para a implantação de projetos que permitam a cidade se adequar para o recebimento destes eventos e a criação de novos arranjos jurídicos. É parte importante da implantação de uma ‘cidade de exceção’, conforme conceituada por Vainer (2011), uma cidade emergencial e flexível.

Para o autor “Os megaeventos realizam de maneira plena e intensa, a cidade da exceção. Nesta cidade, tudo passa ao largo dos mecanismos formais-institucionais. Onde foi aprovado o Plano Olímpico? Não se sabe nem mesmo onde e por quem foi formulado.” Caracterizando um regime no qual as instituições continuam a exercer seus papéis, porém a forma com que as cidades são geridas reproduzem mecanismos de exceção.

Vale lembrar que a lei Geral da Copa é fruto de um acordo direto (e assumido⁴) entre o governo brasileiro e a FIFA, no qual o governo deveria atender uma série de exigências, que tinham como objetivo atender os padrões de organização desta entidade, como parte fundamental para que o país pudesse sediar o evento.

Uma das estratégias para a preservação do estado de exceção permanente é que as contradições não sejam visibilizadas, mas que também permaneçam naturalizadas, muitas vezes sendo tratadas de forma pontual, descontextualizadas. Dando destaque apenas aos resultados que se pretenda conseguir com essas ações. (MAIOR, 2014)

1.1 Uma breve história dos megaeventos esportivos

Nesta seção será discutido brevemente sobre o histórico das realizações de megaeventos tomando como marco principal a realização das Olimpíadas de Los Angeles em 1984, enquanto símbolo da introdução de práticas neoliberais no campo do desenvolvimento urbano em um contexto de megaeventos esportivos e da consequente entrada dos setores empresariais nos comitês organizadores, conferindo aos megaeventos uma função essencial no desenvolvimento urbano, baseado no artigo de Mascarenhas (2011).

Em seu artigo, Mascarenhas (2011) toma como ponto de partida o caráter reestruturador que tem como princípio alavancar a dinâmica urbana, redefinindo a imagem das cidades-sede a partir de obras suntuosas para milhares de espectadores

⁴ Notícia UOL. “Lula assina carta de garantias da Fifa” http://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/lula-assina-carta-de-garantias-da-fifa_1346.html Acessado em 09/09/2015

em todo o mundo, dado o tamanho alcance destes megaeventos esportivos. O autor apresenta que os primeiros Jogos Olímpicos não apresentaram grandes mudanças na cidade justificado pela baixa adesão ao evento e por certo amadorismo, mas que já apresentavam algumas intenções em relação à suposta adequação do espaço urbano.

Muñoz (1996) também tratou de dados históricos relativos principalmente aos Jogos Olímpicos e mostra que em 1932 a primeira Vila Olímpica foi construída em Los Angeles com a finalidade de alavancar a economia da cidade, que havia sido fortemente abalada pela crise de 1929. A partir de então a construção de uma vila olímpica começou a se tornar requisito básico para a realização dos Jogos e começa a um aumento na adesão ao evento pela população e pelos governantes.

Mascarenhas (2011) mostra que, neste momento, devido a implementação do Estado de bem-estar social que se consolidava na Europa, a preocupação com a questão social caminhava ao lado da preparação das cidades-sede dos Jogos, incluindo em alguns casos a construção de projetos habitacionais populares, a inclusão de áreas periféricas e não urbanizadas, levando toda a infraestrutura de transporte para estas áreas.

Segundo Rolnik (2009), a partir dos anos 70 a ligação entre os processos de transformação urbana e a organização de megaeventos se tornou mais forte e evidente. Já a partir dos anos 80 o Comitê Olímpico começa a incluir aos poucos o setor empresarial na organização dos Jogos, o que começou a insuflar práticas de planejamento estratégico no desenvolvimento urbano.

O crescimento de práticas neoliberais contextualizava o aumento do poder do setor privado, enfraquecendo os interesses sociais, fazendo do esporte uma porta de entrada para o setor privado e para o fortalecimento da mercantilização dos megaeventos esportivos. Os Jogos Olímpicos de 1984, realizado em Los Angeles, é tido como marco no processo de mercantilização dos Jogos Olímpicos e outros megaeventos esportivos, apresentando a forte atuação do setor empresarial na renovação urbana baseado na realização de parcerias público-privadas e na forte atuação do mercado imobiliário. (MASCARENHAS, 2011)

Durante a década de 90 essas práticas se fortaleceram e consolidaram, tendo seu ápice em Barcelona, 1992, quando além da reestruturação urbana, os megaeventos também tinham como objetivo a reconstrução e a venda da imagem da cidade, através de um modelo arquitetônico e urbanístico inovador. Neste momento a preocupação em destinar as vilas olímpicas para habitação popular deu lugar à destinação das unidades habitacionais à classe média, por sua vez, começaram a se concretizar em áreas bem localizadas, o que representa uma importante mudança na política urbana. (ROLNIK, 2009 e MASCARENHAS 2011)

Desde então Barcelona começa a aparecer enquanto um exemplo a ser seguido, um exemplo de renovação urbana e sua expertise começa a circular enquanto um modelo que possa ser exportado e que possa servir para as outras cidades, sendo completamente exportado para as candidaturas do Rio de Janeiro, por exemplo, porém sem que se discuta suas limitações, ideologias e fragilidades, ocultando muitas vezes os diversos interesses privados. (SÁNCHEZ, 2010)

De acordo com Vainer (2013), o planejamento estratégico vem sendo difundido mundialmente através de consultores catalães, na maioria das vezes, se utilizando do suposto sucesso de Barcelona 92 e propondo que, assim como uma empresa atraente e exitosa, a cidade deve ser gerida visando o lucro, imprimindo uma imagem de cidade que deve caber em todas as outras, ou seja, um mesmo tipo de cidade, independente das especificidades.

Segundo Mascarenhas (2011), a próxima edição dos Jogos, ocorrida na cidade de Atlanta em 1996, continuou a reforçar a reestruturação urbana através da parceria público-privada, promovendo uma profunda 'revitalização' urbana na área central. Outra consequência desta edição dos Jogos foi a inclusão do que o autor chama de '*apologia à efemeridade*', devido as instalações temporárias que tiveram um alto custo aos cofres públicos. Aqui cabe, ainda que rapidamente, questionar para quem essa 'revitalização' serviria e o uso deste termo, que tem como premissa a transformação de determinado espaço, dando novos valores e usos para determinada área.

Ao continuar a construção desta 'linha do tempo' sobre os Jogos Olímpicos da era moderna, o autor também mostra que algumas novidades pontuais surgiram em

relação aos próximos jogos, mas que sempre convergiam em dois aspectos: a mercantilização do esporte e a utilização do planejamento estratégico nas cidades, usando a cidade enquanto forma de entrada para o setor privado. Em Sidney 2000, por exemplo, foi introduzido o discurso da preocupação ecológica, devido à pressão exercida por ativistas do Greenpeace, e em Atenas, 2004, o gasto público foi muito grande, sendo que diversos especialistas questionam a relação dos Jogos com a forte crise econômica que ocorreu no país anos depois.

Apresentada esta proposta de linha do tempo dos megaeventos esportivos é possível questionar a grande aproximação entre a realização destes eventos e a maneira que eles incidem e modificam o espaço urbano, como foi possível notar, esta é uma relação que vem se alterando com o passar do tempo.

1.2 A cidade, o mercado e os megaeventos

Como é possível perceber na seção anterior, a relação entre o planejamento urbano, mercado (ou capital) e os megaeventos se tornou bastante próxima a partir da década de 70. Uma das razões foi o aumento da prática neoliberal que começa a ascender neste momento.

Muitos dos autores que divulgam a prática do planejamento estratégico, comumente associados às empresas de consultorias catalãs, entendem que o papel dos governos locais é basicamente vender a cidade (BORJA & FORN, 1996), e a partir daí é possível começar a entender o porquê desta relação tão íntima entre megaeventos, produção das cidades e capital transnacional.

Segundo Vainer (2013) um dos modelos que vem se difundindo através de estratégias de marketing pela ação muitas vezes estruturada pelas agências multilaterais como o Bird e a Habitat é o planejamento estratégico, que tem como uma de suas principais características a utilização de um planejamento empresarial que flexibilize as agendas para que se faça possível a competitividade interurbana. Em grande parte, esta estratégia está atrelada a utilização do caso de Barcelona como um exemplo, sem que se questione os revezes acerca deste assunto. Diversas cidades na

América Latina estão contratando consultores catalães ou se utilizando de seus exemplos para basear intervenções urbanas.

Ou seja, a cidade é pensada enquanto uma mercadoria, na qual seus consumidores possam escolher onde investir, consumir e viver a partir de uma lógica na qual a localização é parte estratégica no processo decisivo do consumidor. Dessa maneira, surgem práticas de marketing urbano que irão agir nesse mercado competitivo de localizações. A cidade também é pensada como uma empresa em constante competição com outras cidades e daí surgem as estratégias de flexibilização e desburocratização que muitas vezes se dá a partir da negação da política dos processos participativos. E, por último, a cidade é colocada como um objeto de 'patriotismo urbano' que, mais uma vez, não dá espaço para que os conflitos urbanos sejam discutidos, a fim de promover a eficiência de uma cidade competitiva (VAINER, 2013).

Maricato (2014) chama de 'urbanismo de espetáculo' o processo que une os capitais internacionais especializados que, comumente, tem foco em ações de revitalização, reabilitação, requalificação (ou outros termos utilizados para qualificar a intervenção em um local 'deteriorado') e que, muitas vezes, se utilizam da realização de megaeventos esportivos, culturais ou tecnológicos, para colocar essas práticas em ação. Chama a atenção o caráter 'renovador' muito utilizado nessas iniciativas, como na região da Luz, em São Paulo, o Porto Maravilha, no Rio de Janeiro e o caso das docas de Londres.

Com o objetivo de implantar um modelo de cidade competitiva, grupos empresariais se apropriam da realização de megaeventos esportivos como um novo nicho de negócio. Oliveira (2012) mostra que o mesmo grupo de instituições privadas que prestam os serviços de consultoria, tanto em relação à campanha de candidatura de uma cidade-sede, quanto em relação ao plano urbanístico para receber um megaevento, esteve presente em todas as cidades-sede escolhidas para sediar um megaevento esportivo desde Sidney, em 2000, o que nos mostra que instituições privadas executam projetos extremamente semelhantes para as mais diversas cidades, desconsiderando as especificidades de cada uma e, portanto, fechando os olhos para

as necessidades da comunidade em questão. Além disso, um novo fluxo de capital associado aos megaeventos esportivos é aberto com a justificativa de padrões de qualidade que atendam às exigências dos comitês organizadores e também as empresas transnacionais patrocinadoras.

Dessa maneira, empresas como a Atos, que atua no ramo da tecnologia da informação e que esteve presente no plano de Barcelona em 1992, possui contrato fechado e exclusivo desde Atenas, em 2004, como parceira “oficial” e que além dos Jogos Olímpicos também vem atuando na Copa da FIFA, em todos os países escolhidos como sede desde 2006.

Uma das justificativas deste modelo hegemônico da cidade dos megaeventos pode estar associado à competitividade interurbana, premissa do planejamento estratégico, e à ‘homogeneização’ das cidades, que abre espaço para as ‘parceiras oficiais’ dos comitês organizadores agirem sem grandes questionamentos.

Para Vainer (2013) este processo está relacionado à compra e venda da cidade enquanto mercadoria, da cidade padronizada que muitas vezes está associada à imagem de uma cidade justa e segura e que possua os insumos que o capital transnacional procura, como espaços para realização de convenções, feiras, eventos, infraestrutura de comunicação, informação, comércio e segurança.

Sánchez (2010) entende que durante a realização de megaeventos, as estratégias de ‘marketing urbano’ tem grandes oportunidades de promover a imagem das cidades e das operações de reestruturação econômica, fazendo com que toda esta visibilidade atraia a atenção de visitantes e investidores. Estas estratégias fazem parte da nova maneira de tratar a economia urbana.

Os megaeventos esportivos, como a Copa ou as Olimpíadas, ainda apresentam uma outra questão: a metáfora de uma cidade ou um país em busca da vitória, o que pode fortalecer o patriotismo e legitimar ações arbitrárias no campo do ‘urbanismo olímpico’.

Muñoz (1996) conceitua por ‘urbanismo olímpico’ o conjunto de intervenções e pressupostos em relação às cidades que sediam os chamados megaeventos. Nessas intervenções estão inclusas obras específicas com finalidade esportiva, obras para

alojar atletas e equipes, obras que alojem e deem espaço para a imprensa que vem de toda parte e obras para melhorar a infraestrutura da cidade, como por exemplo, intervenções no transporte público, telecomunicações, turismo e segurança. Neste sentido, Mascarenhas (2011) utiliza a expressão 'olimpismo' para traduzir as intervenções urbanas por conta dos megaeventos.

A espetacularização da cidade torna-se tão grande que em muitos casos, como em Barcelona e Curitiba, as próprias obras se tornam grandes monumentos para visitação das famílias aos finais de semana, e são inauguradas em momentos de comemoração, com festa e a presença da grande mídia (SÁNCHEZ, 2010).

A escolha por intervenções urbanas grandiosas e inovadoras do ponto de vista arquitetônico não começa em São Paulo por conta da Copa. Fix (2001) mostra que a escolha por megaprojetos tem o seu ápice na década de 90, com a finalidade de atender as exigências do capital que se instaurava na cidade. Por outro lado, a escolha por sediar um megaevento esportivo reforça o caráter neoliberal de produção de um espaço destinado para a ação do capital transnacional.

Segundo Vainer (2011), "O megaevento radicaliza o modelo da cidade empresarial e da exceção."⁵, pois a cidade, entendida como uma empresa, precisa banir a discussão política a fim de proporcionar condições favoráveis para a competitividade e atração de investidores. Dessa maneira a cidade flexibiliza as suas regras para viabilizar negócios fazendo com que os interesses coletivos tenham pouco valor no processo decisório, que muitas vezes acontece entre o Estado e os investidores. Vainer denomina essa flexibilização da cidade para atender as necessidades do capital de 'cidade de exceção', que conta com um aporte jurídico específico, como a Lei Geral da Copa, por exemplo.

Maricato (2014) também aponta que as estratégias de renovação urbana que incluem grandes obras e a busca pela flexibilização das cidades, que se dá, muitas vezes, a partir da via jurídica, são estratégias da globalização neoliberal. Os megaeventos potencializam essa lógica, sendo necessário entender as forças e os

⁵ Texto retirado de uma entrevista concedida ao jornalista Juca Kfoury, disponível em: <http://www.etter.ippur.ufrj.br/ultimas-noticias/156/function.mysql-connect> Acessado em 02/11/2015.

arranjos entre capitais globais, nacionais e locais que se formam e comandam o ideário urbanístico.

Nesse sentido, fica claro que o megaevento é mais uma ferramenta da lógica neoliberal na cidade, para Rolnik,

“Essas operações e essa lógica não são decorrentes da organização dos megaeventos esportivos e não surgem a partir dela. Porém, em todas as cidades e países que sediam um megaevento, esse urbanismo ad hoc – operações imobiliárias sustentadas na ideia do legado e das transformações urbanísticas proporcionadas pelos jogos – ganha grande envergadura, superando obstáculos que a eles se antepunham pela ordem urbanística e por marcos regulatórios anteriores.” (ROLNIK, 2014, p. 67)

Uma nova atuação urbana tem sido percebida nas últimas edições de megaeventos esportivos, que é a abertura de novas frentes de expansão urbana. No Brasil é possível citar o caso de São Paulo, que teve seu estádio construído em Itaquera, região que vem aparecendo como um novo vetor de desenvolvimento urbano, que conta, inclusive, com uma Operação Urbana Consorciada específica. A ‘Cidade da Copa’ na zona oeste da região metropolitana é outro exemplo da criação de novos vetores de expansão. Localizada na cidade de São Lourenço da Mata, o empreendimento urbanístico contou com o estádio que sediou a Copa, um shopping center, uma estação de trem, parques e áreas residenciais. Sua construção ficou a cargo da Odebrecht.

Segundo relatos de participantes do Comitê Popular da Copa de Pernambuco, a criação deste novo vetor imobiliário não considera as pessoas que já vivem ali:

“A cidade da Copa não está dissociada da lógica de desenvolvimento que vem sendo empreendida na Região Metropolitana do Recife. O estado vem induzindo a expansão do capital imobiliário, tanto que a cidade possui o 4º m² mais caro do país. E não dialoga

com a cidade real, pois está sendo pensada na lógica da cidade de exceção e da governança privada.”⁶

Assim como em Pernambuco, a escolha de São Paulo pela zona leste para sediar a Copa, também contou com a construção de um estádio e um polo com diversos equipamentos públicos (que ainda não estão funcionando completamente) e resultou em uma série de problemas e remoções forçadas para a população que residia ali. No entanto, uma das diferenças entre o ocorrido em cada cidade citada aqui, é que em São Paulo este ‘novo vetor’ já estava altamente urbanizado.

Há de se pontuar também o papel central do Estado nessas grandes operações, que se dá de várias maneiras, seja a partir do financiamento de grandes obras, pela flexibilização das normas urbanísticas, pelas garantias oferecidas aos investimentos privados e também pela implementação de parcerias público – privadas. (MARICATO, 2014) Porém, essas intervenções do Estado acabam por diminuir a sua atuação no atendimento das demandas urbanísticas, que por sua vez fica mais atrelado ao mercado, sem que se haja no plano global, mas focando em determinados projetos isoladamente.

Por outro lado, o fato de sediar um megaevento esportivo constrói um novo campo de conflito, onde diversos atores entram em cena a fim de discutir tanto os impactos, quanto o legado, questionando primeiramente a quem se destina os resultados deste conflito.

1.3 Resistências e a questão do conflito

Como já foi citado, a cidade empreendedora não possui espaço para analisar os seus conflitos, esta cidade busca banir a política, a fim de proporcionar uma cidade mais flexível e propícia aos negócios.

⁶ Entrevista de Rodrigo Rafael, membro do Comitê Popular da Copa de Pernambuco, à Fundação Heinrich Boll Stiftung. <http://br.boell.org/pt-br/2014/06/09/no-recife-desapropriacoes-comecaram-ser-denunciadas-tardiamente> Acessado em 09/09/2015

No entanto, Harvey (2013) nos lembra que as cidades foram pensadas para se desenvolverem geograficamente desiguais e que a globalização e a busca por ideais neoliberais reforçaram estas desigualdades sociais, estas condições ocasionam um cenário propício para a instauração do conflito social.

Ainda que o conflito sempre esteve presente no cenário urbano e que uma cidade harmoniosa se apresente como uma exceção à regra, Harvey (2013) coloca que a conflituosidade é resultado não apenas da desigualdade urbana, mas também das diferenças e especificidades que o convívio na cidade propõe:

“o direito à diferença é um dos mais preciosos direitos dos cidadãos. A cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e visões, formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam. Mas a diferença também pode resultar em intolerância e segregações, marginalidade e exclusão, quando não em fervorosos confrontos.” (HARVEY, 2013, p. 30)

Entendendo o direito à cidade como um esforço da criação do direito coletivo, que não se restringe a ter acesso a algo que já existe, mas principalmente ao direito de pensar (e fazer) a cidade de outras formas possíveis e, neste sentido, o conflito não deve ser evitado ou silenciado, pois assim estaria impossibilitando o exercício do ‘direito à cidade’, ou da construção da cidade (Harvey, 2013).

Para Vainer (2007) há, pelo menos duas visões que colocam os conflitos em pontos opostos: a primeira relacionada ao conflito enquanto uma ‘manifestação de disfunção social’:

“Se há conflito é porque algo está funcionando errado, há um desequilíbrio sistêmico. Um sistema social equilibrado, funcional, adequadamente regulado seria aquele em que os conflitos não aparecem, ou, pelo menos, em que os conflitos são pouco numerosos e incidem sobre arenas e objetos que não dizem respeito aos fundamentos mesmos da organização social, ou, se se prefere, incidem sobre dinâmicas ou segmentos, aspectos ou dimensões secundárias, pouco significativas na estruturação e reprodução do sistema.” (VAINER, 2007, p. 1)

a outra visão apresentada pelo autor entende o conflito como “dinâmicas, processos e sujeitos sociais que viabilizam e operam o permanente aperfeiçoamento do sistema ou, mesmo, em algumas visões, sua superação – através de reformas ou revoluções”.

Considerando que o planejamento estratégico promove a negação do espaço da política, evitando e reprimindo conflitos urbanos, deslegitimando o dissenso, a cidade neoliberal se mostra autoritária, silenciada, muitas vezes por instrumentos jurídicos e institucionais, como veremos adiante. Porém, para Vainer (2007), os grupos sociais historicamente dominados só se entendem enquanto sujeito coletivo a partir e no conflito. Ou seja, o conflito se faz necessário para formar e entender os grupos sociais, suas necessidades, assim como para balizar suas lutas.

Para Oliveira (2013) os megaeventos possuem uma carga simbólica que nutrem um ‘patriotismo urbano’, colocado por Vainer (2013), que sustenta a implementação de práticas da cidade neoliberal, que legitimam o entendimento do ‘amor pelo futebol’, da ‘união dos povos’, muitas vezes difundidos por instituições como a FIFA e o Comitê Olímpico Internacional, que fazem com que a instauração de conflitos e reivindicações em relação aos megaeventos esportivos sejam entendidos quase como inaceitáveis. Basta lembrarmos a quantidade de festas que lotaram as praias de Copacabana e outros espaços simbólicos Brasil afora, quando se deu o anúncio de que o Brasil sediaria a Copa de 2014 e após a Olimpíada de 2016⁷.

Por outro lado, em São Paulo e nas outras cidades-sede, alguns movimentos sociais começam a sentir os primeiros impactos da Copa, surge então a necessidade de discutir o que seriam as consequências de sediar uma Copa e de se organizar para resistirem às possíveis violações vistas tradicionalmente nos países que passaram por esta experiência.

Para Gohn (2014), as manifestações de junho integram uma nova forma de movimento social, que é formada majoritariamente por jovens de classe média, com

⁷ Festas que comemoraram a decisão de que o Brasil sediaria a Copa. Disponível em <http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/Campeonatos/0,,MUL163196-9790,00.html> Acessado em 30/08/2015.

acesso à educação, com estratégias horizontais de organização, ou seja, sem a presença de uma coordenação, que se organizam na maioria das vezes a partir de meios digitais e com uma visão bastante crítica das formas tradicionais, tanto de política quanto de organização social.

“O que os motivam é um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura ético-política dos dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas de poder estatal, as prioridades selecionadas pelas administrações públicas e os efeitos das políticas econômicas na sociedade.” (GOHN, 2014, p. 13)

Diversos autores entendem a Copa como um dos fatores que proporcionou a adesão de um contingente maior de pessoas às Jornadas de Junho de 2013. Vainer (2013) mostra que a relação entre os protestos e os impactos da Copa é também resultado dos impactos da adesão de uma lógica do empreendedorismo urbano e suas transformações na cidade. Além disso, os altos custos do evento, juntamente com a grande repressão que os primeiros atos tiveram, foram fatores que influenciaram bastante na adesão às manifestações Brasil a fora.

Gohn (2014) coloca que muitas pessoas se identificaram com o sentimento de indignação das pessoas que estavam nas ruas nas primeiras manifestações de junho quando questões relacionadas aos gastos da Copa foram sendo apropriados, e como estes gastos se contrastavam com os serviços públicos, principalmente em relação ao transporte, que estava sendo pautado pelo MPL (Movimento Passei Livre) naquele momento. Porém com o aumento vertiginoso do número de pessoas que agora estavam se manifestando, aumentaram também as demandas das ruas, que ainda que tivessem foco nos serviços públicos, fez com que essas demandas se tornassem difusas.

Ainda que a temática dos megaeventos esportivos e seus altos custos entrem em destaque nas manifestações de junho de 2013, Maricato (2014) nos lembra que os Comitês Populares da Copa já vinham realizando discussões, debates e manifestações sobre os impactos que a Copa traria consigo. Porém, a partir dali essa temática ganha

força e também acabou sendo apropriada pela mídia corporativista e por setores oposicionistas, conforme nos aponta Whitaker (2014), transformando-a, em certos momentos, num espaço conservador e antidemocrático.

No entanto ainda não havia sido observado uma ocasião com popularidade e aceitação dominantes, como a Copa do Mundo, ter mobilizado tantas pessoas, grupos e movimentos que traziam questionamentos legítimos em relação aos seus custos e impactos. Dessa maneira, do mesmo modo que utilizou-se da imagem da cidade para vendê-la, também buscou-se utilizar desta mesma vitrine para mostrar suas lutas e conflitos.

1.4 O Comitê Popular da Copa de São Paulo

Em 2010, a então relatora da ONU sobre o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik, participa de um seminário organizado pelo Núcleo Direito à Cidade (ligado ao curso de Direito da Universidade de São Paulo) que contava com a presença de militantes de diversas cidades-sede da Copa FIFA 2014 e que discutia-se os primeiros impactos da Copa, muito relacionado às remoções forçadas.

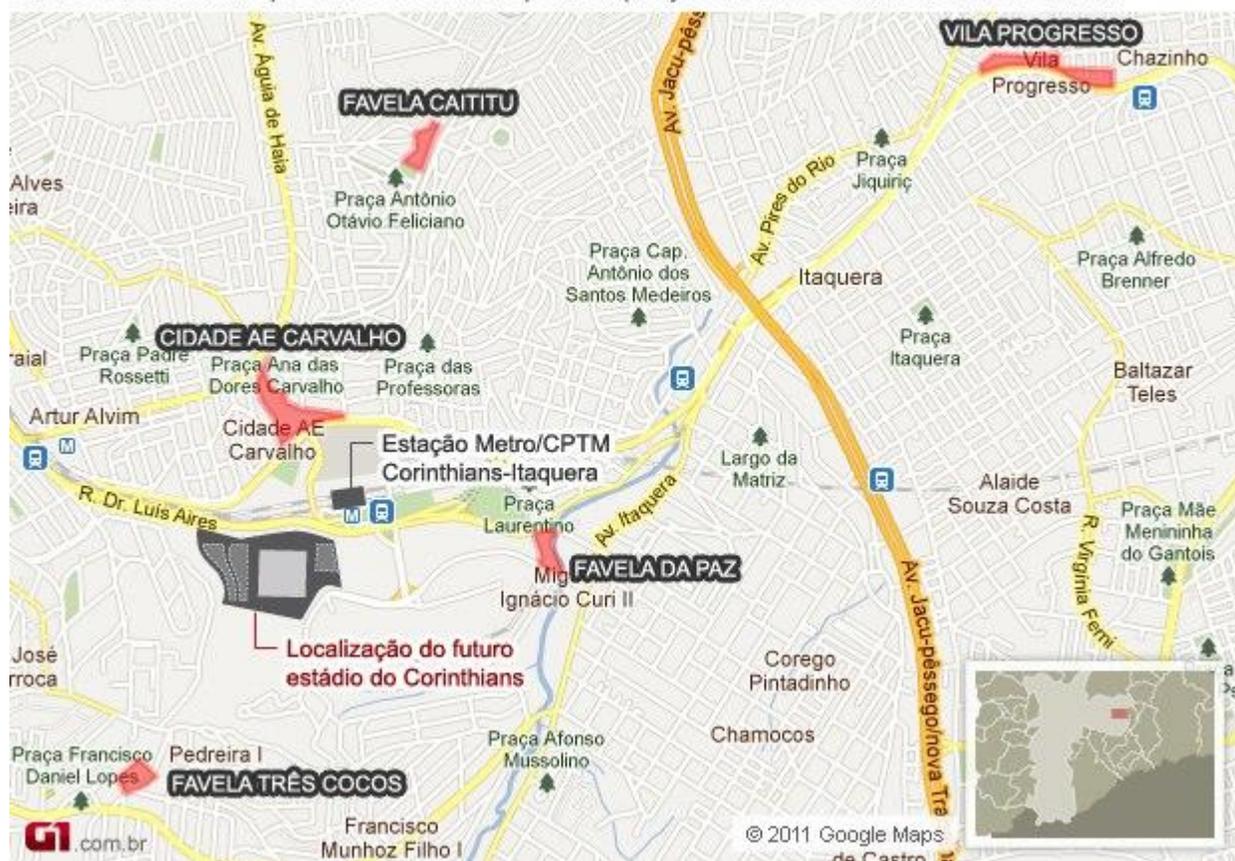
Naquele momento, a Copa em São Paulo acabara de ter sido transferida para Itaquera, zona leste da cidade e algumas preocupações em relação à como esse processo se daria começaram a aparecer. Havendo, inclusive, as primeiras denúncias trazidas por pessoas da região sobre possíveis remoções de cinco comunidades da região de Itaquera⁸, são elas a Favela da Paz, a Vila Progresso, a Favela Caititu, Cidade Carvalho e Favela Três Cocos, conforme é possível observar na figura abaixo, apresentada posteriormente por um site de notícias.

⁸ Memórias de registro próprio, uma matéria do site de notícias G1 viria apresentar em setembro de 2011 ameaças de remoção às mesmas cinco comunidades. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/09/quase-5-mil-familias-temem-despejo-por-obra-da-copa-na-zona-leste-de-sp.html> Acessado em 09/09/2015.

Figura 1: Favelas ameaçadas de remoção num primeiro momento.

Moradores temem desapropriações no entorno do estádio

Quase 5 mil famílias podem ser afetadas pela ampliação de vias e obras de infraestrutura



Fonte: Site de notícias G1.

Esta 'primeira' denúncia resultou na abertura de uma Ação Civil Pública junto ao Ministério Público Federal, em novembro de 2010, para buscar maiores informações sobre o que viria a acontecer nestas comunidades e em outras que também estavam ameaçadas de remoção.

Raquel Rolnik, que tinha lançado um relatório sobre megaeventos e os impactos no direito à moradia no mundo pela relatoria da ONU, sugeriu a formação de uma rede nacional entre os militantes das 12 cidades-sede, o que veio a dar origem à ANCOP, Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, que tinha como finalidade a

articulação, a troca de experiências e a realização de atividades conjuntas entre todos os Comitês, que viriam a se estruturar. (BRITO, 2014)

Diferente do que aconteceu com os Comitês locais, o foco da Articulação nacional era incidir sobre as questões nacionais, como a questão da Lei Geral da Copa, além de dar visibilidade às violações locais e construir politicamente atos nacionais.

Em 2011, na cidade de São Paulo, conforme já mencionado, a 3ª Jornada pela Moradia Digna⁹, um evento que envolve Defensoria Pública, diversos movimentos sociais e entidades ligadas à defesa de direitos humanos, coloca como tema principal a questão dos grandes projetos urbanos e megaeventos esportivos, como uma das estratégias para descobrir e discutir os processos que estavam se iniciando na cidade e que estavam ligados à Copa¹⁰.

É importante lembrar que o interesse pelo tema se deu de maneiras e tempos diferentes em cada uma das cidades-sede, e que o Rio de Janeiro já acumulava alguns debates e experiências em relação à esta temática pelo fato de ter sediado os Jogos Pan-Americanos de 2007. Mascarenhas (2011) conta sobre a formação e a atuação do grupo que discutia e organizava-se em resposta aos impactos da realização dos Jogos Pan-Americanos, o Comitê Social do Pan.

Após a discussão dos primeiros impactos da Copa em São Paulo, tomou-se como encaminhamento a formação de um grupo que teria como função articular pessoas que estivessem interessadas no tema e pessoas diretamente atingidas pelos impactos ali discutidos, como o surgimento dos boatos sobre a realização de remoções. Assim, em 2011, surge o Comitê Popular da Copa de São Paulo (CPC – SP), que teve durante seu tempo de existência algumas características e momentos distintos.

Minha atuação nesta temática se deu por conta da participação na organização da Jornada pela Moradia Digna, que começa meses antes do evento, e que me

⁹ Sobre a Jornada da Moradia Digna: <https://jornadamoradia.wordpress.com/sobre/> Acessado em 05/09/2015.

¹⁰ A retomada sobre o histórico do CPC – SP e da ANCOP é resultado do caderno de registro próprio que contém relatos de cada reunião desde que comecei a frequentar o Comitê em 2011 e do trabalho de Brito (2014) que também foi participante do Comitê e que conta com algumas entrevistas de outros participantes.

possibilitou participar do seminário que a urbanista Raquel Rolnik participou e que, posteriormente, me colocaria em contato com o Comitê, em setembro de 2011, de onde eu participei até o fim de suas atividades em junho de 2015.

O Comitê foi um espaço de articulação de diversos grupos, movimentos, coletivos, indivíduos, pesquisadores, ativistas e entidades que dialogavam sobre a Copa, seus impactos e processos. E foi definido pelo grupo como “um grupo aberto, horizontal e apartidário de articulação e resistência contra impactos e violações de direitos humanos da Copa do Mundo de 2014 em SP.” E que apresenta como sua missão “articular em rede este conjunto de organizações que trabalham na defesa dos direitos humanos, direito à cidade, à moradia, direitos sociais, e ao trabalho decente, formal e informal, para reforçar as pautas de denúncia das violações, reforçar os espaços já existentes e criar novos espaços de formação para a resistência qualificada e incidência nas políticas públicas.”¹¹

O CPC-SP foi um dos comitês locais integrantes da ANCOP, realizando uma série de atividades conjuntas, como os dossiês nacionais, atos, formações, produção de materiais, organização do site, entre outras atividades que não são o foco deste trabalho, algumas das quais serão citadas adiante.

Brito (2014, p. 111), um dos participantes do CPC-SP aponta que em um primeiro momento foi difícil vincular a Copa às dinâmicas que estavam acontecendo na cidade, porém esta relação foi se naturalizando principalmente após a criação do grupo que formulou uma série de atividades, como debates, seminários, formações, visitas, entre outras, dando relativa importância ao trabalho de articulação em rede. Essa estrutura foi semelhante nos comitês do Rio de Janeiro e de Fortaleza, principalmente, e essas experiências fortaleceram a necessidade de articulação entre os comitês locais.

Numa tentativa de pontuar e mapear a organização política do grupo Brito (2014) divide a atuação do CPC-SP em três fases, sendo elas 2011/2012, 2012/2013 e 2014, porém é importante considerar que o Comitê encerra suas atividades no primeiro semestre de 2015, com o lançamento de um livro em formato de dossiê de violações.

¹¹ ‘Quem somos’ – Blog Comitê Popular da Copa – SP <https://comitepopularsp.wordpress.com/o-comite/quem-somos/> Acessado em 04/09/2015.

Essa divisão se faz necessária pelo fato de tratarmos de um grupo aberto, e que por isso teve seu quadro de participantes bastante oscilante, mas também por tratarmos de um contexto ímpar, que incluiu períodos anteriores e posteriores às chamadas ‘Jornadas de Junho’.

A primeira etapa do Comitê foi ocupada majoritariamente por movimentos de moradia tradicionais da capital, como a UMM (União dos Movimentos de Moradia) e a CMP (Central dos Movimentos Populares), que de certa forma articularam as pessoas, através da Jornada da Moradia Digna, para se mobilizarem em torno dos impactos da Copa. Naquele momento também compunham o Comitê instituições jurídicas, como a Ouvidoria da Defensoria Pública, a própria Defensoria Pública, através de alguns defensores, o Escritório Modelo da PUC e o Serviço de Assessoria Jurídica da USP (SAJU). Estes últimos são grupos de assessoria jurídica ligados à universidade. Outros grupos que estavam presente na Jornada da Moradia Digna também estavam presentes no Comitê, como a Rede Jubileu Sul, o Instituto Pólis, o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, o Movimento Nossa Itaquera, entre outros.

Neste momento a atuação do Comitê se dava no sentido de buscar entender as dinâmicas que estavam acontecendo na cidade, o que e como as ações se relacionavam com a Copa, baseado naquilo que já havia sido discutido e no pouco que se sabia acerca das remoções. O número de participantes ainda era pequeno

Foi também nesta primeira fase que aconteceu o primeiro ato de rua, em julho de 2011, em articulação com um grupo que estava se reunindo em Itaquera. O grupo, até então chamado de ‘Copa pra Quem?’, contava com lideranças de nove comunidades e integrantes do Movimento Nossa Itaquera, realizou um ato junto com alguns participantes do Comitê em frente à obra do estádio do Corinthians, que estava sendo iniciado, com o intuito de questionar sobre o que aquela obra traria de impacto para as famílias que estavam no seu entorno.

Esta articulação de lideranças das comunidades, moradores e Movimento Nossa Itaquera veio a construir o grupo Comunidades Unidas de Itaquera. Este coletivo iria acompanhar a questão das remoções naquela área, e atuou fortemente na Favela da Paz, questão que será discutida posteriormente. Como resultado destas primeiras

ações, o grupo conseguiu uma primeira reunião com o poder público para que mostrasse, além das especulações levantadas, quais seriam os projetos que aconteceriam naquela área e que resultariam em remoções. É um momento importante, dado que até então algumas intervenções, como o estádio, já tinham se iniciado e pouco se sabia sobre o projeto.¹²

Uma grande dificuldade naquele momento era a falta de informações oficiais sobre projetos e seus impactos, e, mesmo com a realização desta primeira reunião com moradores, as informações apresentadas eram incompletas e não tratavam sobre quais medidas seriam tomadas em relação à remoção das famílias. Ainda que incompletas esta foi a única fonte de informação oficial até o início de 2013.

Um dos resultados dessa reunião foi a abertura de uma frente jurídica, que contava com a Defensoria Pública e assessorias, como o Escritório Modelo da PUC, e que pensava em estratégias jurídicas para a garantia dos direitos das famílias, mas que também agia no sentido da denúncia, abrindo um canal de diálogo com o Ministério Público e propondo a realização de uma audiência pública com representantes de todas as instâncias que tratassem da questão das remoções. Uma outra atividade desta frente era a busca por informações oficiais.

Para além das comunidades de Itaquera, o Comitê também começou a intermediar ações que tratavam de comunidades da zona norte e da zona sul da capital, começando também a envolver-se em outras questões que teriam relação com a Copa, como a questão dos ambulantes e do futebol e sua 'modernização'¹³. E assim o CPC-SP começou a se consolidar como um grupo que atuava contra diversos tipos de violação, em diversos locais, buscando uma visão da cidade como um todo, em seus vários aspectos. Esta foi uma das principais características do Comitê: ser um agente articulador de vários locais e várias pautas que tinham em comum a realização da Copa e seus impactos.

¹² Memória da primeira reunião entre poder público e moradores.
<https://comitepopularsp.wordpress.com/2011/09/21/comunidades-de-itaquera-se-unem-para-discutir-remocoes-em-virtude-dos-projetos-da-copa-2014/> Acessado em 11/09/2015.

¹³ Esta frente se dava a partir da atuação da extinta Associação Nacional dos Torcedores.

Paralelamente buscava-se realizar ações junto aos outros comitês e a ANCOP, dentre elas destaca-se a construção da primeira edição do Dossiê Megaeventos e a Violação de Direitos Humanos no Brasil¹⁴. O dossiê tratava de pautas diversas, para além da moradia e das remoções, e já foi revisto e atualizado duas vezes, sendo que a última versão foi lançada em 2014, após a realização da Copa.

Nesta primeira etapa o número de participantes do Comitê era pequeno e flutuava entre seis e dez participantes que se dividiam para atuar em todas as questões. Foi também nesta fase que o Comitê se preparou para buscar seus dois primeiros projetos de financiamento, um do Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH) e o outro do Fundo Socioambiental Casa.

A construção do projeto do FBDH foi especialmente importante para basear as próximas atividades que o grupo iria promover, dando o tom de sua atuação política. Dentre as atividades foram pensados debates, a construção de material de formação, a realização de atos e a construção de memórias de todas as atividades em forma de vídeos e fotos. O projeto fomentava especialmente a formação de uma base através de debates, chamados de 'debate-bola', que passavam por diversos temas. Já o projeto do Fundo Casa concentrava-se na confecção de materiais, tanto de formação, quanto de divulgação.

Foi neste momento também que as relações entre o Comitê e a comunidade da Paz se consolidaram, dando início ao processo de construção do Plano Popular Alternativo de Urbanização da favela da Paz, que será discutido posteriormente.

A segunda fase do Comitê tem início ao final do ano de 2012, quando, em reunião nacional (ANCOP) decide-se que seria realizado um ato no dia 1 de dezembro deste ano, quando aconteceria o sorteio das grupos para o campeonato. Este evento seria o primeiro oficial da FIFA, e quando os perímetros de segurança¹⁵ entrariam em

¹⁴ Disponível em <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>
Acessado em 14/09/2015

¹⁵ O perímetro de segurança, ou 'zonas de exceção' estavam previstos na Lei Geral da Copa, como um cerco militar num raio de até dois quilômetros no entorno de eventos oficiais da FIFA, a passagem nesta área seria permitida apenas para as pessoas que tivessem permissão.

vigor pela primeira vez. Para os Comitês e para a ANCOP este era um momento estratégico para entender como os movimentos sociais seriam recebidos diante dos cercos militares e também como as pessoas entenderiam um ato que problematizava a Copa.

Para construir este ato o Comitê fez um chamado para um grande número de grupos, entidades, coletivos, movimentos e indivíduos, com o objetivo de construir em conjunto a primeira grande manifestação sobre a Copa, a fim de dar visibilidade às suas pautas e legitimar a luta perante o grande número de grupos que os impactos da Copa iriam atingir.

Como resultado deste chamado, as reuniões do Comitê começaram a contar com a presença de cerca de 60 pessoas, sendo que participavam os mais variados grupos. É neste momento que os grupos teatrais, principalmente o grupo teatral Parlandas, se juntaram ao Comitê, trazendo um tom lúdico que caracterizou não apenas aquele ato, mas principalmente restante de sua história.

Uma das maiores preocupações naquele momento era a questão da segurança das pessoas que estariam na caminhada, já que esta seria a primeira vez que os perímetros de segurança funcionariam.

Um dia antes da realização da caminhada, o CPC-SP foi procurado por um assessor da Secretaria Geral da República a fim de discutir aquela manifestação. Esta conversa foi realizada junto com alguns participantes do Comitê que expuseram as reivindicações e a preocupação com o aparato repressivo. A postura do assessor foi de minimizar os impactos ali apresentados e uma tentativa de mudança do trajeto do ato, a fim de minimizar a possibilidade de uma imagem negativa para a mídia, nacional e internacional, que estaria presente no sorteio. Após os membros do Comitê justificarem a opção por não alterar o trajeto, o assessor se comprometeu em solicitar que os responsáveis sobre o cerco militar não tomassem medidas repressivas em relação aos manifestantes. O assessor ainda se comprometeu em retomar o diálogo junto ao Comitê, propondo uma reunião com o Ministério dos Esportes.

O ato reuniu cerca de duas mil pessoas saindo da Ocupação Mauá, próxima à Estação da Luz e terminou no local do sorteio, que havia terminado há poucos minutos,

sem que houvesse nenhum incidente repressivo. Pautou a questão das remoções, da militarização da polícia, dos trabalhadores ambulantes, da privatização do espaço público e da exploração sexual. Esses pontos foram representados a partir de intervenções teatrais e musicais durante a caminhada. O manifesto do ato foi assinado por mais de 80 grupos.

A repercussão na mídia foi considerável, obtendo uma certa visibilidade nos grandes canais de comunicação, mas principalmente na mídia alternativa. A estética utilizada neste ato foi colocada como um dos pontos mais interessantes daquele episódio por se tratar de uma 'outra' maneira de realizar protestos, com uma linguagem atrativa, que fizesse com que as pessoas atingidas se identificassem naquela situação e entendessem a lógica neoliberal e dos megaeventos esportivos. Desde então o grupo optou por utilizar desta estratégia de atuação, como uma de suas principais características.

Dentre estas estratégias de atuação durante os atos, optou-se por incluir intervenções artísticas durante a caminhada, que se resumiam basicamente em pequenas apresentações teatrais ou musicais, e pela não utilização de carros de som.

Após o ato realizou-se a reunião prometida pelo assessor da Secretaria Geral da Presidência. Participaram por parte do governo federal o então ministro dos esportes e alguns de seus assessores e por parte do Comitê representantes das pautas reivindicadas. As pautas foram expostas e os assessores argumentaram sobre o possível legado da Copa. Ao final da reunião ficou decidido que o governo federal procuraria abrir um canal de diálogo com o governo municipal, que iria tomar posse nos dias seguintes.

Realizado o ato, uma parte dos grupos que se uniram para sua organização continuaram na construção do Comitê enquanto um espaço de articulação de lutas, fazendo com que a frequência de seus participantes aumentasse para cerca de 35 pessoas, incluindo mais estudantes universitários e também os coletivos culturais que participaram das intervenções artísticas.

Já no ano seguinte, em fevereiro de 2013, aconteceu a primeira audiência pública que tratava sobre a Copa, que contou com a presença do Comitê, da

Defensoria Pública, do Ministério Público Federal, de um representante do governo estadual e de um representante da DERSA, que fazia as intervenções viárias em Itaquera. Moradores de Itaquera e da Zona Sul questionaram sobre as remoções forçadas que iriam acontecer e os trabalhadores ambulantes trouxeram questionamentos sobre sua atuação durante a Copa, porém, os representantes do governo responderam que não possuíam competência para se comprometer em relação a estas questões e que estas respostas deveriam ser cobradas do governo municipal, que não estava presente, alegando não estar preparado para responder aquelas questões, já que haviam acabado de tomar posse.

Ainda em fevereiro, o Comitê consegue abrir um canal de diálogo, até então inexistente, com a prefeitura e monta um grupo de representantes de variadas pautas para compor estas reuniões. Um dos pontos positivos da realização destas conversas foi a entrega do Plano Popular Alternativo da Favela da Paz, que posteriormente aumentaria a discussão sobre a decisão de remoção da comunidade, que se mostrava como inegociável. Por outro lado, durante os quatro meses em que essas reuniões aconteceram houve pouca exposição de informações por parte do poder público municipal, que acabou fragmentando os participantes da reunião, a fim de tratar as pautas de maneiras separadas, e não como uma só questão que era transversal à todas aquelas reivindicações.

Além disso, a prefeitura tentou desvencilhar por diversas vezes às intervenções em Itaquera com a realização da Copa, ainda que para os moradores esta relação fosse clara. Foram realizadas reuniões com a Secretaria de Habitação, com a Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Obras e, naquele momento, não houve esclarecimento sobre o que aconteceria com as famílias da Favela da Paz.

Em março o grupo participou da IV Jornada pela Moradia Digna promovendo uma oficina audiovisual sobre a Copa e suas remoções e participando de uma mesa que discutia a cultura dos megaeventos e como eles afetam a cidade.

Em maio o Comitê opta por não participar mais destas reuniões, levando em consideração o fato de a prefeitura fragmentar as pautas, abrindo conversas específicas com os trabalhadores ambulantes e com os moradores da Favela da Paz,

mas, principalmente, o fato de que a prefeitura tentava legitimar um discurso de 'participação social' que o grupo considerava que não existia de fato, já que não havia negociação em torno dos conflitos apresentados, deslegitimando o CPC - SP diante dos ambulantes e dos moradores da comunidade da Paz. Em relação às outras pautas, como a questão das pessoas em situação de rua que ocupavam a região central da cidade e o caso dos ambulantes, a prefeitura não se colocou, e não promoveu a discussão sobre eles.

Após esta consolidação do grupo, deu-se início ao ciclo de debates (os chamados 'debates-bola') com o objetivo de fomentar a formação política e a atuação daqueles que estavam sendo atingidos diretamente pela Copa.

O primeiro aconteceu na favela da Paz, em abril de 2013, fazendo parte da Mostra pela Paz¹⁶, organizado pelo grupo teatral Parlandas, por outros grupos parceiros e pelo Comitê e consistiu em um final de semana com apresentação de grupos de teatro, apresentações musicais, intervenções com poesias, brincadeiras infantis, oficinas e o debate-bola, que aconteceu no final do domingo. Durante o debate resgatou-se a história de luta da comunidade através dos próprios moradores, que contaram suas histórias até o momento em que elas se cruzavam com a Copa, buscando relacionar a ameaça de remoção, o megaevento e a luta pela terra urbana.

Na figura 2 abaixo há o registro de uma das apresentações teatrais que aconteceu durante a Mostra pela Paz.

¹⁶ Um relato da atividade em forma de vídeo pode ser visualizado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=kXnl0V9Ps1M> Acessado em 14/09/2015.

Figura 2: Registro de uma das atividades da Mostra pela Paz.



Fonte: Acervo Grupo Teatral Parlendas.

Outros debates-bola aconteceram, com temas variados ao decorrer do ano de 2013, sempre em espaços de resistência e luta e de acordo com a demanda dos grupos que de alguma maneira chegavam ao Comitê, buscando associar algumas questões com a Copa. Dentro deste recorte ocorreram debates sobre a relação entre moradia e gênero na ocupação Margarida Maria Alves¹⁷, sobre a importância da organização popular, na comunidade do Comando (zona sul de São Paulo), sobre a comunicação e mídia enquanto ferramentas de resistência e um segundo debate-bola em Itaquera, agora com um alcance maior, junto com o Fórum Popular da Saúde.

As comunidades do Comando e Buraco Quente foram outra frente de atuação do Comitê em relação às remoções forçadas. A remoção, justificada pela construção do

¹⁷ A ocupação Margarida Maria Alves foi reintegrada em agosto de 2013 e estava localizada próxima à estação da Luz.

monotrilho que liga o aeroporto de Congonhas à rede metroviária, ocorreu rapidamente sem que as famílias tivessem tempo para se organizar e por isso a necessidade de discutir sobre a importância desta organização. Até o presente momento, as famílias que residiam naquela área há 40 anos aguardam o atendimento habitacional definitivo, ainda sem previsão.

Uma outra frente de atuação do Comitê no ano de 2013 foi a realização e participação de debates em universidades. O primeiro foi realizado na Universidade Federal do ABC e tratava a questão de Itaquera, a mesa foi formada por professores da casa, pela urbanista Raquel Rolnik, por moradores da Vila da Paz e por uma liderança do movimento de moradia.

O grupo também participou de debates na PUC-SP, na Unicamp e em diversos outros espaços acadêmicos e não-acadêmicos, mas priorizou a realização de atividades nas comunidades e espaços de resistência. O Comitê também organizou a apresentação da pesquisa do advogado do Instituto Pólis, Paulo Romeiro, que aconteceu na ocupação Marconi. O advogado atuou no Comitê no início de sua formação e organizou e redigiu uma pesquisa sobre a Vila da Paz e uma comunidade em Pernambuco, colocando em evidência semelhanças e diferenças entre suas histórias. A pesquisa mostrava um 'padrão' na ação do poder público, que consistia basicamente na ausência da participação popular nas decisões e na falta de transparência em relação aos processos e informações dos projetos.

Concomitantemente o CPC-SP participava de atividades nacionais, como campanhas (sobre a FIFA, a Lei Geral da Copa e sobre a promoção da visibilidade dos atingidos), atualização do dossiê nacional e também da construção sobre a participação da ANCOP, por duas vezes, no Conselho de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas). Foi no ano de 2013 que comecei a participar das reuniões da ANCOP (virtuais e presenciais), podendo entrar em contato com os comitês das outras cidades-sede, o que me proporcionou conhecer relatos e experiências de outras cidades.¹⁸

¹⁸ Participei da ANCOP até o ano de 2014, quando houve um rodízio de atividades e outros ativistas se dispuseram a contribuir no grupo.

Em maio de 2013 a ANCOP lança o vídeo “Copa de 2014: Quem ganha com este jogo?” de formulação própria com a assessoria de grupos especializados e que expõe a questão das remoções forçadas em âmbito nacional. O vídeo possui mais de 50 mil visualizações em sua versão em português e 27 mil visualizações em sua versão em inglês, e foi, em grande parte, responsável pela visibilidade desta pauta internacionalmente.

Com a chegada de junho de 2013 e a consolidação de um contexto novo e pouco esperado do ponto de vista das manifestações públicas, o Comitê, que naquele momento construía um ato na véspera da abertura da Copa das Confederações (evento preliminar da Copa do Mundo), optou por contribuir com seus parceiros na organização e realização de manifestações, entendendo que a mobilidade urbana, tema principal das grandes manifestações de junho, era tida pelo poder público (em suas três instâncias) como um dos principais legados da Copa, o que não estava acontecendo, já que as obras do monotrilho não estavam finalizadas e as obras viárias de Itaquera foram realizadas de maneira pouco transparente, ocasionando algumas remoções forçadas.¹⁹

Sendo assim os grupos que compunham o Comitê optaram por participar e apoiar ativamente o MPL (Movimento Passe Livre, que chamou grande parte dos atos de junho) aproveitando estas oportunidades para distribuir folhetos e jornais informativos sobre a Copa e a atuação do Comitê a fim de evidenciar a relação entre mobilidade e Copa do Mundo, mobilizando outros apoios e participações no ato do dia 14 de junho.

Este ato foi realizado em conjunto com a Frente de Resistência Urbana, um grupo que compõe o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), na Avenida Paulista, reunindo cerca de cinco mil pessoas no dia após uma grande repressão de um ato do MPL. Uma das principais reivindicações era o fim das remoções forçadas, mas também reivindicava o direito dos trabalhadores ambulantes de exercerem suas

¹⁹ Durante o ano de 2013 o Comitê recebeu denúncias de famílias que estavam sendo removidas por conta das obras viárias, porém com a velocidade em que a remoção ocorreu, não foi possível manter o contato com estas famílias. Segundo relatos dos moradores estima-se que eram cerca de 30 famílias.

atividades, o fim da violência contra a população de rua e a garantia ao direito de manifestação antes, durante e depois da Copa. O ato promoveu uma caminhada até o final da avenida, onde ocorreu um jogo simbólico entre o ‘time do capital’ e o ‘time do povo’. Ao final do ato uma comissão de ativistas foi recebida no escritório da Secretaria Geral da Presidência, apresentando suas pautas inegociáveis.

A relação do CPC-SP com o MPL foi bastante próxima não apenas em junho, mas também antes e depois, seja por afinidades pessoais de membros de ambos os grupos, seja pelas reivindicações, que questionavam a lógica neoliberal que estava instaurada na cidade.

Resultado da construção dos comitês populares e da ANCOP, nas outras cidades-sede os atos problematizando a Copa se intensificaram de maneira que a problemática dos megaeventos, sobretudo em relação aos altos investimentos públicos, se tornou um dos principais gritos, para além da questão do transporte. Os perímetros de segurança foram desafiados e a repressão se deu de maneira extremamente violenta, tanto em São Paulo, quanto nas outras capitais.

O foco da mídia nacional e internacional eram as manifestações que questionavam a Copa no país do futebol.

Neste contexto de forte violência estatal o Comitê decide por realizar um outro ato, na data de encerramento da Copa das Confederações, que trataria sobre a questão da militarização da polícia e a violência estatal, sendo transversal a todas as outras lutas e que ficou em evidência durante junho, inclusive com um aparato obtido especificamente para a realização da Copa. O ato, que ocorreu no Vale do Anhangabaú, local de realização da FanFest²⁰, e que possuía um perímetro de segurança, teve um caráter simbólico, reunindo cerca de 200 pessoas. O ato promoveu uma intervenção lúdica, tentando trazer as pessoas que circulavam na área para participar do debate e entregando um manifesto sobre o tema e um jornal do Comitê.

Uma terceira reunião com o governo federal foi proposta pela secretaria geral da presidência, onde o Comitê levou uma carta com cinco pontos inegociáveis que

²⁰ Exibição pública dos jogos.

incluíam o fim das remoções forçadas por obras da Copa, garantia do trabalho ambulante durante a realização da Copa, desmilitarização da polícia, fim da violência estatal contra a população em situação de rua e a revogação da Lei Geral da Copa. Porém, os assessores presentes argumentaram que não tinham autoridade para negociar ou se comprometer em relação àqueles pontos, sendo esta a última tentativa do Comitê de debater com o governo federal.

Ao finalizar este período de forte mobilização o Comitê volta para suas atividades de formação junto às comunidades e aos atingidos já citadas anteriormente,

O segundo debate-bola em Itaquera, realizado no dia 30 de novembro, junto ao Fórum Popular de Saúde (FPS), marca uma nova etapa. Seu objetivo era mobilizar outros grupos de Itaquera, para além da Vila da Paz, o FPS já vinha mantendo algum diálogo com o Comitê e com moradores do bairro e tinha ideias sobre uma mobilização popular que fosse formulada em Itaquera, pediu que o Comitê participasse de um debate-bola intitulado “Copa da FIFA: o que você tem a ver com isso?”

Durante o evento os participantes apresentaram um manifesto com duras críticas à Copa e reivindicações de direitos sociais, concluindo com o grito “Não vai ter Copa”, o Comitê se colocou problematizando a estratégia de ‘barrar a Copa’ em um momento de forte repressão e criminalização aos movimentos sociais, no sentido de proteger seus membros e outros ativistas presentes. Como não houve negociação em relação a este ponto, o Comitê não assinou o manifesto, porém liberou uma nota pública apoiando todos os grupos e manifestações que problematizassem a questão da Copa. Desta formação origina-se o grupo “Se não tiver direitos, não vai ter Copa”, que realizou uma série de atos em São Paulo.

Os dois grupos apresentaram algumas divergências entre si em relação à forma de estar nas ruas e as reivindicações colocadas. Além disso, houve uma confusão da mídia para compreender a formação deste novo grupo e o fato de que ele não estava ligado ao Comitê. O Comitê entendia que suas pautas deveriam ser construídas em conjunto com outros grupos que faziam parte da articulação e que vinham sendo construídos há algum tempo.

O CPC-SP finalizou o ano com a realização da primeira ‘Copa Rebelde dos Movimentos Sociais’, em dezembro de 2013. A copa rebelde foi uma tentativa de reunir diversos movimentos sociais, com o intuito de rearticular-se após junho, fomentando a ideia de que a Copa afetava a todos os grupos. Utilizou-se do formato de um campeonato similar à Copa da FIFA, porém com construção popular, tendo como objetivo articular os grupos de uma maneira lúdica, ainda que política, e previa outras atividades, como intervenções teatrais, debates e música.

A Copa Rebelde aconteceu em um terreno público pertencente ao governo do estado de São Paulo, localizado próximo à estação da Luz. O local estava rodeado de barracas utilizadas por moradores em situação de rua e usuário de drogas²¹ e na área está prevista a construção de um Complexo Cultural que irá abrigar uma sala de dança e ópera, similar a Sala São Paulo.

Brito (2014) mostra a diversa composição da Copa Rebelde:

“No domingo da Copa Rebelde, os 32 times e suas torcidas se reuniram das 9h as 19h para jogar futebol e fazer política: da Marcha da Maconha à Comissão Indígena Guarani, passando pelos movimentos de moradia e ocupação do centro (Frente de Luta por Moradia - FLM, Movimento Sem Teto do Centro - MSTC, Movimento de Luta nos Bairros e favelas - MLB, e Movimento de Moradia Para Todos), mas também as ocupações e assentamentos periféricos Esperança (Osasco) e Sitio São Francisco (Guarulhos), o time de catadores da Coopere (cooperativa de catadores de material reciclável), o time da Comunidade da Paz em Itaquera (que acabou abandonando o torneio no meio do dia, por não haver almoço), além do Movimento Passe Livre, Fanfarra do MAL, Marcha Mundial de Mulheres, Coletivo Armas Menos Letais e Movimento Palestina Para Todas/os (MOPAT), um time de crianças do bairro (Pakitos e Mulecagem), um time de moradores que também joga no bairro (Independentes ACAB) e o time da casa, Amigos da Barão, entre outros.” (BRITO, 2014, p. 139)

²¹ Uma área que compõe a chamada ‘Cracolândia’.

Trabalhadoras ambulantes vendiam bebidas e comidas, pessoas do bairro se reuniam para torcer, torcidas organizavam uma roda de samba. A ocupação de um espaço público que estava aparentemente abandonada ganhava vida.

O ano de 2014 começou com uma série de protestos chamados pelo grupo “Se não tiver direitos, não vai ter Copa”, que aconteceram sob forte repressão policial e prisão de vários ativistas e tentativa de criminalização dos movimentos sociais por conta, em grande parte, da atuação de táticas de ação direta e de ataques aos principais símbolos do capitalismo.

Diante deste cenário, o CPC-SP propôs a realização de uma grande plenária que reunisse o maior número possível de movimentos sociais e que resultasse na consolidação de uma agenda de lutas dos grupos presentes, na qual os grupos formariam redes de apoio à tentativa de criminalização dos movimentos. A plenária aconteceu em março de 2014 e contou com a presença de aproximadamente 400 pessoas representando cerca de 65 movimentos, grupos ou coletivos da capital. Houve momentos de debates em grupos temáticos e a construção do calendário coletivo de lutas.

Em abril ocorreu a segunda edição da Copa Rebelde dos Movimentos Sociais, no mesmo terreno da Luz, só que agora com mais infraestrutura e planejamento, o que resultou na consolidação da Copa Rebelde enquanto um momento de atuação lúdica e política, que ocupava um espaço público com vários conflitos a partir do futebol, integrando diversos movimentos e proporcionando momentos de confraternização e apoio.

Fruto de uma ação da ANCOP e, portanto, nacional, o dia 15 de maio de 2014 foi escolhido como o ‘Dia Internacional de lutas contra a Copa’, acontecendo manifestações nas doze cidades-sede. Em São Paulo cerca de sete mil pessoas ocuparam a Avenida Paulista em um ato que começava com a projeção de informações levantadas pelos comitês populares. O ato foi fortemente reprimido pela polícia militar no início da caminhada, provocando uma série de feridos e alguns detidos, o que demonstrava qual seria a reação do poder público diante de protestos durante a Copa.

Após este episódio o Comitê optou por não realizar mais manifestações de massa, com organização similar ao ato do dia 15 de maio, no intuito de proteger seus ativistas e as pessoas que os acompanhavam nas ruas.

Durante todo o seu período de existência o Comitê seguiu realizando suas atividades de formação, realizando debates-bola nas periferias com temas diversos. No início do ano abordou-se a questão da repressão e criminalização dos movimentos sociais²², da exploração sexual e da luta pela moradia (um dos temas mais abordados pelo Comitê) e participou de diversos eventos compondo mesas de debate. O Comitê também participou do “Encontro Nacional dos Atingidos”, em evento da ANCOP que reuniu cerca de 700 atingidos em Belo Horizonte que trocaram experiências e vivências, principalmente relacionadas à resistência.

Ao longo dos vinte dias em que ocorreu a Copa, o Comitê realizou duas intervenções, uma na abertura, intitulada de ‘Manifesta Junina: Zona livre e do povo’, em alusão às zonas de exceção²³ que entrariam em vigor durante a Copa e que aconteceu na Favela do Moinho, onde ocorreram rodas de conversa, brincadeiras lúdicas com as crianças e jogos de futebol. E outra intervenção no encerramento, também na Favela do Moinho. Além disso, o Comitê participou de um ato do MPL, se responsabilizando pela realização de uma estética já utilizada pelo Comitê em outros momentos que consistia na realização de um jogo entre o ‘time do povo’ versus o ‘time do capital’. O ato teve início na Avenida Paulista e terminou com a ocupação da Marginal Pinheiros, onde ocorreram os jogos.

Durante a realização da Copa o Comitê também acompanhou a atuação dos trabalhadores ambulantes dentro das chamadas ‘zonas de exceção’, fruto de uma negociação entre Fórum dos Ambulantes e prefeitura, que teve seu início em 2013, nas

²² Em alusão ao Congresso da FIFA o Comitê organizou o ‘Congresso do Povo: Copa das tropas’, que aconteceu em junho de 2014, nas escadarias do Teatro Municipal e que debatia a militarização da polícia e da política, as táticas e instrumentos de repressão estatal e a criminalização dos movimentos sociais.

²³ As ‘zonas de exceção’ estão definidas na Lei Geral da Copa como ‘áreas de exclusividade’ e consistem em um raio de até dois quilômetros no entorno dos eventos oficiais da FIFA. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm Acessado em 10/10/2015.

reuniões do Comitê com a prefeitura. Alguns ambulantes deram depoimento problematizando as condições de trabalho impostas pela prefeitura e FIFA.

Em julho de 2014 houve a realização da última edição da Copa Rebelde, no mesmo local de costume, com a proposta de pensar o que as pessoas gostariam para aquele espaço. Ainda em julho, houve a realização de um debate-bola com o tema da dívida pública e sua relação com a Copa, tema que ainda não havia sido abordado pelo Comitê, e que se mostrava como um dos principais gritos da rua: os gastos da Copa.

Conforme visto neste relato, os últimos anos foram momentos de grande dedicação ao Comitê por parte de seus ativistas, o que gerou a necessidade (inclusive a minha) de se distanciar daquele espaço que havia produzido muita coisa para poder entender o que tinha sido todo aquele processo. Depois de alguns meses após o término da Copa, o grupo se reuniu novamente com o intuito de avaliar todo o processo e se recompor para a construção de um dossiê do que havia sido a Copa em São Paulo.

Após longas e difíceis discussões sobre todas as pautas abordadas pelo CPC-SP de 2011 até 2014, o grupo deu início ao processo de construção do dossiê, que foi escrito, editado e revisado pelo grupo (com o apoio financeiro de um segundo projeto do Fundo Brasil de Direitos Humanos) e que foi lançado em abril de 2015, com debates sobre os temas tratados no livro, numa ocupação do movimento Terra Livre, junto com o lançamento de um mini-documentário que também trazia todas as pautas reivindicadas pelo Comitê durante estes quatro anos.

No decorrer destes quatro anos de atividade e construção do grupo umas das características mais marcantes e relevantes para esta pesquisa foi o fato do Comitê ter articulado grupos e movimentos tão distintos, muitos deles que nem sabiam da existência do outro, em torno de uma única pauta. Buscando construir conexões, mostrando que a lógica neoliberal se apropriava de campos variados e que, por outro lado, a função do Comitê, enquanto grupo articulador de lutas urbanas era mostrar que todos estes direitos violados tinham em comum a lógica do capital, da cidade do planejamento estratégico, radicalizada a partir da chegada dos megaeventos, conforme relata Vainer (2011).

O entendimento do Comitê, de que todas aquelas lutas tinham em comum a lógica neoliberal, que é compreendida a partir de um novo campo de conflito, onde esta disputa está colocada, reitera a ideia de Vainer (2007) de que sem a existência dos conflitos, o sujeito coletivo não existiria e é este que compõe a luta por direitos:

“São os conflitos, e os sujeitos coletivos que eles constituem e instituem, que podem gerar novos direitos urbanos. Como foram capazes de gerar, o direito à urbanização de favelas e o direito ao usucapião especial.” (VAINER, 2007, p.8)

Para o CPC-SP, a estratégia do capital para responder a estas novas articulações é fragmentar a luta, como pôde ser observado em alguns momentos durante o tempo de ação do grupo. Além disso, uma outra resposta seria o recrudescimento das táticas de repressão estatal, inclusive com a criação de dispositivos jurídicos que legitimem a violência estatal e a criminalização dos movimentos, como é o caso do PL 728/2011.

CAPÍTULO 2 – SÃO PAULO

Este capítulo tem como objetivo abordar sucintamente o desenvolvimento da urbanização paulistana, e como ela contribuiu para a formação de espaços segregados, assim como o contexto atual da cidade em relação ao modelo de intervenções urbanísticas baseado em grandes projetos, que contribuíram para a configuração do processo da Vila da Paz.

Ainda no século XIX o Brasil já apresentava a formação de centros urbanos, porém, apenas na virada do século XIX é que o processo de urbanização brasileiro se consolidou, consequência da necessidade do trabalhador livre, da proclamação da República e do desenvolvimento da industrialização, ainda incipiente.

Assim como nas grandes cidades brasileiras, as reformas urbanas realizadas entre o final do século XIX contribuíram para a formação de espaços segregados, onde ações embelezadoras e paisagísticas eram formuladas nas áreas em que haviam a atuação do mercado, e que ações sanitárias eram tomadas nas regiões periféricas, a fim de evitar que doenças se espalhassem para a 'cidade formal'. Dessa maneira a população mais pobre foi sendo expulsa para as franjas dos centros urbanos. (MARICATO, 2008, p. 17)

A partir da década de 30 a industrialização começa a ocupar espaço nas intervenções estatais e, conseqüentemente, na produção do espaço, sendo que a burguesia industrial começou a exercer bastante influência na política, o que perpetuou um modelo de Estado que baseava suas escolhas a partir da reprodução de interesses de minorias, agora, industriais. Ainda que o avanço da industrialização, que perdurou até a segunda guerra mundial, representasse um avanço no campo do fortalecimento do mercado interno e do desenvolvimento das forças produtivas, este período promoveu a reprodução de valores que influenciariam o processo de urbanização brasileiro, como o fortalecimento da cultura da propriedade privada (acessada por poucos). (MARICATO, 2008, p. 18)

Segundo Maricato (2008, p.19), no período entre 1940 e 1980 o PIB brasileiro era um dos maiores em relação aos outros países, porém, devido ao modelo de

desenvolvimento brasileiro baseado no interesse de poucos, essa riqueza continuava a se concentrar nas mãos de poucos, ainda assim, este período de crescimento econômico se refletiu na melhoria de vida da população em geral. Apenas ao final da década de 60 a cidade começa a ocupar um local de protagonismo nas políticas públicas, principalmente em relação à habitação, com o recebimento de grandes verbas para o BNH (Banco Nacional de Habitação). Esta mudança de curso refletiu-se rapidamente na mudança das características das cidades brasileiras, o que não significou avanços para as classes populares em relação ao acesso à terra urbanizada, ao contrário privilegiou o acesso das classes médias e altas. E, em contraponto valorizava-se os vazios urbanos para a ocupação das classes baixas. (MARICATO, 2008, p. 21)

O fato de não avançarmos no debate sobre a função social da propriedade, da questão fundiária e cidades mais compactas, resultou na produção de cidades espraiadas, nas quais as classes menos abastadas financeiramente ocupassem as franjas da cidade, produzindo segregação e, conseqüentemente, vulnerabilidade em diversos aspectos. Além disso, a população que ocupava as regiões periféricas eram desprovidas de serviços urbanos e direitos sociais.

Um dos fatores que contribuiu enormemente para o fortalecimento da concentração da posse de terras nas mãos de poucos foi a Lei de Terras de 1850, que promovia o impedimento do acesso às terras para a classe baixa, atuando como fonte de desigualdade e injustiça na sociedade brasileira (HOLSTON, 2013, p. 182)

Nas décadas de 80 e 90, quando tem início um período de recessão econômica, a produção de desigualdade social se intensifica, trazendo fortes impactos sociais e ambientais (ocupação de áreas ambientalmente frágeis como áreas de mananciais, de alta declividade e passíveis de inundação), quando as periferias começam a crescer mais, em termos populacionais, em relação às áreas centrais e já consolidadas. (MARICATO, 2008, p. 25)

Fix (2001, p. 110) mostra que a partir da década de 90 começa a imperar uma série de grandes projetos urbanos na cidade de São Paulo, caracterizadas pela escolha por intervenções urbanas grandiosas e inovadoras do ponto de vista arquitetônico, com

a finalidade de atender as exigências do capital que se instaurava na cidade. Neste momento era possível perceber uma nova tendência na produção das cidades: o caráter neoliberal, que tem como uma de suas principais características o empresariamento urbano e que tem como um de seus objetivos a requalificação urbana, o que pode trazer inúmeros impactos sociais negativos para as famílias de baixa renda residentes nas áreas de intervenção por conta da valorização imobiliária e dos processos de remoção forçada.

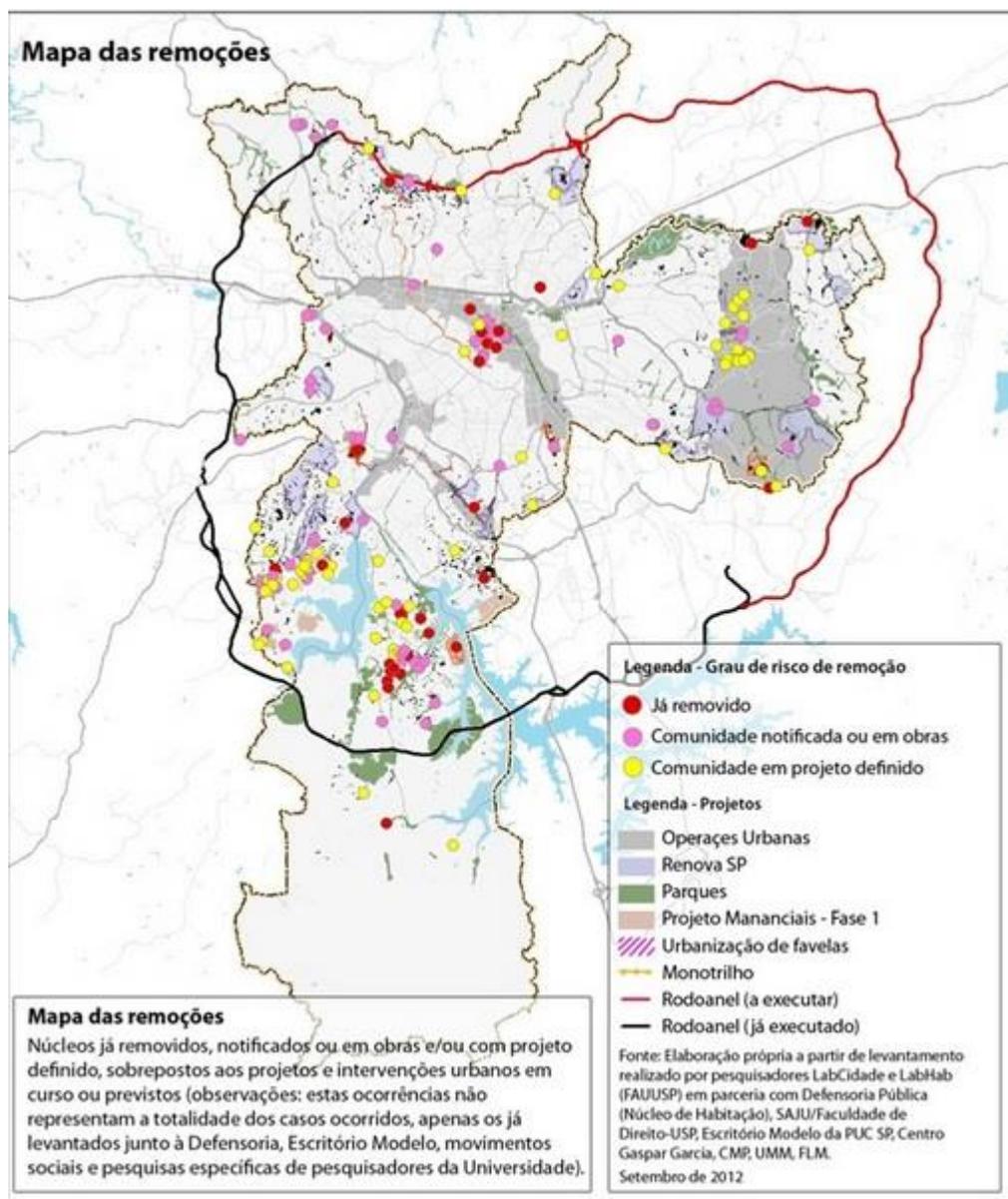
Uma das estratégias dos grandes projetos urbanos é a formulação das Operações Urbanas Consorciadas, previsto no Estatuto da Cidade, e que é conceituado como um instrumento que tem como objetivo a transformação urbanística estrutural em uma determinada região da cidade, através de um conjunto de intervenções que comumente é realizado por uma parceria entre os setores público e privado (através de um consórcio) e que permite a participação popular.

A partir da sistematização e territorialização das comunidades removidas e/ou ameaçadas de remoção em São Paulo nos últimos doze meses e de uma sobreposição destes dados com a área de abrangência da Operação Urbana Consorciada (OUC) Rio Verde – Jacu, realizada pela primeira fase do Observatório de Remoções²⁴ é possível observar um grande número de comunidades ameaçadas de remoção na área da OUC, como é possível verificar na figura 3, abaixo, o que faz com que possamos relacionar os grandes projetos urbanos com o aumento dos processos de remoção forçada dos assentamentos precários. E, mais uma vez, a produção de vulnerabilidade por parte do Estado a partir de suas intervenções urbanísticas.

²⁴ Disponível em <http://observatorioderemoco.es.blogspot.com.br/p/mapa-de-remoco.es.html>

O Observatório de remoções publicou este mapa no ano de 2012, em sua primeira fase. Neste momento há a sistematização de novos dados, e outras atividades em uma segunda fase do projeto, que está em andamento.

Figura 3: Comunidades ameaçadas de remoção e as OUC.



Fonte: Observatório de Remoções (2012).

São Paulo e as outras onze cidades-sede se tornaram palco de intervenções urbanas relacionadas à preparação para o acolhimento da Copa 2014. É importante salientar neste momento que houve intervenções oficiais e complementares dentro de um plano de adequação da cidade não divulgado totalmente pelo poder público.

Em São Paulo, esta foi uma questão difícil de definir, já que na Matriz de Responsabilidades²⁵ - documento oficial que lista os investimentos para a Copa - não estava explícito quais seriam tais investimentos, e por isso foi necessário conceituá-los para que fosse possível uma melhor associação de ideias referentes às intervenções associadas à Copa na cidade de São Paulo.

Conforme já explicitado por ‘oficiais’ entende-se as obras que foram expostas na Matriz de Responsabilidades divulgada a partir de publicação do governo federal. No estado de São Paulo, foram elas: a construção do estádio “Arena Itaquera”, obras viárias no entorno do estádio, obras nos aeroportos de Viracopos e Guarulhos, adequação do Porto de Santos e ações não especificadas nos campos de telecomunicação, segurança e turismo.

Por complementares entendem-se as obras que deveriam estar prontas até junho de 2014 (período em que houve a realização da Copa) e que não estão listadas na Matriz de Responsabilidades, mas que constem no discurso dos órgãos públicos responsáveis pelo evento na capital paulistana, no caso a SPCopa e no âmbito estadual, o Comitê Local Organizador. Dentre elas estão a finalização do Parque Linear Rio Verde, a construção da Linha 17 do Metrô, a construção do Polo Institucional de Itaquera e a revitalização do Anhangabaú.

O Parque Linear Rio Verde teve sua primeira fase concluída, e está aguardando a remoção da Vila da Paz e de outras comunidades para dar continuidade ao projeto. A Linha 17 do Monotrilho está com as obras atrasadas, com previsão de operação em 2017²⁶. O projeto de revitalização do vale do Anhangabaú também não foi concluído e

²⁵ Disponível em http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/12202012_anexo2_resolucao_gecopa.pdf - Acessado em 15/10/2013

²⁶ Sobre atrasos nas novas linhas de metrô e monotrilho. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/03/metro-e-monotrilho-previstos-para-2014-agora-vaio-ficar-para-2017.html> Acessado em 10/10/2015.

após grandes embates entre prefeitura e movimentos sociais, aguarda-se a realização da apresentação do projeto.²⁷

Silva (2013) coloca a questão das remoções como um dos principais conflitos e desafios acerca da Copa na região sudeste, listando diversas comunidades afetadas pelas obras do complexo viário no entorno do estádio, que tem como objetivo atender a nova demanda criada devido à construção da Arena de Itaquera.

Este trabalho irá manter o foco nas ações em andamento relacionadas à Vila da Paz, comunidade localizada a 800 metros do estádio e que possui como justificativa de remoção o Parque Linear Rio Verde, que estava previsto na Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu.

2.1 Um breve olhar sobre São Paulo

Nesta seção o objetivo é apresentar uma breve caracterização da cidade a partir de alguns dados referentes às questões urbanísticas e habitacionais.

Segundo o CENSO 2010 (IBGE), a cidade de São Paulo possui 11.253.503 habitantes, sendo que destes, 204.871 vivem no distrito de Itaquera, conforme é possível visualizar na tabela 1 abaixo.

Como é possível observar a taxa de crescimento populacional dentro de São Paulo se deu de maneira distinta em relação às diversas regiões da cidade, sendo que, no período entre 1980 e 2010, a região central do município diminuiu a sua população, enquanto isso a região leste aumentou sua população. Observa-se que a taxa de crescimento do distrito de Itaquera é consideravelmente maior que a taxa de crescimento da região leste.

É possível observar também que, no período entre 1991 e 2000, enquanto a região central e oeste de São Paulo apresentavam taxas de crescimento populacional

²⁷ A pesquisadora Sabrina Duran buscou informações sobre este projeto através da 'Arquitetura da Gentrificação', os levantamentos desta pesquisa estão disponíveis em <http://reporterbrasil.org.br/privatizacaodarua/> Acessado em 10/10/2015.

negativas, a região leste e sul do município apresentavam as maiores taxas de crescimento populacional da cidade.

Tabela 1: População recenseada e taxa de crescimento populacional.

| Unidades Territoriais | 1980 | Taxa de Cresc.80/91 | 1991 | Taxa de Cresc.91/2000 | 2000 | Taxa de Cresc.2000/10 | 2010 |
|-----------------------|-----------|---------------------|-----------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|
| São Paulo | 8.493.226 | 1,16 | 9.646.185 | 0,88 | 10 434 252 | 0,76 | 11 253 503 |
| CENTRO | 526.170 | -1,24 | 458.677 | -2,24 | 373 914 | 1,43 | 431 106 |
| LESTE | 2.877.590 | 1,70 | 3.465.397 | 1,13 | 3.835.354 | 0,42 | 3.998.237 |
| Distrito de Itaquera | 126.727 | 3,00 | 175.366 | 1,56 | 201 512 | 0,17 | 204 871 |
| NORTE | 1.788.422 | 0,78 | 1.947.435 | 0,8 | 2.092.360 | 0,57 | 2.214.654 |
| OESTE | 983.455 | 0,17 | 1.002.489 | -0,94 | 920 806 | 1,06 | 1 023 486 |
| SUL | 2.317.588 | 1,64 | 2.772.187 | 1,65 | 3.211.818 | 1,11 | 3.586.020 |

Fonte: CENSO IBGE 1980, 1991, 2000 e 2010.²⁸

A subprefeitura de Itaquera é formada pelos distritos Cidade Líder, Itaquera, José Bonifácio e Parque do Carmo, sendo que o distrito de Itaquera possui a maior densidade demográfica desta subprefeitura, totalizando cerca de 14 mil habitantes por quilômetro quadrado, conforme é possível observar na tabela 2. Este valor supera consideravelmente a densidade demográfica da subprefeitura que possui 9.647 habitantes por quilômetro quadrado.

²⁸ Boa parte dos dados utilizados para a construção desta seção da pesquisa são dados brutos que foram organizados e elaborados pelo Infocidade da Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br> Acessado em 19/10/2015.

Tabela 2: Dados demográficos da Subprefeitura de Itaquera.

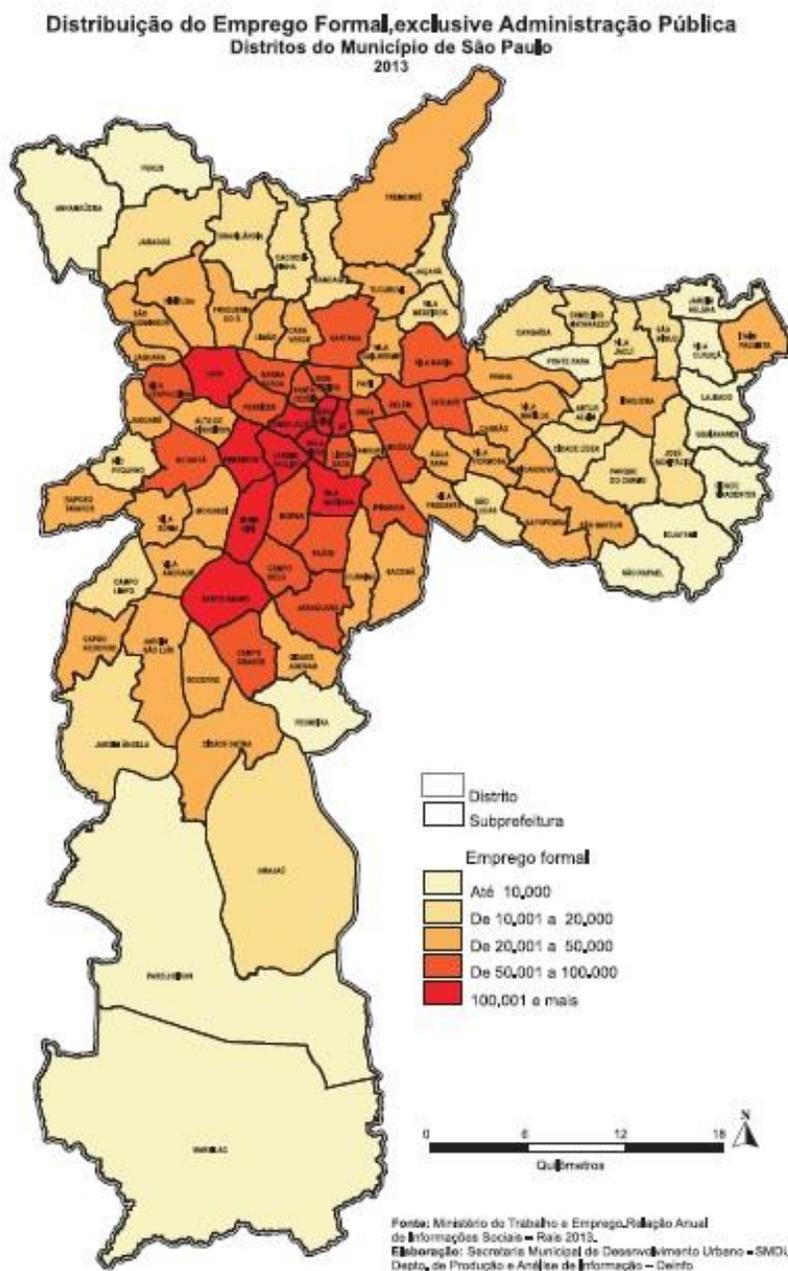
| Subprefeitura | Distritos | Área (km ²) | População (2010) | Densidade Demográfica (hab/km ²) |
|---------------|-----------------|-------------------------|------------------|--|
| Itaquera | Cidade Líder | 10,2 | 126.597 | 12.411 |
| | Itaquera | 14,6 | 204.871 | 14.032 |
| | José Bonifácio | 14,1 | 124.122 | 8.803 |
| | Parque do Carmo | 15,4 | 68.258 | 4.432 |
| | Total | 54,3 | 523.848 | 9.647 |

Fonte: IBGE (2010)²⁹.

Em relação à disponibilidade de empregos no setor privado, a partir da figura 4 abaixo é possível observar que há uma concentração de empregos na região central da cidade, e que esta disponibilidade vai diminuindo à medida que se aproxima das regiões periféricas da cidade.

²⁹ Elaboração: InfoCidade - PMSP

Figura 4: Disponibilidade de empregos no setor privado em 2013.

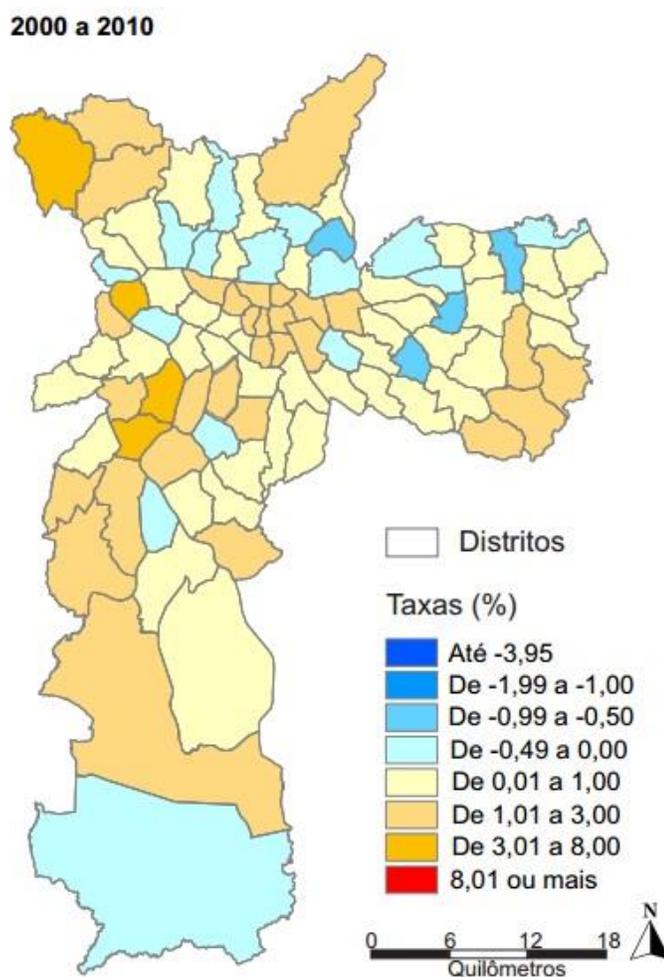


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – Rais (2013)³⁰.

³⁰ Elaboração: Infocidade – PMSP. Disponível em: http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/mapas/18_empregos_formais_no_setor_privado_2013_10276.pdf
Acessado em 19/10/2015.

Por outro lado, conforme exposto na figura abaixo, a população cresce a maiores taxas justamente nas regiões periféricas da cidade. Essa relação entre a disponibilidade de empregos e as regiões com maior taxa de crescimento populacional sugere que uma parte significativa dos munícipes se desloca até as regiões centrais de São Paulo, formando um fluxo pendular que pode justificar alguns problemas relacionados ao transporte público e a questão da mobilidade na cidade.

Figura 5: Taxa de crescimento populacional entre 2000 e 2010.



Fonte: Censo IBGE 2000 e 2010³¹.

³¹ Elaboração: Infocidade – PMSP. Disponível em: http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/mapas/7_taxas_de_crescimento_populacional_anual_1980_10315.pdf Acesso em 19/10/2015.

Segundo o Plano Municipal de Habitação (PMH) de 2011, o déficit habitacional do município é de 133 mil novos domicílios para substituição dos domicílios localizados em assentamentos precários em São Paulo.

O PMH considera que neste número enquadram-se todos os casos que serão solucionados apenas com a construção de um novo domicílio, seja devido as condições construtivas das casas, seja nos casos de ocupação de área de risco ou imprópria. Também incluiu-se nesta categoria os casos em que a remoção será necessária devido a implementação de obras públicas.

Ainda segundo o Plano, a maior parte do déficit habitacional está localizada nas regiões sul e sudeste, seguida pela região leste do município, conforme é possível observar na tabela 3.

Tabela 3: Déficit habitacional por substituição em 2009.

| Tipo de Assentamento | Mananciais (1) | Norte (1) | Sul (1) | Sudeste (1) | Leste (1) | Centro (1) | Difuso (2) | Total |
|--------------------------------------|---------------------------|----------------------|----------------|------------------------|------------------|-----------------------|-------------------|----------------|
| Favela ⁽¹⁾ | 9.958 | 18.603 | 30.107 | 28.165 | 16.578 | 6.261 | 0 | 109.672 |
| Loteamento ⁽¹⁾ | 5.847 | 1.492 | 40 | 0 | 4.065 | 0 | 0 | 11.444 |
| Núcleo urbanizado ⁽¹⁾ | 0 | 0 | 0 | 18 | 0 | 0 | 0 | 18 |
| Cortiço ^{(2) (3)} | | | | | | 1.663 | 10.395 | 12.058 |
| Conjunto Habitacional ⁽¹⁾ | 0 | 0 | 0 | 99 | 0 | 0 | 0 | 99 |
| Total | 15.805 | 20.095 | 30.147 | 28.282 | 20.643 | 7.924 | 10.395 | 133.291 |

Fonte: PMH (2011).

(1) Dados Habisp, 2009.

(2) Dados da Fundação Seade.

Além disso, o PMH também classifica os tipos de assentamentos precários que apresentam algum tipo de 'inadequação habitacional' em: favelas, loteamentos, núcleos urbanizados, cortiços e conjuntos habitacionais.

Na tabela 4 é possível perceber que o maior número de domicílios por assentamentos precários está localizado na região leste de São Paulo, superando em

cerca de 60.000 domicílios a região sul, que possui o segundo maior número de domicílios com algum tipo de inadequação habitacional.

Tabela 4: Domicílios por assentamentos precários em São Paulo.

| Tipo de assentamento | Mananciais⁽¹⁾ | Norte⁽¹⁾ | Sul⁽¹⁾ | Sudeste⁽¹⁾ | Leste⁽¹⁾ | Centro⁽¹⁾ | Difuso⁽²⁾ | Total |
|--------------------------------------|---------------------------------|----------------------------|--------------------------|------------------------------|----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|----------------|
| Favela ⁽¹⁾ | 54.886 | 65.696 | 117.793 | 64.980 | 67.072 | 10.724 | 0 | 381.151 |
| Loteamento ⁽¹⁾ | 100.031 | 60.679 | 44.953 | 22.739 | 154.552 | 0 | 0 | 383.044 |
| Núcleo urbanizado ⁽¹⁾ | 11.193 | 7.403 | 1.973 | 1.051 | 2.640 | 262 | 0 | 24.522 |
| Cortiço ⁽²⁾ | | | | | | 11.086 | 69.303 | 80.389 |
| Conjunto Habitacional ⁽¹⁾ | 669 | 8.128 | 4.657 | 2.533 | 3.056 | 1.659 | 0 | 20.702 |
| Total | 166.779 | 141.996 | 169.376 | 91.303 | 227.320 | 23.731 | 69.303 | 889.808 |

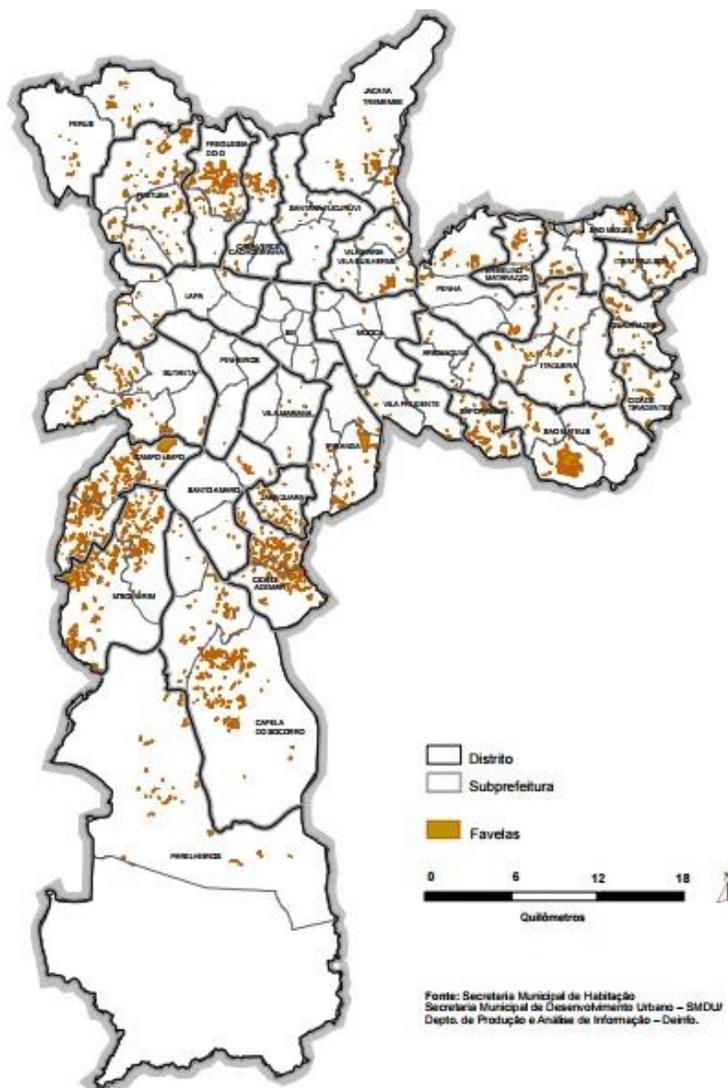
Fonte: Plano Municipal de Habitação (2011).

(1) Dados Habisp,2009.

(2) Dados da Fundação Seade.

Esta questão também pode ser visualizada na figura 6, que apresenta a distribuição espacial de favelas no município de São Paulo, onde é possível observar uma concentração maior de favelas principalmente na região leste e sul do município, assim como a baixa incidência de favelas na região central da cidade.

Figura 6: Distribuição de favelas em São Paulo.



Fonte: Infocidade – PMSP (2014)³².

Com a finalidade de quantificar e sistematizar as ações do poder público em relação às políticas habitacionais, o Plano Municipal de Habitação classifica a inadequação habitacional em dois aspectos. A inadequação urbanística, quando se refere à falta de infraestrutura e serviços, como por exemplo, o acesso à rede de

³² Disponível em http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/mapas/9_distribuicao_das_favelas_2014_10251.pdf
Acessado em 19/10/2015.

abastecimento de água e energia elétrica. E a inadequação fundiária, que se refere à falta de documentação que comprove a regularização da moradia.

Neste sentido, o PMH classificou e quantificou os assentamentos precários em relação às suas inadequações habitacionais, urbanísticas ou fundiárias, para que fosse possível planejar as ações da prefeitura. As classificações utilizadas pela prefeitura podem ser encontradas na tabela 5.

Tabela 5: Classificação dos assentamentos por tipo de inadequação fundiária ou urbanística.

| Tipo de assentamento | Serviço a executar |
|---|--|
| Empreendimento habitacional irregular | Regularizar |
| Favela | Urbanizar e regularizar |
| Favela a remover | Remover (com realocação total) |
| Favela titulada | Urbanizar (obras pontuais ou totais) |
| Loteamento irregular | Urbanizar, emitir auto e regularizar |
| Loteamento irregular sem auto de regularização ⁽¹⁾ | Emitir auto de regularização e regularizar |
| Loteamento irregular com auto de regularização ⁽¹⁾ | Regularizar |
| Núcleo urbanizado | Regularizar (título de concessão) |

Fonte: PMH (2011).

(1) Auto de regularização é a formalização da regularização técnica do parcelamento do solo que foi executado sem a aprovação prévia da prefeitura.

Dada esta classificação, o Plano Municipal de Habitação irá trazer dados sobre as regiões que compõem a cidade. A tabela 6 mostra uma versão dos assentamentos precários da cidade de São Paulo baseados nas condições de inadequação habitacional urbanísticas e fundiárias, dando uma noção das ações que serão realizadas futuramente.

É possível observar que o maior número de unidades habitacionais a remover está localizado na região sudeste do município, contabilizando 7.679 moradias que deverão ser removidas. A zona leste é a segunda maior região com o maior número de unidades habitacionais que serão removidas, com 5.770 domicílios.

O número de domicílios localizados em loteamentos urbanizados sem auto de regularização na zona leste também é bastante alto em relação às outras regiões da cidade.

Tabela 6: Domicílios por tipo de assentamento precário e por região administrativa.

| Tipo de Assentamento | Mananciais ⁽¹⁾ | Norte ⁽¹⁾ | Sul ⁽¹⁾ | Sudeste ⁽¹⁾ | Leste ⁽¹⁾ | Centro ⁽¹⁾ | Difuso ⁽²⁾ | Total |
|--|----------------------------------|-----------------------------|---------------------------|-------------------------------|-----------------------------|------------------------------|------------------------------|----------------|
| Favela a remover | 2.412 | 3.968 | 2.872 | 7.679 | 5.770 | 0 | | 22.701 |
| Favela titulada | 0 | 13.684 | 24.718 | 0 | 10.322 | 0 | | 48.724 |
| Favela | 52.474 | 48.044 | 90.203 | 57.301 | 50.980 | 10.724 | | 309.726 |
| Núcleo Urbanizado | 11.193 | 7.403 | 1.973 | 1.051 | 2.640 | 262 | | 24.522 |
| Loteamento | 47.680 | 23.033 | 8.505 | 75 | 55.833 | 0 | | 135.126 |
| Loteamento urbanizado sem auto de regularização | 46.562 | 26.379 | 33.488 | 18.172 | 89.385 | 0 | | 213.986 |
| Loteamento urbanizado com auto de regularização | 5.789 | 11.357 | 2.960 | 4.492 | 9.334 | 0 | | 33.932 |
| Conjunto Habitacional Irregular | 669 | 8.128 | 4.657 | 2.533 | 3.056 | 1.659 | | 20.702 |
| Cortiços | | | | | | 11.086 | 69.303 | 80.389 |
| Total | 166.779 | 141.996 | 169.376 | 91.303 | 227.320 | 23.731 | 69.303 | 889.808 |

Fonte: PMH – Sehab (2009).

É importante considerar que a região leste abrange a subprefeituras de Itaquera, Guaianases, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Itaim Paulista, Penha, São Matheus e São Miguel, sendo que nesta região vivem aproximadamente 2,85 milhões de pessoas, em cerca de 850.000 domicílios, sendo que destes, 227.320 são domicílios com inadequações habitacionais (urbanísticas ou fundiárias). Ou seja, a região apresenta um problema habitacional bastante complexo e variado.

A distribuição dos domicílios com inadequação habitacional da região leste está apresentada na tabela 7 abaixo.

Tabela 7: Número de domicílios por tipo de assentamento precário na região leste.

| Tipo de Assentamento | Domicílios |
|---|-------------------|
| Empreendimento habitacional a regularizar | 4575 |
| Favela | 42665 |
| Favela a remover | 7476 |
| Favela titulada | 10683 |
| Loteamento | 54728 |
| Loteamento urbanizado com auto | 11578 |
| Loteamento urbanizado sem auto | 85535 |
| Núcleo Urbanizado | 8795 |
| Total | 226035 |

Fonte: PMH (2011).

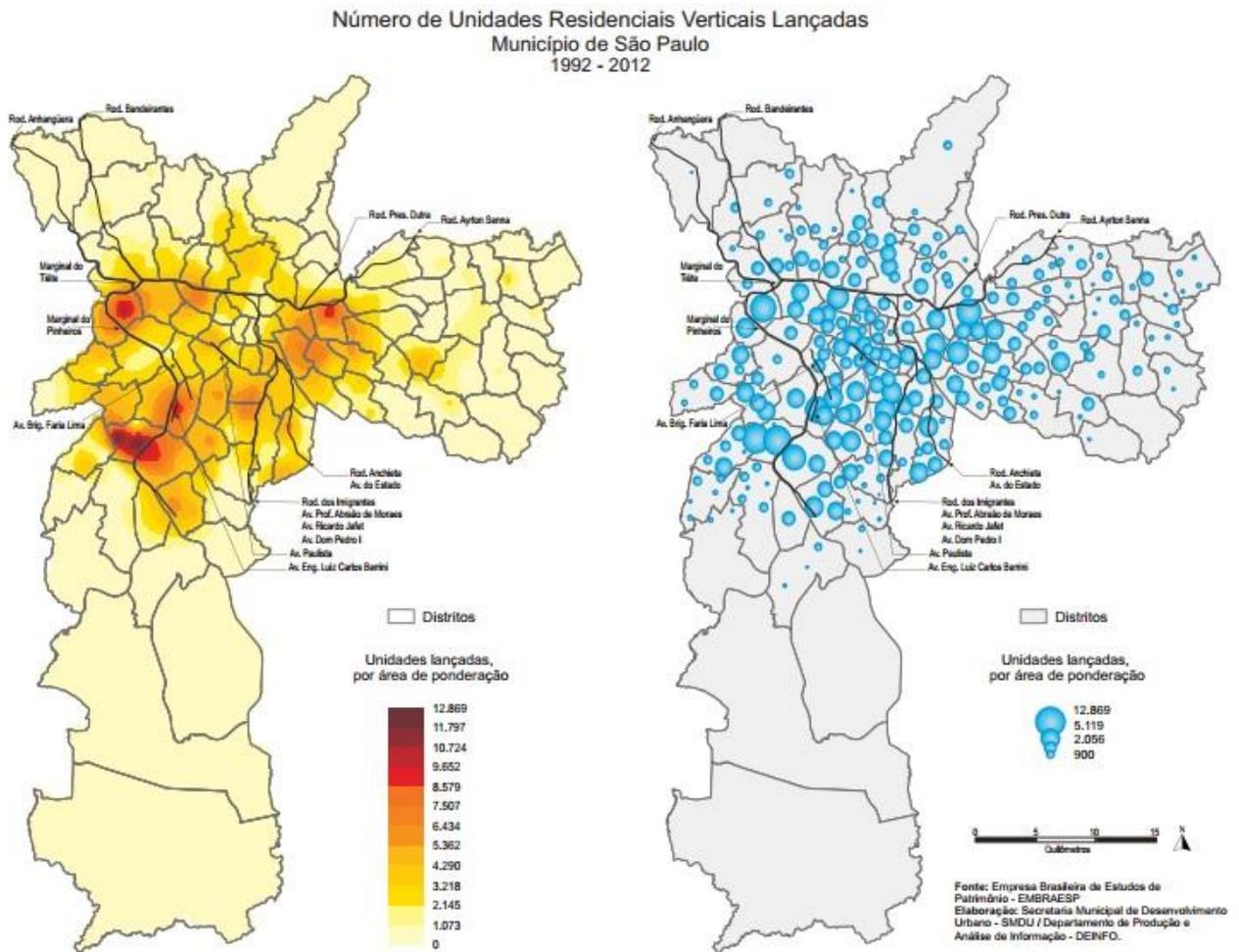
O PMH apresenta suas demandas e propostas organizadas em quatro quadriênios, que são os períodos de: 2009 a 2012, 2013 a 2016, 2017 a 2020 e 2021 a 2024. Em relação para às realocações programadas para a zona leste, o plano se compromete a realizar o reassentamento de apenas 1922 famílias no primeiro quadriênio. Já nos próximos três períodos a programação de realocação é baixa, contrapondo-se ao número de remoções a serem realizadas.

O plano também mostra que, no mesmo período serão necessárias 3.612 realocações, ou seja, um número consideravelmente maior em relação às realocações programadas. (PMH, 2011, p. 141)

Também é possível observar que o setor privado vem lançando diversas unidades habitacionais verticalizadas no município, que ocupam majoritariamente a região central da cidade, conforme mostra a figura 7.

Na zona leste é possível observar um número maior de lançamentos de unidades habitacionais em relação à zona sul, porém aparentam ser empreendimentos menores quando comparados aos empreendimentos localizados na região central de São Paulo. Ou seja, empreendimentos com menor número de unidades habitacionais em relação aos empreendimentos lançados na região central.

Figura 7: Número de unidades habitacionais verticais lançadas entre 1992 – 2012.



Fonte: PMSP – Infocidade³³.

Após esta breve contextualização, é possível perceber que São Paulo possui um elevado déficit habitacional, de aproximadamente 133 mil domicílios, concentrado principalmente na periferia da cidade, onde há maior concentração de domicílios com inadequações habitacionais, maior densidade e maior tempo médio de deslocamento entre a moradia e o trabalho.

³³ Disponível em http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/mapas/15_numero_de_unidades_residenciais_verticais_1992_10634.pdf Acessado em 20/10/2015.

Além disso, há também uma maior densidade populacional nas regiões periféricas, locais em que a taxa de crescimento populacional é mais alta. No entanto nessas regiões há uma menor disponibilidade de empregos, que concentram-se na região central. Isto faz com que milhares de pessoas se desloquem diariamente para o centro de São Paulo.

2.2 A OUC Rio Verde - Jacu e o Plano Diretor Estratégico: Dinâmicas Territoriais

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), conceitua a Operação Urbana Consorciada como:

“Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.

§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

§ 2º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

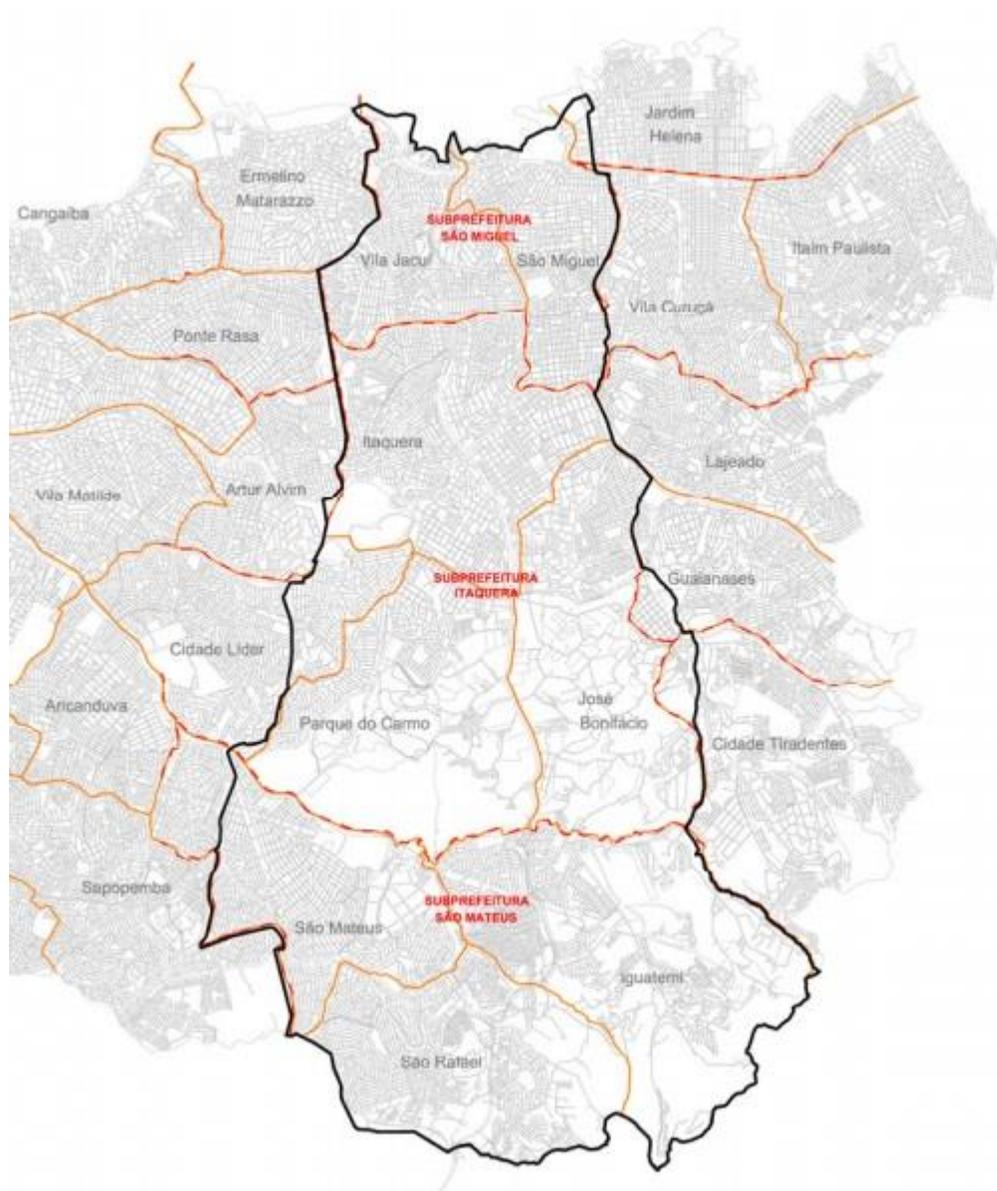
I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;

II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente”

A OUC Rio Verde-Jacu foi criada a partir da Lei nº 13.872 de julho de 2004, na gestão da então prefeita Marta Suplicy, e tem como objetivo “*promover transformações urbanísticas, sociais e ambientais e melhorias na área de influência da atual Avenida Jacu-Pêssego.*”, contando com a participação de moradores, proprietários, usuários e

investidores. O perímetro da OUC Rio-Verde é relativamente grande, englobando uma vasta área da região leste do município, como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 8: Perímetro da OUC Rio Verde.



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano³⁴ – PMSP.

³⁴ Disponível em

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/novas_operacoes_urbanas/temos_de_referencia/index.php?p=17817 Acessado em 04/10/2015.

Dentro da OUC Rio Verde – Jacu estava previsto a implantação do Parque Rio Verde, colocado enquanto uma ‘Área de Projeto Especial’, que poderia ser implementado através de desapropriações, de acordo com os programas da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano e da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Os recursos para a implantação destes programas, inclusive os custos com a desapropriação, deveriam ser oriundos da OUC Rio Verde-Jacu.

Se os novos acordos institucionais da escala federal (através da criação de leis específicas) atendem os interesses da escala global (COI, FIFA e seus parceiros), como já foi discutido anteriormente, os acordos locais, que não necessariamente obedecem às exigências internacionais, são importantes fatores para implementação de planos antigos, como mostra Oliveira (2013), apoiando-se na necessidade de preparar a cidade para o recebimento do megaevento em questão. No caso de São Paulo, há a discussão sobre a OUC Rio Verde, aprovada em 2004, que começa a aparecer mais na pauta a partir do momento em que a Copa foi direcionada para a Zona Leste, de acordo com a percepção dos moradores³⁵:

“Estou aqui há 16 anos, já perdi dois barracos em incêndio e ninguém me ajudou a reconstruir, agora que vai ter Copa, chegam aqui e dizem que temos que sair. Falam que é por causa do córrego (Rio Verde), mas não para onde vamos.”

Ainda que a prefeitura buscasse desvincular a implementação do parque com a realização da Copa em conversas com moradores da Vila da Paz e o Comitê Popular da Copa, outros agentes apresentavam (já em 2011) a Operação Urbana Rio Verde como a mais estratégica para a realização da Copa, como é possível perceber na matéria³⁶ intitulada “Conheça a Operação Urbana de Itaquera”, postada em 10 de junho

³⁵ Ver entrevista em: <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/obras-da-copa-desalojam-65-000-pessoas> - Acessado em 03/10/2013.

³⁶ Disponível em <http://www.portal2014.org.br/noticias/7226/CONHECA+A+OPERACAO+URBANA+DE+ITAQUERA.html> Acessado em 20/06/2015.

de 2011, onde o veículo de informação apresenta que de todas as operações urbanas apresentadas, a OUC Rio Verde-Jacu era a mais estratégica por englobar a área onde ocorreria a Copa.

Segundo Oliveira (2013) a implementação de Operações Urbanas Consorciadas, baseadas em estratégias de parcerias público-privadas são bastante utilizadas sob o argumento de viabilização de megaeventos esportivos e comumente seguem um padrão de grandes investimentos públicos sendo apropriados pela iniciativa privada, o que acaba por reforçar o caráter do envolvimento dos agentes políticos no cenário neoliberal.

Para Maricato (2014) o “plano estratégico” cumpre um papel contraditório, desregulando, privatizando e fragmentando a cidade, fortalecendo a ideia de competição entre as cidades a fim de atrair investimentos, minimizando conflitos, ou seja, agindo corporativamente.

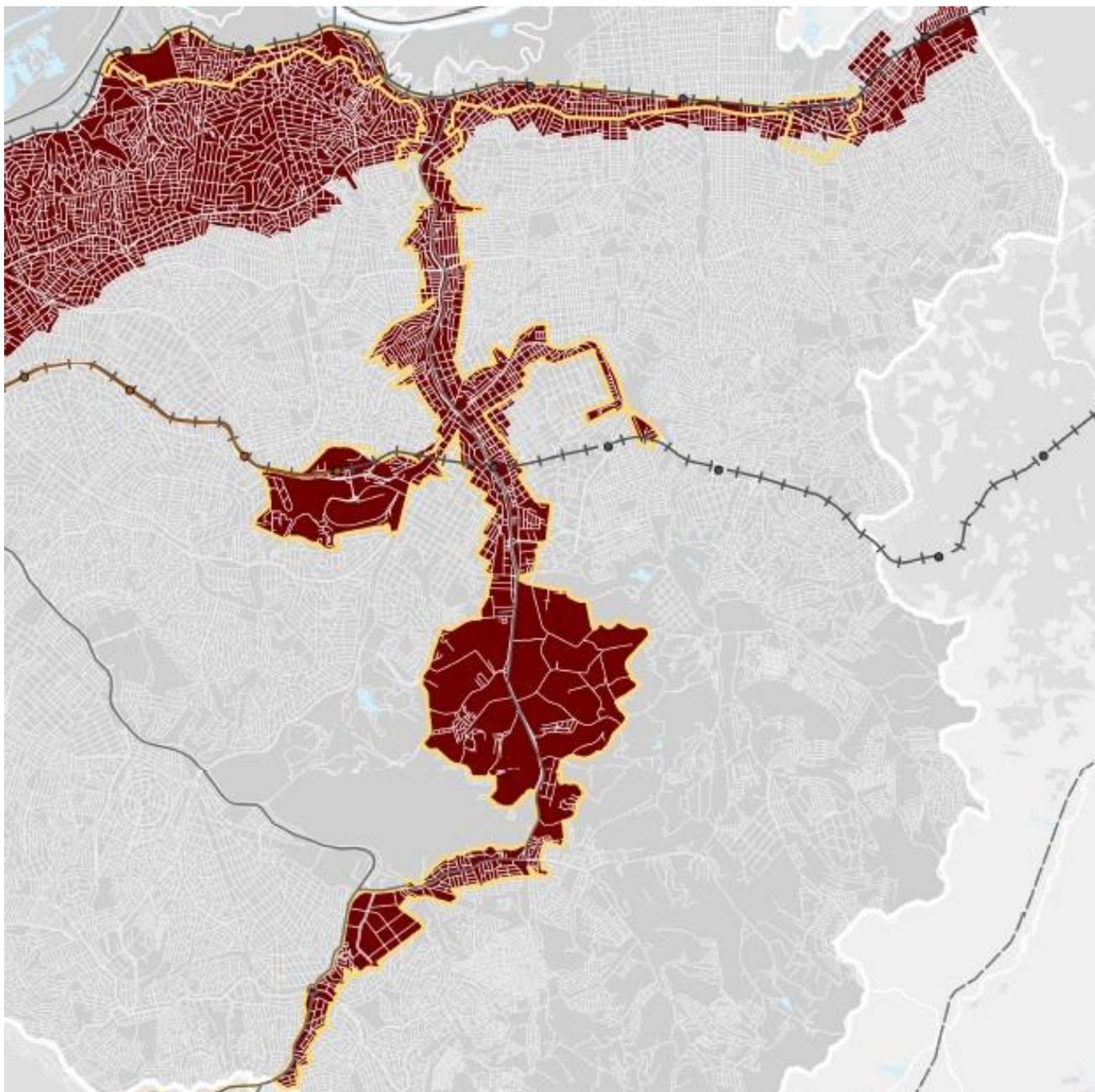
Por se tratar de uma lei de 2004 que estava em ‘stand by’, surgiu a necessidade por parte do poder público de adequar este plano de intervenções para as novas condições, o que foi realizado. Após a revisão, que teve como finalidade a adequação urbanística às novas condições, uma parcela da OUC Rio Verde-Jacu foi delimitada no Plano Diretor Estratégico de 2014 (Lei nº 16.050/2014) enquanto ‘Perímetro de incentivo ao desenvolvimento da Região Jacu-Pêssego’, estabelecido dentro da ‘Macroárea de Estruturação Metropolitana’, conforme mostrado na figura abaixo.

A Macroárea de Estruturação Urbana tem como diretriz principal *“promover transformações no espaço urbano, nas condições de uso e ocupação do solo e na base econômica de modo a desconcentrar oportunidades de emprego em direção aos bairros da periferia e de municípios metropolitanos.”*³⁷

Na figura 9 abaixo é possível observar a delimitação do ‘Perímetro de incentivo ao desenvolvimento da região Jacu-Pêssego’, contornado em amarelo, encontrado no Plano Diretor Estratégico de 2014.

³⁷ Disponível em <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/novo-pde-macroareas/> Acessado em 01/09/2015.

Figura 9: Perímetro de incentivo ao desenvolvimento da região Jacu-Pêssego.



Fonte: Plano Diretor Estratégico (Lei nº 16.050/2014).

Ao olharmos o mapa é possível perceber que a área demarcada diminuiu em relação ao perímetro da OUC Rio Verde-Jacu, e ainda compreende a região do estádio

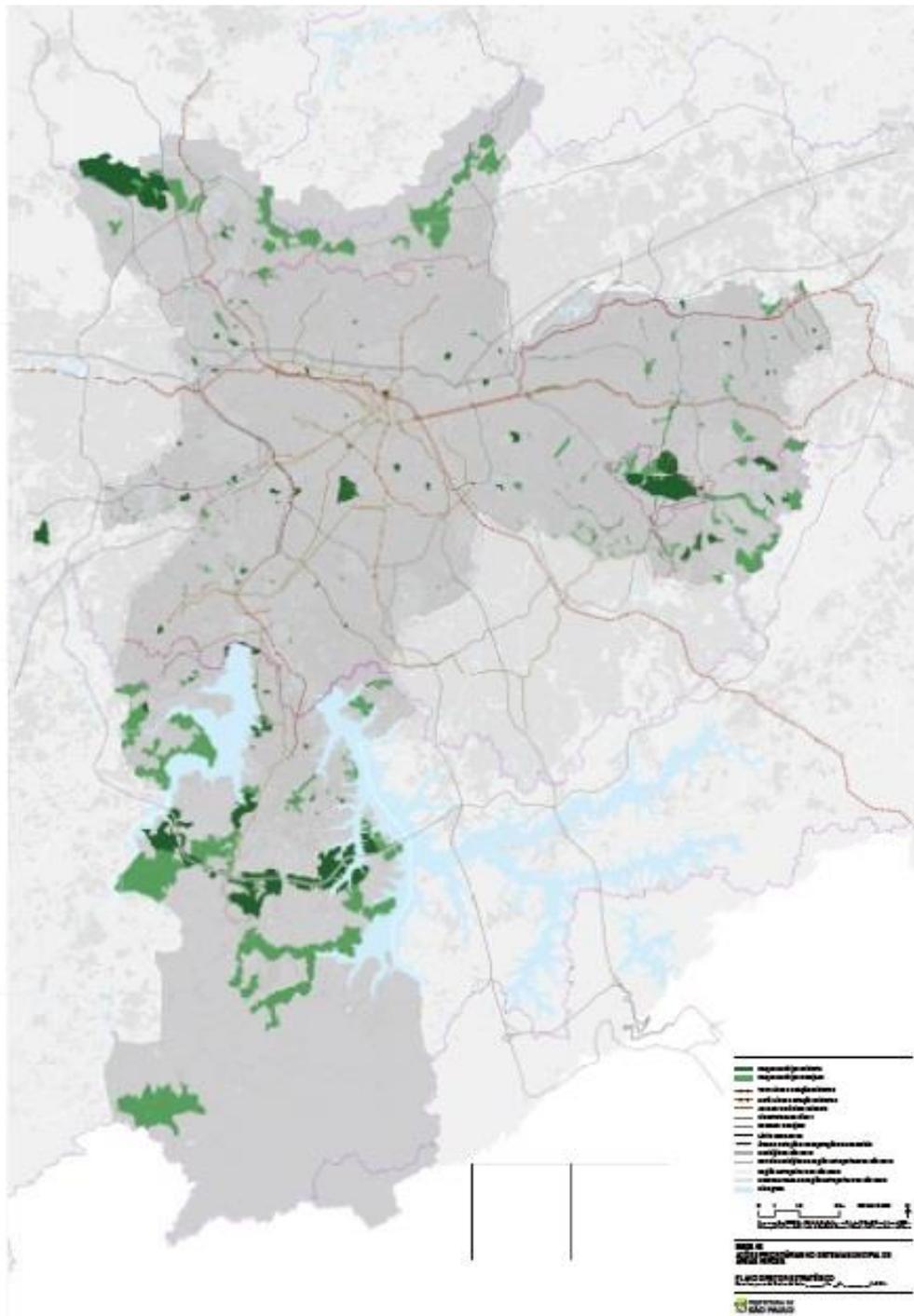
de Itaquera, o Parque Linear Rio Verde e a Vila da Paz, pontos em questão neste trabalho.

Segundo informações da prefeitura, o objetivo da demarcação como ‘perímetro de incentivo ao desenvolvimento’ é distribuir investimentos e aumentar a oferta de empregos em uma região com alta densidade habitacional e populacional. Para isso previu-se um aumento do coeficiente de aproveitamento dentro do perímetro, sem que houvesse a cobrança da outorga onerosa de potencial construtivo adicional³⁸. Além disso, estão previstas uma série de incentivos fiscais para a região, como a isenção sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, com o objetivo de atrair empregos.

Por outro lado, há ações planejadas em diversos campos, dentre elas a ampliação de áreas verdes a partir da criação de novos parques. Na figura 10 abaixo podemos ver os parques municipais existentes e aqueles planejados, categoria na qual o Parque Linear Rio Verde se insere, demarcada na cor verde clara.

³⁸ Segundo o conceito da prefeitura, a outorga onerosa de potencial construtivo adicional é: “a contrapartida financeira paga para que se possa construir para além do potencial construtivo básico até o limite do coeficiente de aproveitamento máximo. Os recursos são destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB) que os aplica em melhorias urbanísticas de acordo com critérios estabelecidos no PDE.” <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/novo-pde-outorga-onerosa/> Acessado em 02/09/2015.

Figura 10: Áreas verdes do município (existentes e planejadas).



Fonte: Plano Diretor Estratégico (Lei nº 16.050/2014).

Aproximando-se a área do Parque Linear Rio Verde da figura acima, é possível observar a demarcação do parque, dividida em uma parte que já foi implementada (representada pela cor verde escura) e a área planejada (representada pela cor verde clara), na figura abaixo.

Figura 11: Parque Linear Rio Verde (área existente e planejada).

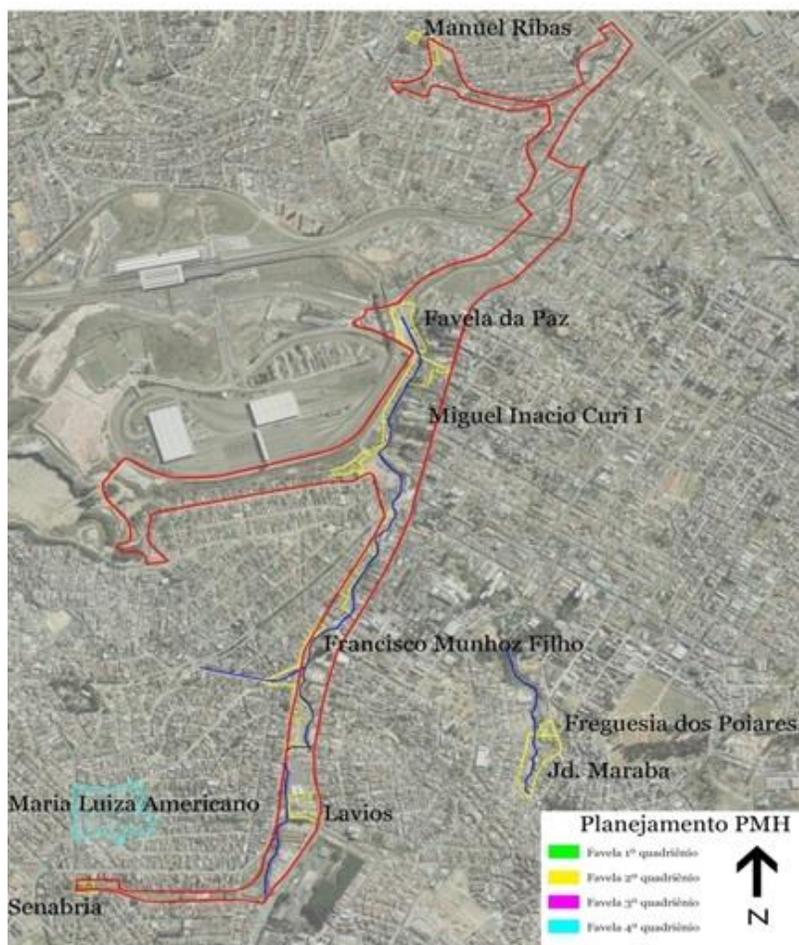


Fonte: Plano Diretor Estratégico (Lei nº 16.050/2014).

A implantação do Parque Linear Rio Verde foi prevista na OUC Rio Verde-Jacu, num primeiro momento, num contexto que abrangia uma série de intervenções urbanísticas, e que permanece como uma intervenção a ser realizada na discussão do

PDE. Vale lembrar que há poucas informações específicas sobre a implantação do parque, como estudo específicos de viabilidade, estudo de impactos ambientais e/ou de vizinhança. O perímetro do parque foi demarcado na OUC Rio Verde-Jacu, e representa a figura abaixo, extraída de uma apresentação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, ocorrida em 09 de maio de 2012³⁹.

Figura 12: Perímetro do Parque Linear Rio Verde.



Fonte: Apresentação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo (2012).

³⁹ Uma reportagem sobre o ocorrido para que fosse possível ter acesso a apresentação da Prefeitura foi realizada pelo jornalista investigativo Ciro Barros para a Agência Pública e pode ser encontrada em <http://www.apublica.org/2012/08/copa-do-mundo-2014-remocoes-em-itaquera-comunidade-da-paz-vive-escuro/> - Acessada em 29/09/2013.

Na figura acima é possível perceber que o parque passa por diversas comunidades, dentre elas a Favela da Paz. A prefeitura evitou vincular este projeto com a Copa, porém, em conversa com os moradores foi possível perceber que, para eles, essa relação é bastante clara.

De acordo com a apresentação da Prefeitura, a implantação do Parque Linear possui um forte apelo ambiental, sendo citada a necessidade de recuperação do curso d'água, fundo de vale e da área de drenagem. Além disso, a implantação prevê a remoção de todos os assentamentos precários localizados no trajeto do futuro parque.

O perímetro do Parque tende a acompanhar o trajeto do córrego, porém em determinados momentos, desvia-se deste trajeto, e entre estes desvios, engloba comunidades que não se localizam em sua margem, e uma área que circunda o terreno em que estão instalados o estádio de Itaquera e o Polo Institucional de Itaquera (utilizado como área de apoio da FIFA durante a Copa de 2014).

Segundo levantamentos do grupo Comunidades Unidas de Itaquera⁴⁰ a implantação total do parque deverá remover cerca de 3000 famílias em sete comunidades. A prefeitura não apresenta números oficiais em relação ao número total de famílias que serão removidas. Vale considerar que a primeira fase do Parque Linear Rio Verde já foi implementada e que a obra parou próxima à Vila da Paz.

Mesmo que previsto desde 2004, as desapropriações para instalação do parque só tiveram início após a definição de que a Arena Itaquera acolheria a abertura da Copa, o que induz à uma possível relação desta intervenção com a lógica de embelezamento e higienização da Copa, valorizando espaços até então deteriorados e beneficiando o mercado imobiliário, sem que se considere os efeitos perversos desta valorização, que acaba por determinar a expulsão da população de menor renda seja pelo processo em si da remoção, seja por processos indiretos de valorização da terra e consequente aumento do valor do aluguel.

⁴⁰ Informações do blog Comunidades Unidas de Itaquera, através do mapeamento das comunidades removidas e estimativas do número de famílias em cada uma delas, publicado em fevereiro de 2013. <https://comunasunidas.wordpress.com/2013/02/> Acessado em 20/09/2015.

Chama-se aqui de ‘remoções indiretas’, aquelas ocasionadas pelo aumento da prestação do aluguel, e pela conseqüente impossibilidade de pagá-lo, dinâmica que pode ser ocasionada por processos que ‘valorizem’ determinada área, repercutindo num possível aumento do aluguel.

Um exemplo dessa dinâmica, possivelmente ocasionada por intervenções urbanísticas que resultaram no aumento do aluguel, foi a ocupação pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) do terreno nomeado por eles como ‘Copa do Povo’. Situado a poucos quilômetros do estádio de Itaquera, esta ocupação foi justificada pelo fato das famílias não conseguirem mais pagar o aluguel na região⁴¹.

Após semanas de manifestações públicas, pressões políticas na câmara e nas audiências de discussão sobre a aprovação do novo Plano Diretor do município, em 30 de junho de 2014, as milhares de famílias ocupantes do terreno conseguem a regularização da área, que poderá acolher um projeto do programa Minha Casa, Minha Vida Entidades, que não necessariamente abrigará as famílias da ocupação, ainda que todas elas tenham sido cadastradas naquele momento pela prefeitura.

A partir de uma justificativa de cunho ambiental, implanta-se um projeto que tem como premissa a qualificação de um espaço, o que irá beneficiar os avanços do mercado imobiliário para a zona leste da capital paulistana, congregando os esforços públicos e privados no sentido de valorizar aquela região. Fato este que fortalece a afirmação de Maricato (2000) que relaciona o processo político que se formou em nossa sociedade, gerando uma grande desigualdade, contribuindo então para a formação de um mercado imobiliário ‘*restritivo e especulativo*’.

Para os moradores da região a justificativa de apelo ambiental do projeto não é coerente com as necessidades locais, e fez parte de um cenário secundário. Caso houvesse a comprovação deste fato, isso poderia representar a fragilidade no tratamento da questão ambiental, que deveria constar na agenda política de maneira legítima, dada sua importância. Porém, neste caso, surgem indícios de que o apelo

⁴¹ Caso relatado em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral%2cregularizacao-da-copa-do-povo-e-aprovada-pelos-vereadores%2c1521321> Acessado em 01/09/2015.

ambiental apresentado pelo poder público parece ser utilizado enquanto um discurso instrumental para legitimação, mascarando outros interesses.

Harvey (1996) afirma que o acolhimento de festivais e eventos culturais se tornam foco de investimentos por parte do poder público a partir de estratégias de renovação urbana, fazendo com que aquele território se pareça com um lugar inovador e seguro para visitar, consumir e investir, conforme a lógica do desenvolvimento espacial capitalista. Ações como estas determinam a legitimação de ações com caráter higienistas, utilizando-se de justificativas de qualificação dos espaços, conforme pode ser notado no projeto do Parque Linear Rio Verde.

Sendo assim, os procedimentos para que fosse possível a implementação do parque reforçam a argumentação de Maricato (2000) de que a definição dos investimentos é realizada a partir da exposição de interesses do capital imobiliário, e, portanto das 'necessidades' de empreiteiras e construtoras.

CAPÍTULO 3 - A VILA DA PAZ

A Vila da Paz está localizada próxima ao estádio do Corinthians, onde aconteceu a abertura do evento e seis jogos durante a realização do torneio, obtendo um lugar de destaque no contexto da Copa. A área pertence a Cohab – Companhia Metropolitana de Habitação, e é ocupada pelos moradores desde 1991, o que totaliza 24 anos de ocupação, e chegou a abrigar aproximadamente 380 famílias.

De acordo com o Estatuto da Cohab, sua finalidade⁴² é “estudar os problemas de habitação, principalmente habitação popular, notadamente na área metropolitana de São Paulo, planejar e executar suas soluções, em coordenação com os diferentes órgãos públicos ou privados, municipais ou não, visando tornar acessível às classes de menor renda a aquisição ou construção de casa própria”, assim como “Intervir em favelas, áreas degradadas, conjuntos habitacionais e assentamentos urbanos, diretamente ou por terceiros, visando a melhoria e recuperação habitacional e urbana, isoladamente ou em conjunto com outros entes de todas as esferas administrativas, mediante convênios, termos de cooperação, ajustes, acordos e outros instrumentos congêneres, incluindo a utilização de materiais e orientação técnica”.

Nota-se que a Cohab não teve a iniciativa de propor projetos de habitação para a comunidade da Paz, conforme as responsabilidades expostas em seu estatuto. E, em contradição ao estatuto, a prefeitura mobilizou-se para promover a remoção da comunidade, como veremos adiante.

A comunidade já passou por alguns processos de remoção, e de acordo com as informações da Prefeitura Municipal de São Paulo, o objetivo é remover a comunidade completamente, devido a implementação do Parque Linear Rio Verde, assim como a Vila da Paz, outras comunidades também devem ser removidas para a implantação do parque.

A Vila da Paz, que está localizada na Avenida Miguel Inácio Curi, dista aproximadamente, 800 metros da estação de trem e metro de Itaquera, e cerca de um

⁴² Artigo 5º do Capítulo III do Estatuto da Cohab, disponível em: <http://transparencia.cohab.sp.gov.br/images/005200/estatuto.pdf> Acessado em 21/09/2015.

quilômetro da estação Artur Alvim, ou seja, está bastante próxima da rede ferroviária, o que pode conferir uma posição relativamente privilegiada no que diz respeito à mobilidade urbana, sendo este um dos pontos valorizados pelos moradores. Além disso, o acesso a equipamentos urbanos como por exemplo equipamentos de saúde e educação e lazer também é relativamente fácil. (PEABIRU, 2013) A área também está localizada próxima a um shopping, um posto da rede 'Poupatempo' e ao centro comercial de Itaquera, contando também com um número significativo de linhas de ônibus.

Na figura 13 é possível visualizar a localização da comunidade que é cercada pelo pontilhão do metro e pelo terreno que abriga o Pólo Institucional de Itaquera ao lado direito da figura e pelo córrego Rio Verde pela esquerda.

Figura 13: Vista da Comunidade da Paz.



Fonte: SVMA (2012).⁴³

⁴³ Documento disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/pue_itaquera_cades_leste_set_2012.pdf acessado em 06/06/2013

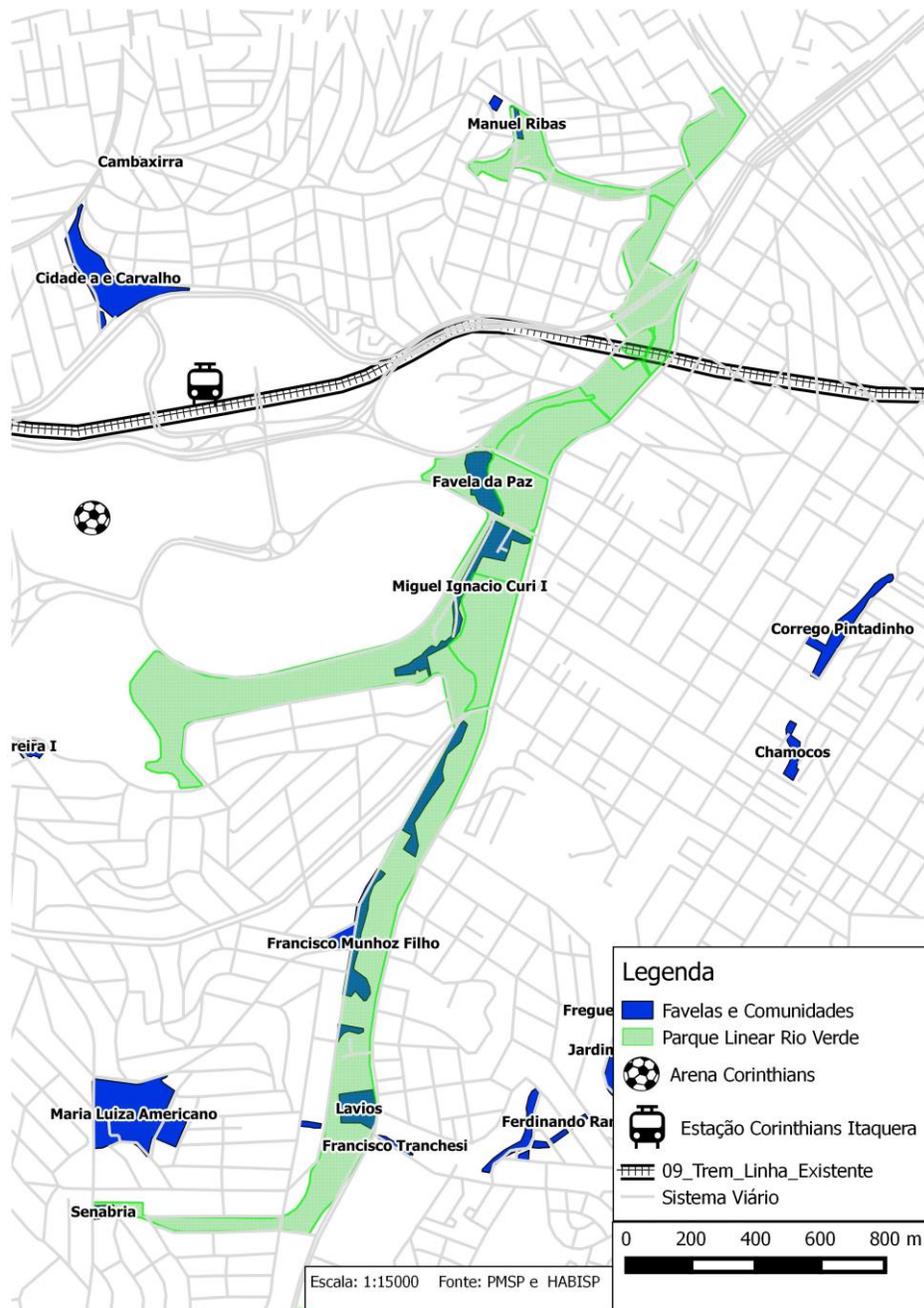
Apesar de sua localização interessante, a comunidade sofre com condições precárias, não possuía sistemas de abastecimento de água e de energia elétrica (que foi parcialmente instalada em 2015) e não possui coleta de esgoto, fazendo com que uma parte do esgoto corra pelas vielas da comunidade e outra seja despejada diretamente no córrego Rio Verde. Essas condições impõem dificuldades na vida das famílias que ali residem. Além disso, a grande maioria das casas localizadas na comunidade encontra-se em condições construtivas precárias, além de eventualmente estarem localizadas muito próximas ao córrego.

Ainda assim, de acordo com o levantamento da Peabiru (2013), a maior parte das famílias demonstrou interesse em permanecer naquela área, desde que fossem realizadas intervenções urbanísticas que melhorassem as condições de vida das famílias, como por exemplo, a implantação de rede de esgoto. Apesar das precariedades apresentadas, a comunidade está inserida em um território consideravelmente consolidado, usufruindo de equipamentos públicos, de saúde, educação e lazer, e necessitando de obras de adequação e de infraestrutura básica.

Ao tratar-se da remoção da comunidade, desconsidera-se também o fato de que, devido ao grande período de tempo que as famílias ocupam naquele local, construiu-se uma rede de laços comunitários e afetivos, fazendo com que haja relações de cooperação e solidariedade entre os moradores da comunidade. Além disso, os levantamentos da Peabiru (2013) também demonstraram que diversos núcleos familiares tem o seu sustento proporcionado por pequenos comércios dentro da própria comunidade. Para estas famílias, no caso de remoção, os prejuízos econômicos seriam ainda maiores.

Além da Vila da Paz, outras comunidades também serão removidas por conta da implementação do parque, conforme podemos observar na figura 14 abaixo. A construção do parque irá remover no total sete comunidades.

Figura 14: Comunidades que serão removidas por conta do parque.



Fonte: PMSP e Habisp.

3.1 Características socioeconômicas e a questão da vulnerabilidade

Com a finalidade de apresentar uma caracterização da Vila da Paz, buscou-se utilizar de algumas fontes de dados, o CENSO 2010 do IBGE, que traz dados mais gerais, relacionados ao setor censitário no qual a comunidade está contida. Uma segunda fonte de dados refere-se a um levantamento realizado pela prefeitura no momento do cadastramento das famílias em 2013, trazendo dados específicos deste núcleo habitacional. A terceira fonte de dados foi um levantamento realizado a partir de uma amostragem construída para a realização de um breve diagnóstico socioeconômico para o Plano Popular de Urbanização.

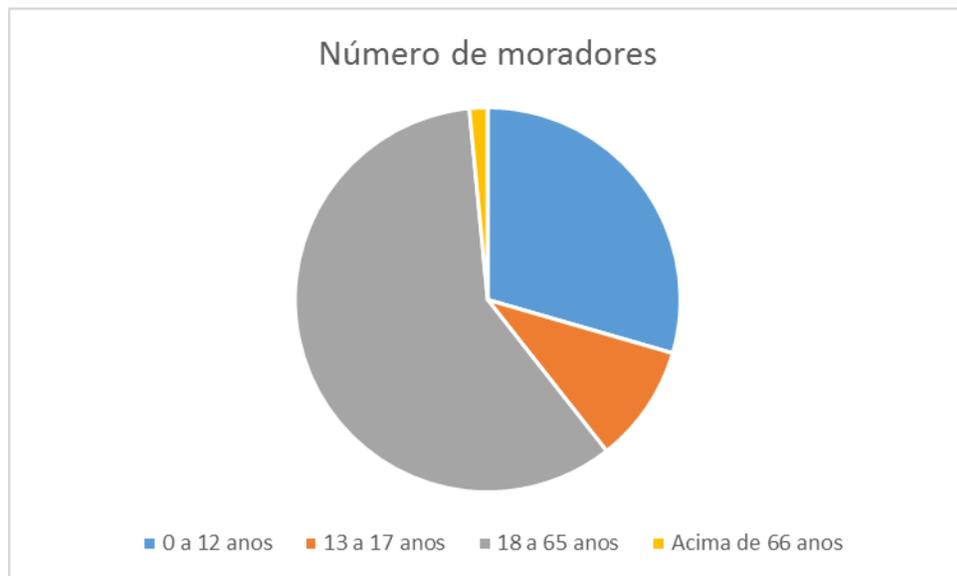
Este último levantamento foi feito no final do ano de 2012 a partir da aplicação de entrevistas por quatro assistentes sociais que compunham o grupo Comunidades Unidas de Itaquera, um dos grupos parceiros da Vila da Paz.

Pelo levantamento realizado pela prefeitura⁴⁴ identificou-se que, naquele momento, ocupavam a área da comunidade 377 famílias, que totalizavam 1050 pessoas. Deste total, 101 domicílios estavam localizados no que a prefeitura caracterizou como área de risco de acidentes geotécnicos no setor 1 e 12 domicílios localizavam-se no setor 5, caracterizado pelo risco de acidentes automobilísticos, devido ao fato de estarem localizados próximos a uma via com velocidade considerável, também por já ter ocorrido um acidente com vítima fatal.

A prefeitura organizou a distribuição de faixa etária na comunidade conforme é possível observar na figura 15 abaixo. Observa-se que há um número considerável de crianças e jovens, ao passo que há um número reduzido de idosos na comunidade.

⁴⁴ Os dados coletados pela prefeitura não estão disponíveis online. O acesso para estes dados se deu a partir de uma solicitação de cópia digital em uma das reuniões entre subprefeitura de Itaquera e os moradores da Vila da Paz, na qual estive presente representando o Comitê Popular da Copa de São Paulo.

Figura 15: Faixa etária dos moradores.



Fonte: Levantamento da prefeitura (2013).

O levantamento também mostrou que há 27 portadores de deficiências físicas na comunidade, assim como há um valor equilibrado no que diz respeito à proporção entre homens e mulheres, porém com um número ligeiramente maior de mulheres.

Uma das informações preocupantes apontadas, tanto no levantamento da prefeitura, quanto no diagnóstico do Plano Popular foi o fato da existência de uma parcela relativamente grande de crianças e jovens que não estão matriculadas na rede de ensino. Segundo a prefeitura, das 413 crianças e jovens, de 0 a 17 anos, aproximadamente 100 estavam fora da escola. O diagnóstico do Plano Popular aponta que, de 30 famílias entrevistadas numa primeira amostra, havia um total de 63 crianças em idade escolar, sendo que 25 delas não frequentavam a escola.

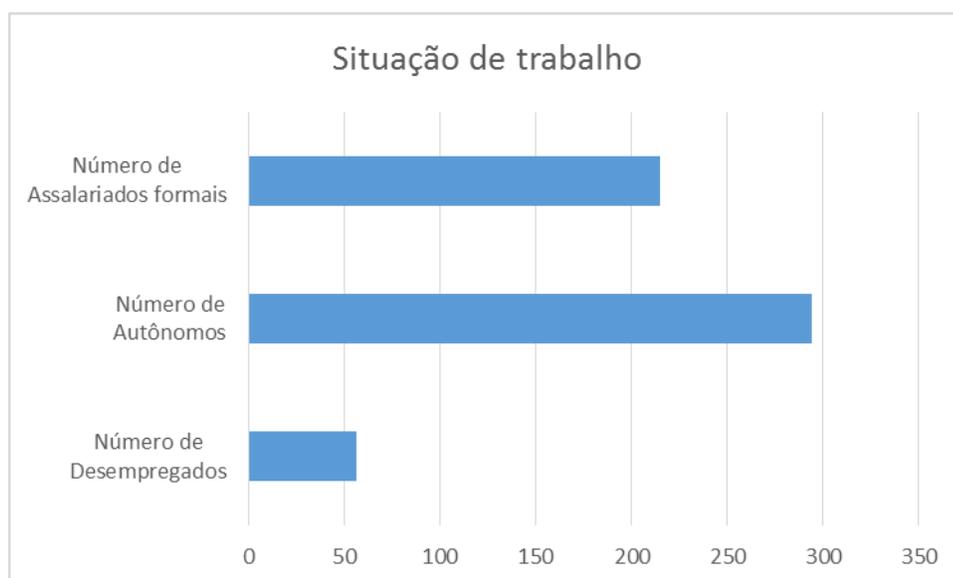
No levantamento realizado para o Plano Popular, o documento aponta que 46% dos adolescentes e jovens não acessam a rede escolar, principalmente pela baixa oferta de vagas na região, mas também pelo fato de ingressarem no mercado de trabalho precocemente.

No que diz respeito à questão de trabalho e renda a prefeitura mostra que, em 2012, de 565 pessoas em situação economicamente ativa, 56 (ou 10%) estavam

desempregadas, 294 (ou 52%) eram autônomas e 215 pessoas (ou 38%) eram assalariados formais, conforme é possível observar na figura 16 abaixo. Os assalariados formais possuíam uma média salarial ligeiramente maior que os trabalhadores autônomos.

Já o diagnóstico realizado para a construção do Plano Popular apresenta que, dentre os entrevistados (30 famílias na primeira fase e 72 famílias na segunda fase), 47% dos entrevistados estavam desempregados, o que se apresenta como um parâmetro importante, já que em 2012, a taxa de desemprego na região metropolitana era de 5,5% (IBGE)⁴⁵.

Figura 16: População economicamente ativa.



Fonte: Levantamento da prefeitura (2013).

O Plano Popular também mostra que 50% da população residente na Vila da Paz possuía uma renda familiar que se enquadra nos critérios dos programas de transferência de renda, porém boa parte não acessava o programa. O diagnóstico também mostra que apenas 7% das famílias possuía renda maior que três salários

⁴⁵ Notícia disponível em <http://economia.uol.com.br/noticias/infomoney/2013/01/31/taxa-de-desemprego-no-brasil-e-a-menor-desde-2002.htm> Acessado em 30/09/2015.

mínimos, o que não os habilitavam em alguns critérios do Programa Minha Casa, Minha Vida, que foi apresentado às famílias como a alternativa habitacional frente às remoções.

O diagnóstico social do plano mostra também que 56% dos moradores entrevistados não acessa os serviços de assistência social da cidade, ainda que muitas das famílias apresentem situações de vulnerabilidade, tanto do ponto de vista social, quanto do ponto de vista físico e ambiental. Por outro lado, 43% dos entrevistados disse conhecer e já ter recorrido ao uso de equipamentos de assistência social em algum momento. Na maioria das vezes, esse acesso se deu com a finalidade de buscar os programas de transferência de renda, mesmo que apenas 39% dos entrevistados estivessem inscritos nestes programas.

No que diz respeito ao acesso aos equipamentos de saúde, o plano constatou que 78% dos entrevistados recorrem às Unidades Básicas de Saúde próximas a comunidade, enquanto o restante alegou não utilizar esse equipamento devido às dificuldades existentes, como a falta de médicos e as grandes filas para marcar consultas.

No que tange à moradia, o plano constatou que 19% das casas são feitas total ou parcialmente de madeira, apresentando certa precariedade construtiva em relação à própria segurança estrutural, mas também no que diz respeito às condições de salubridade. Em contrapartida 81% das casas são de alvenaria, ainda que isso não represente boas condições construtivas e de salubridade. Um dos grandes problemas da comunidade é a quantidade de fios desencapados e expostos, provenientes das ligações clandestinas de energia, o que acarretou alguns episódios de incêndio na comunidade, ocasionando, inclusive uma vítima fatal.

Na figura 17 abaixo é possível observar a condição construtiva de algumas casas da comunidade.

Figura 17: Condição construtiva de casas da Vila da Paz.



Fonte: Acervo pessoal.

Por outro lado, apesar das precárias condições habitacionais, 48% dos entrevistados afirmaram que moram há mais de cinco anos na comunidade, e apenas 14% se mudaram para a área há menos de um ano. Na figura 18 abaixo é possível observar o tempo de moradia das famílias na Vila da Paz, sendo que 29% dos entrevistados moram na comunidade entre 11 e 20 anos. Esses números podem indicar a existência de laços comunitários consolidados. Segundo lideranças da comunidade há uma forte conexão entre as famílias, mas também em relação com o território.

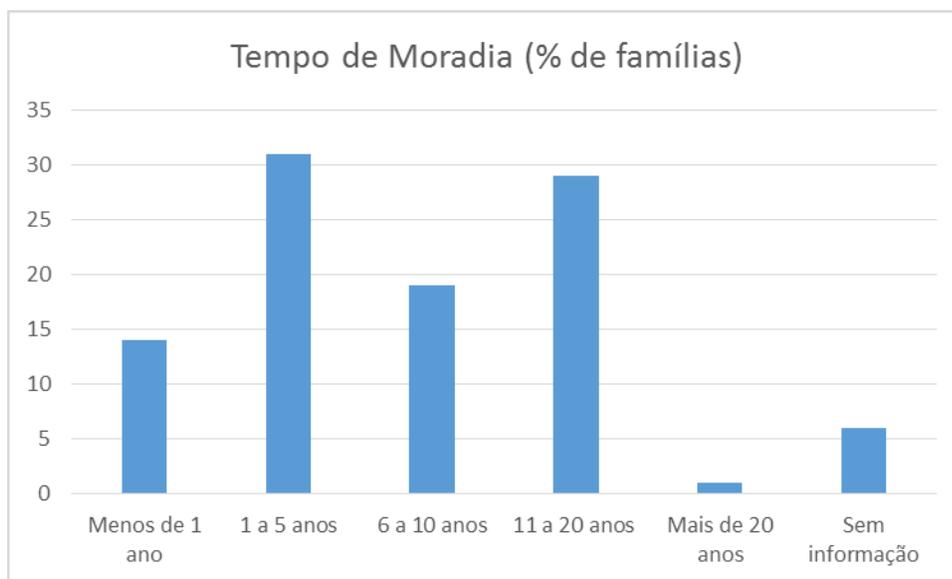
Além disso, é possível perceber também que 48% das famílias residentes na comunidade ocupam a área há mais de 6 anos, o que pode configurar uma situação de abandono em relação à um terreno público.

O Estatuto da Cidade⁴⁶ (Lei nº 10.257 de 2001) prevê a possibilidade de 'usucapião especial de imóvel urbano' para aqueles que ocuparem uma área por cinco anos ininterruptamente e sem oposição utilizando-a para moradia, poderá adquirir a

⁴⁶ Seção V, artigo 9 do Estatuto da cidade, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm Acessado em 20/10/2015.

área. É importante lembrar que a área em questão é de propriedade pública, portanto não há possibilidade de aplicação deste instrumento, ainda assim é possível perceber os critérios para caracterização de 'abandono da área' foram atendidos.

Figura 18: Tempo de Moradia.



Fonte: Plano Popular de Urbanização da Comunidade da Paz.

A prefeitura alega que entre junho e outubro 2013 houve a construção de 77 domicílios na Vila da Paz.

Para ilustrar outros indicadores socioeconômicos buscou-se construir alguns mapas apresentando dados colhidos para a construção do diagnóstico do plano popular e comparando-os aos dados disponíveis no CENSO 2010. A escala escolhida tem relação com as variáveis disponíveis e a análise pretendida, ou seja, comparar os dados da Paz, com dados do entorno, localizando a região dentro do contexto municipal.

Em relação às variáveis escolhidas optou-se por cruzar dados disponibilizadas pelo CENSO do IBGE (2010) com algumas informações disponibilizadas no diagnóstico do Plano Popular de Urbanização da Comunidade da Paz, a fim de tornar possível a comparação dos setores censitários no entorno da Paz e o setor censitário em que está

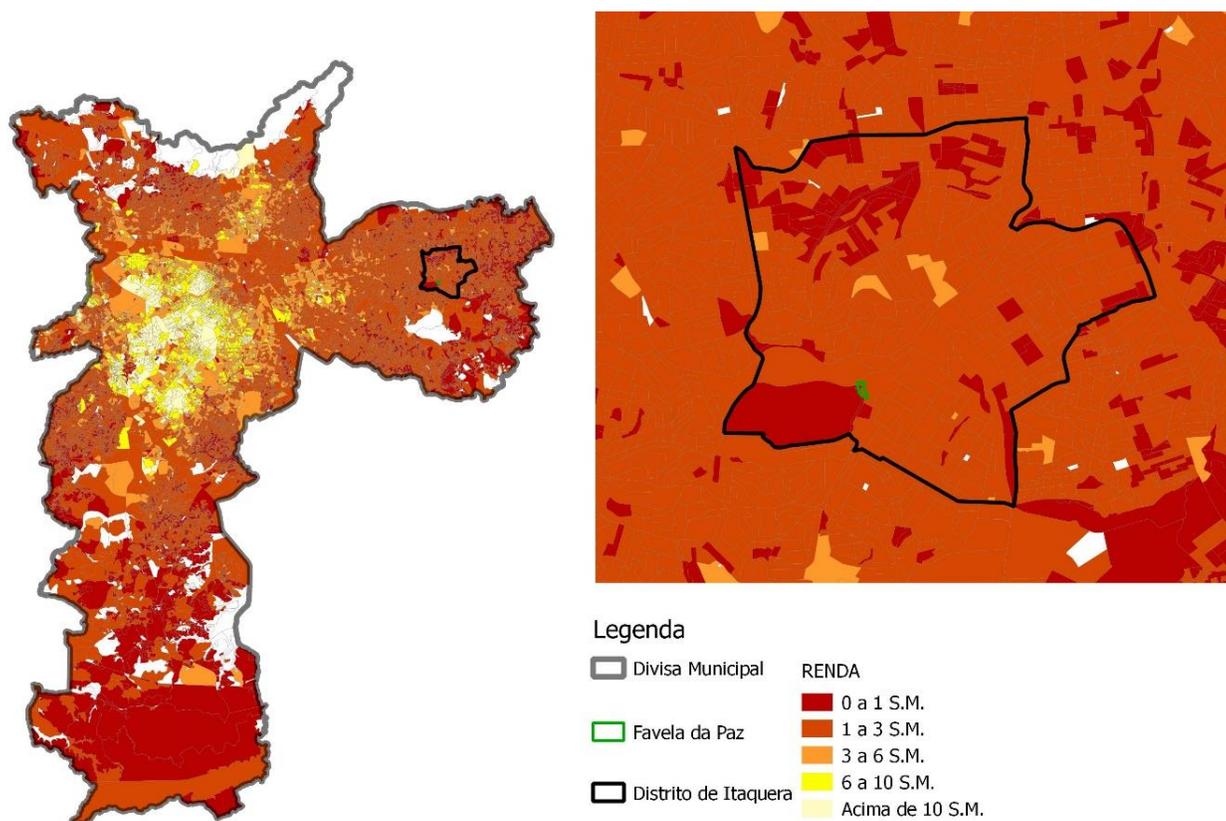
contida a comunidade. É importante lembrar que a Vila da Paz está classificada como um aglomerado subnormal⁴⁷ pelo IBGE (2010).

Dessa maneira os parâmetros de análise escolhidos foram: renda média por domicílio, porcentagem de pessoas alfabetizadas por setor censitário, porcentagem de mulheres que são a principal fonte de renda, porcentagem de domicílios que são atendidos pela rede de abastecimento de água, porcentagem de domicílios que são atendidas pela rede de abastecimentos de energia e porcentagem de domicílios que são atendidos pela rede de esgotamento sanitário.

No que diz respeito à renda média, observando a figura 19 abaixo é possível visualizar a distribuição de renda na cidade de São Paulo, e um enfoque no distrito de Itaquera, onde está inserida a Vila da Paz. Nota-se que o distrito de Itaquera possui a maioria dos seus setores censitários com renda de um a três salários mínimos, e que no setor censitário que compreende a Vila da Paz há a predominância de domicílios com renda mensal de zero a três salários mínimos, dado corroborado pelo Plano Popular Alternativo, o estudo aponta que em 24% dos domicílios as famílias recebem até um salário mínimo, e em 30% dos domicílios a renda média mensal das famílias varia entre um a dois salários mínimos, somando 54% das famílias com renda entre zero a dois salários mínimos, apresentando, portanto, uma situação inferior quando comparado ao seu entorno quando trata-se da renda média por domicílio.

⁴⁷ Definição de aglomerado subnormal para o IBGE (2010), “Aglomerados Subnormais são um conjunto constituído por no mínimo 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...), ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria de serviços públicos e essenciais.

Figura 19: Distribuição da renda média mensal por domicílio.



Fonte: CENSO 2010 (IBGE).

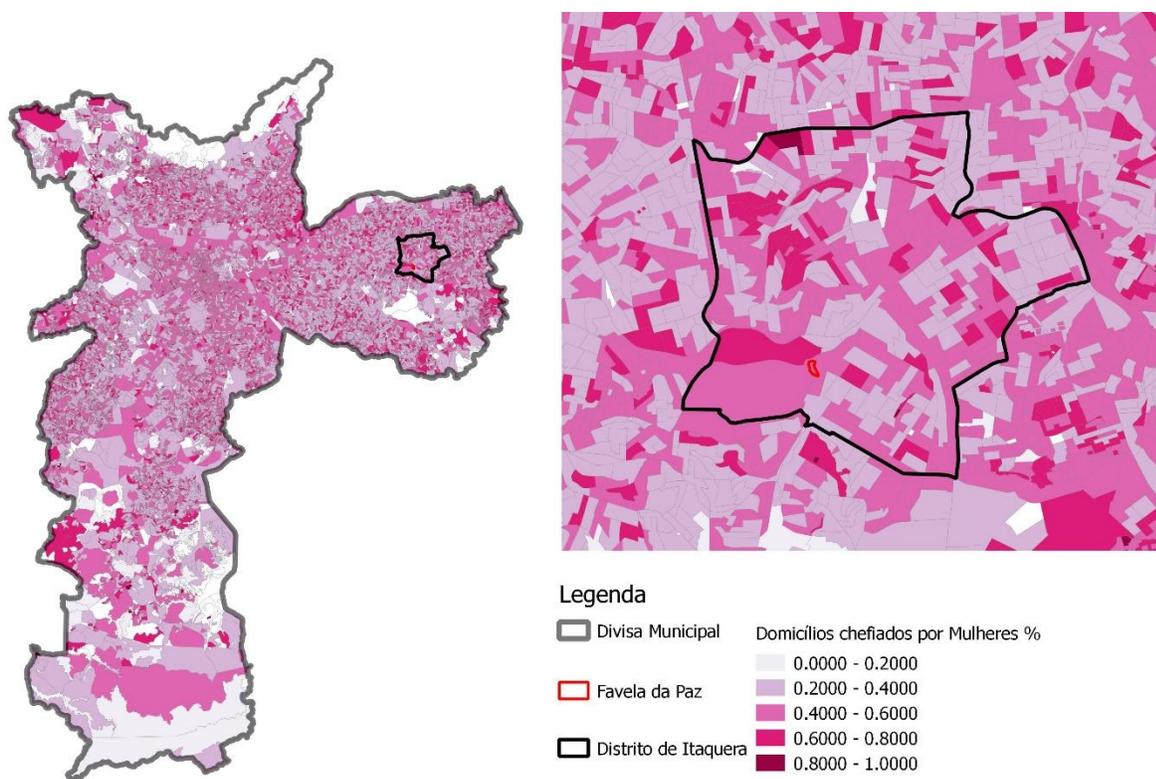
A partir da figura 20, é possível perceber que há uma distribuição bastante heterogênea em relação à porcentagem de famílias chefiadas por mulheres, ainda que esta distribuição apresente certa concentração de famílias com uma figura feminina como arrimo de família nas franjas da cidade. Ao observar o setor censitário da comunidade da Paz, a distribuição espacial mostra que há entre 40% e 60% de domicílios chefiados por mulheres. O Plano Popular levantou que há na comunidade 68% de famílias chefiadas por mulheres, corroborando os dados levantados pelo IBGE.

Por outro lado, este dado se contradiz com o apresentado pela prefeitura, que indica que 195 famílias apresentavam a figura masculina como o chefe de família,

enquanto 159 famílias eram chefiadas por mulheres, o que representa cerca de 44% das famílias chefiadas por uma figura feminina.

Esta informação é um indicativo relativamente importante, já que nos mostra que num cenário extremo cerca de 68% das mulheres possui jornada dupla, ou seja, formal e informal, e que além disso, as mulheres comumente são responsáveis pela educação, cuidados com a saúde, alimentação e bem-estar dos filhos, conferindo à mulher uma maior condição de vulnerabilidade física e mental.

Figura 20: Porcentagem de domicílios que possui mulheres como chefes de família.



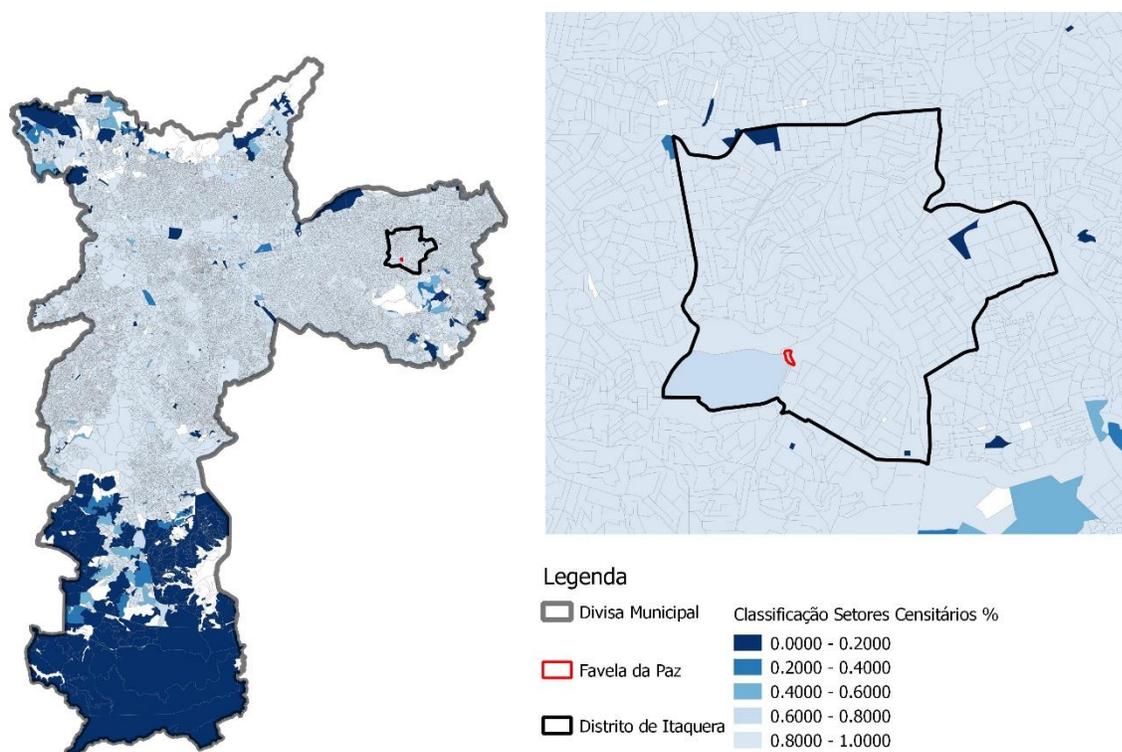
Fonte: CENSO 2010 (IBGE).

Em relação à porcentagem de domicílios que são atendidos pela rede de abastecimento de água, a partir da figura 21 é possível constatar um número considerável de famílias que possuem acesso à rede oficial no município, incluindo o

distrito de Itaquera, que apresenta cerca de 60 a 80% dos domicílios atendidos pela rede, o mesmo pode ser observado no setor censitário que abrange a Vila da Paz. Por outro lado, a comunidade pôde ter acesso à rede oficial de abastecimento de água apenas em novembro de 2014, após quatro anos de um intenso processo de mobilização e resistência, que será apresentado posteriormente.

Este dado pode sinalizar a existência de uma maior vulnerabilidade da Vila da Paz quando comparada às comunidades e bairros do seu entorno.

Figura 21: Porcentagem de domicílios atendidos pela rede de abastecimento de água.



Fonte: CENSO 2010 (IBGE).

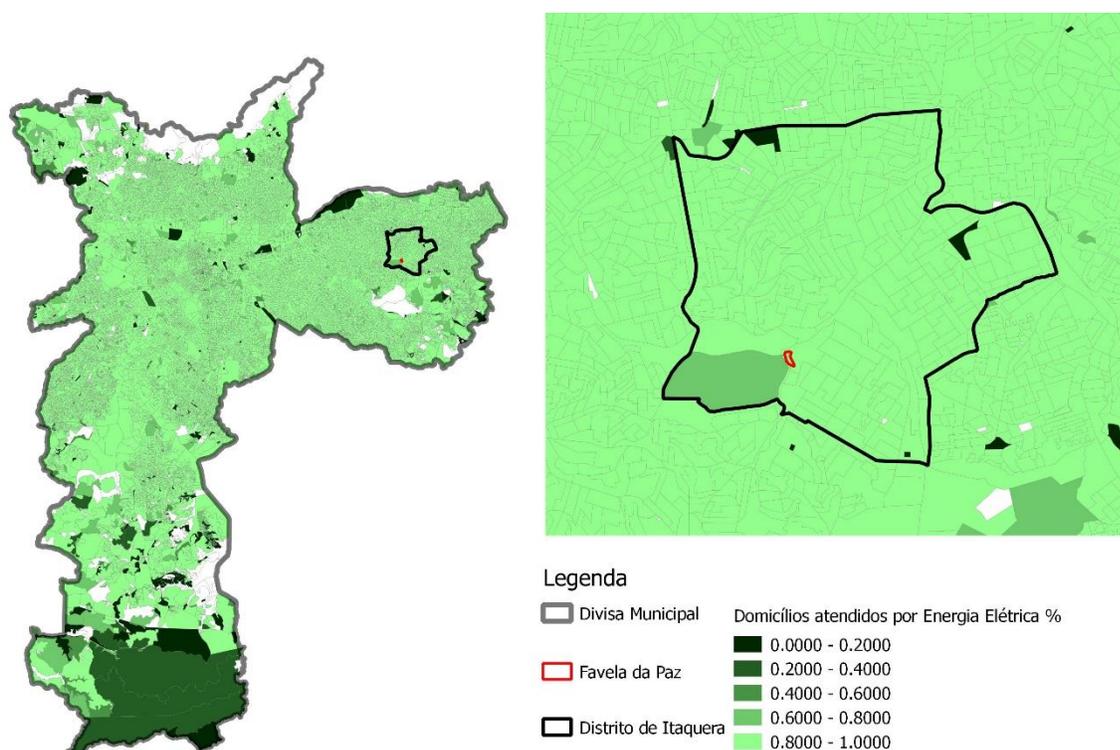
No que diz respeito a rede de abastecimento de energia, a situação é similar à questão da água. Nota-se que os moradores da Vila da Paz apenas tiveram acesso à rede oficial de energia em novembro de 2014 e, atualmente, este processo ainda

encontra-se em andamento. Ainda que a maioria dos domicílios do seu entorno já possuíssem acesso à rede oficial de energia, com cerca de 60 a 80% dos domicílios atendidos pela rede, a comunidade precisou se mobilizar durante quase quatro anos para conseguir o mesmo acesso. Na figura 22 é possível visualizar esta questão.

As ligações clandestinas ocasionaram alguns episódios de incêndio na comunidade, inclusive com a morte de um morador.

É importante pontuar que, estes dados são do ano de 2010, quando o estádio do Corinthians e o Polo Institucional ainda não haviam sido construídos, logo o terreno ao lado da comunidade da Paz estava vazio (segundo os moradores havia uma tubulação da Sabesp naquela área), e isso possivelmente explica a maior porcentagem de domicílios sem acesso a rede de água, energia e esgoto naquela época.

Figura 22: Porcentagem de domicílios atendidos pela rede de abastecimento de energia.



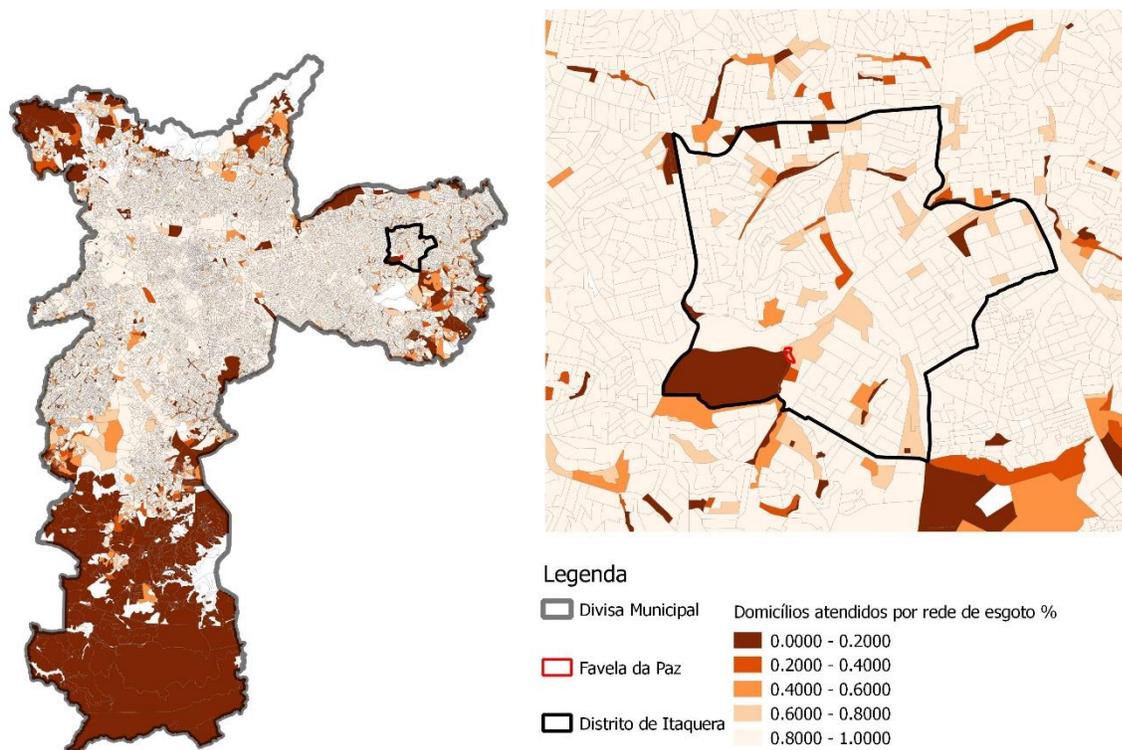
Fonte: CENSO 2010 (IBGE).

Em relação a rede de esgoto é possível perceber que há uma situação menos homogênea no município, como é possível visualizar na figura 23. Ao analisarmos o distrito de Itaquera essa questão fica um pouco mais nítida, aparecendo setores em faixas diversas de atendimento.

Ao analisarmos a situação Vila da Paz, é possível notar que o setor censitário no qual a comunidade está inserida possui cerca de 60 a 80% dos domicílios atendidos pela rede de esgoto, porém, na comunidade não há rede de esgotamento sanitário. Dessa maneira, na comunidade os resíduos passam pelas vielas, o que ocasiona um forte odor, e o que pode vir a causar diversas doenças aos moradores da comunidade. Segundo os moradores, este é um dos maiores problemas da comunidade.

Ainda em relação ao setor que possui a menor porcentagem de domicílios com acesso a rede de esgoto, é importante pontuar que, naquele momento, tratava-se de um grande terreno que, até então, não era utilizado, com pouquíssimos domicílios.

Figura 23: Porcentagem de domicílios atendidos pela rede de abastecimento de esgoto.



Fonte: CENSO 2010 (IBGE).

Um dos fatores apresentados por Kowarick (2009) como um indicador de vulnerabilidade socioeconômica é a questão da violência. Porém, diferente dos casos apresentados pelo autor, a Vila da Paz não apresenta muitos episódios associados à situações de violência. O autor coloca que na maioria das favelas a violência passa a fazer parte do cotidiano das pessoas, estruturando o seu cotidiano, demarcando espaços e estereotipando as comunidades num tripé que envolve 'barraco-pobreza-violência', resultando em percepções discriminatórias para quem olha de fora.

A partir das entrevistas realizadas por mim com os moradores, nenhum deles citou a violência como um dos problemas rotineiros da comunidade. A maioria dos entrevistados conta que a tranquilidade na Vila da Paz é uma das vantagens de se viver

ali. Moradores relatam a existência de alguns problemas com usuários drogas lícitas e ilícitas, porém não mencionam a presença do tráfico na comunidade.

O levantamento urbanístico para a construção de um diagnóstico para o Plano Popular da comunidade da Paz constatou a presença de diversos empreendimentos comerciais e de uso social dos moradores, como bares, salões de cabeleireiro, pequenas vendas, igrejas, lojas de doce e também espaços de encontro e lazer, como a quadra situada no meio da comunidade.

Este levantamento foi realizado a partir da identificação dos próprios moradores através de uma foto aérea da região. Neste levantamento também buscou-se levantar a localização das casas dos moradores e os empreendimentos comerciais, a fim de entender a dinâmica da comunidade.

Em relação ao entorno da Vila da Paz, o levantamento realizado para a construção do Plano Popular de Urbanização constatou que a comunidade está situada em uma área relativamente consolidada, com acesso à equipamentos públicos de saúde, lazer e educação nos raios de 1 e 2,5 quilômetros⁴⁸. Há um centro de compras bastante próximo à comunidade, e também o Polo Institucional de Itaquera, que ainda não foi finalizado, porém contará com diversos equipamentos, como uma FATEC, uma ETEC e um SENAI. A comunidade também está próxima de duas estações de trem (CPTM) e uma estação do metrô, sendo atendida por algumas linhas de ônibus e um terminal de ônibus intermunicipal próximo, o que facilita o acesso a outras áreas da cidade. Contudo, os moradores informam que a maioria das viagens utilizando o transporte público tem como finalidade o acesso ao trabalho.

Um dos procedimentos para a construção do Plano Popular referia-se ao levantamento de equipamentos públicos próximos da comunidade, este levantamento foi feito por técnicos da assessoria técnica Peabiru.

Especificamente sobre os equipamentos públicos de educação foram encontrados uma escola estadual de ensino fundamental e médio no raio de um quilômetro, oito escolas municipais de ensino infantil, duas escolas municipais de

⁴⁸ Distância consideradas razoáveis para o acesso a pé ou por uma condução.

ensino fundamental, sete escolas estaduais de ensino fundamental e médio, 12 creches e uma biblioteca no raio de 2,5 quilômetros.

Sobre os equipamentos de saúde foram identificados quatro unidades de atendimento médico ambulatoriais (AMA), uma unidade básica de saúde (UBS) e dois hospitais: Santa Marcelina e Waldomiro de Paula, que não se encontram dentro do raio estabelecido, porém são amplamente utilizados pelos moradores.

O entorno ainda conta com cinco equipamentos públicos ligados à assistência social, sendo eles dois centros de assistência e referência social (CRAS), um centro para a juventude, um centro para crianças e adolescentes e um centro de formação e cultura.

A assistência técnica Peabiru considerou que, apesar das precariedades apresentadas anteriormente, a Vila da Paz está localizada em uma região bastante consolidada e constatou nas entrevistas que a ampla oferta e acesso aos equipamentos públicos era uma das principais justificativas que os moradores apresentavam quando questionados sobre o seu desejo de permanecer na área.

Uma outra justificativa é a existência de laços comunitários bastante consolidados, formando uma rede de solidariedade entre os moradores, o que seria prejudicado no caso de realocação em outras áreas, principalmente se as famílias fossem para locais diferentes, como era esperado no caso do auxílio – aluguel.

O fato dos moradores da comunidade desejarem permanecer na área também foi verificado durante conversas com os moradores da Vila da Paz em algumas das atividades que acompanhei na comunidade.

Na figura 24 é possível visualizar um exemplo do levantamento de equipamentos públicos no entorno da comunidade da Paz realizado pela Peabiru.

Figura 24: Levantamento de equipamentos públicos.



Fonte: Plano Popular de Urbanização da Favela da Paz (2013).

Apresentada uma breve caracterização da Vila da Paz, é possível questionar a condição de vulnerabilidade socioeconômica em que seus moradores se encontram, principalmente se analisarmos as questões relacionadas à renda familiar e o acesso à serviços básicos.

Kowarick (2009) entende o conceito de vulnerabilidade socioeconômica e civil como,

“a situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania. Entre eles destaca-se a questão habitacional que não pode ser reduzida apenas à qualidade de moradia, aspecto importante mas não único, pois implica também a sua localização e os serviços existentes no bairro em que se localiza.” (KOWARICK, 2009, p. 19)

Hogan (2005, p. 331) delimita duas abordagens da vulnerabilidade que são importantes para seus trabalhos, e que serão as abordagens utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho: a vulnerabilidade de lugar, que está mais ligada aos aspectos físicos e ambientais da questão, e a vulnerabilidade de grupos sociais ou indivíduos, que está associada à relação entre os impactos sociais e ecológicos de determinadas mudanças ambientais.

Marandola e Hogan (2006, p. 25), não se baseiam no tratamento da vulnerabilidade a partir dos diversos campos de conhecimento, mas a partir de duas vertentes estabelecidas: o da *'pobreza, exclusão e marginalização'*, e a vertente que trata a problemática ambiental (e física) da questão. No contexto deste trabalho veremos adiante que, na Favela da Paz é possível visualizar a reprodução destas duas vertentes da vulnerabilidade, ainda que no discurso do poder público a questão ambiental é tratada com maior ênfase em relação à questão da pobreza e da exclusão social.

A dimensão da vulnerabilidade associada a exclusão, já tratada por diversos autores, também faz referência ao modelo de urbanização adotado no Brasil, que se deu de maneira muito intensa a partir do século XX. Naquele momento instauravam-se obras de saneamento com a finalidade de evitar epidemias nas periferias e obras de embelezamento e paisagismo em locais onde o mercado informal estava presente. Desde então a população menos abastada financeiramente começa a ser expulsa para

as franjas da cidade, combinando então práticas de saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial. (MARICATO, 2008, p. 17)

Assim, é possível verificar como o intenso processo de urbanização promoveu a construção de vulnerabilidades nas áreas mais periféricas da cidade, processo que vem se estendendo a algumas das iniciativas atuais em relação às intervenções urbanísticas, como poderemos discutir posteriormente.

Marandola e Hogan (2006, p. 26) trazem o questionamento sobre a vulnerabilidade enquanto um conceito para pensar sobre a pobreza, já debatidos por outros autores. É importante considerar que este viés da vulnerabilidade está associado às desigualdades sociais, que, por sua vez, baseia-se no entendimento de uma sociedade de classes que é produzida pelo sistema econômico mundial hegemônico. Neste sentido a vulnerabilidade está associada às desvantagens sociais que ao mesmo tempo que produzem, também são produto da pobreza.

Os autores definem ‘desvantagens sociais’ como’:

“Condições sociais que afetam negativamente pessoas, comunidades ou lugares. Rodríguez (2000, p. 13) registra que elas correspondem a menos acesso – seja por conhecimento ou disponibilidade – e menor capacidade de gestão dos recursos e oportunidades dos quais a sociedade dispõe para o desenvolvimento de seus membros. Há, desta maneira, uma relação direta entre estas desvantagens (originadas de estruturas sociais maiores) com a pobreza e a vulnerabilidade.” (MARANDOLA e HOGAN, p. 27)

Hogan (2005, p. 332) entende que a vulnerabilidade está espacializada, porém irá atingir diferentes grupos sociais de maneiras distintas a depender das relações sociais de cada grupo e sua capacidade de autoproteção. Neste sentido o autor conceitua a vulnerabilidade de específicos indivíduos ou grupos sociais como as condições sociais e econômicas que expõem determinado grupo social ou indivíduo a uma maior ou menor susceptibilidade ao perigo, sendo que o perigo é entendido aqui como um fato físico e concreto.

Marandola e Hogan (2006, p. 28) ainda questionam o acesso a direitos nas situações de vulnerabilidade, colocando a cidadania como um dos fatores a serem considerados, o que poderá ser visto mais a frente, quando for tratada a questão da comunidade da Paz, onde foram observadas diversas violações de direitos.

Os dois artigos tratam da questão da escala como um fator essencial no tratamento da vulnerabilidade, pois mesmo dentro de grupos vulneráveis, é possível encontrar grupos ou indivíduos que estejam ainda mais susceptíveis aos perigos, como por indivíduos homossexuais residentes em comunidades carentes. Sendo assim a escala pode visibilizar ou invisibilizar certos grupos sociais e, portanto, este é um dos aspectos que devem ser tratados com bastante cuidado no momento de traçar os parâmetros espaciais e temporais para tratar a vulnerabilidade.

3.2 Histórico da comunidade

A área onde hoje está localizada a Vila da Paz foi ocupada no ano de 1991, com a chegada dos primeiros moradores⁴⁹, cerca dez famílias, segundo informações dos primeiros ocupantes. A maior parte das famílias que naquele momento ocuparam a área já residiam na capital, porém há famílias que vieram de outras regiões, sendo que a região nordeste foi a mais citada.

Segundo informação de Pedro⁵⁰, uma das lideranças da comunidade, uma das razões por terem escolhido ocupar aquela área foi o fato dela pertencer a Cohab, tendo como objetivo a provisão de moradia. Pedro conta que morava no bairro de São Mateus e que ao passar pela área, viu Ana, a primeira moradora, construindo sua casa e foi questioná-la sobre o que acontecia. Ela explicou que se tratava de uma área pública

⁴⁹ Para a realização do histórico da comunidade foram realizadas entrevistas com alguns moradores, além disso, o acompanhamento do caso resultou na criação de laços para além da posição de pesquisadora-observadora. Com a finalidade de preservar a identidade dos moradores e lideranças da Vila da Paz os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios, ainda que tenha havido a autorização da gravação.

⁵⁰ Entrevista concedida por Pedro (nome fictício) em março/2015. Entrevistador: Talita Anzei Gonsales. Santo André, 2015.

que tinha como finalidade a construção de casas e que o poder público não tinha intenção de construí-las logo, e como não estava conseguindo pagar o aluguel de onde morava resolveu construir sua casa ali. Pedro então decidiu fazer o mesmo, e rapidamente outras famílias em situação similares foram se instalando na área. Não houve a atuação de movimentos organizados na ocupação.

José conta que sua mãe foi uma das primeiras a construir sua casa, veio de Recife em busca de emprego e quando conseguiu, enviava dinheiro para a família. A fim de poder ajudar mais a família, resolveu se juntar a Ana e os outros para poder contribuir com uma quantia maior, já que não pagaria mais aluguel. Depois de um tempo José veio de encontro com sua mãe.

Em 1995, após alguns anos que as famílias estavam na área, chega o primeiro pedido de reintegração de posse. José conta que logo que ficou sabendo reuniu as famílias e orientou a todos que matriculassem seus filhos na escola, ainda que uma boa parte já estivesse matriculada. No processo de defesa, um dos principais argumentos foi de que a reintegração prejudicaria, principalmente as crianças, e que muitas delas poderiam perder o ano letivo, pelo fato de não encontrar vagas em outras escolas. José, que era ainda adolescente naquela época, lembra que eles fizeram um ato em frente ao tribunal onde estava acontecendo a audiência, com o objetivo de pressionar e sensibilizar o juiz, para que considerasse o que os moradores tinham a dizer.

Um advogado conhecido dos moradores fez a defesa no processo, e informou que a justificativa utilizada naquele momento para a remoção era de que as famílias haviam ocupado uma área que supostamente pertencia ao metrô, porém testemunhas comprovaram que a área que eles tinham ocupado era a mais próxima ao córrego Rio Verde de titularidade da prefeitura. Após algumas audiências e conversas com a Cohab, o juiz suspendeu o pedido de reintegração de posse. Pedro informa que a união dos moradores naquele momento foi fundamental para barrar a remoção da comunidade e que eles fizeram atos para pressionar o juiz e abaixo-assinados mostrando que as crianças seriam as maiores vítimas caso houvesse a reintegração de posse.

Em 2001, a faixa mais próxima do córrego já se encontrava consideravelmente ocupada, conforme mostra a figura 25 abaixo (à esquerda), já à direita está uma foto aérea da comunidade do ano de 2006, quando a ocupação já havia se intensificado, expandindo-se para o lado oeste do terreno e transpondo o muro que bloqueava a ocupação daquela área.

Figura 25: Ocupação da área em 2001 e em 2006.



Fonte: Google Earth (2015).

Na foto aérea de 2001 é possível perceber a existência de um muro que bloqueava a ocupação da parte oeste do terreno, assim como a existência de áreas livres para ocupação na porção norte da comunidade.

Após a suspensão do pedido de reintegração de posse os moradores contam que viveram tranquilos e sem problemas naquela área, outras famílias se juntaram a eles com o passar do tempo, mas nenhuma outra ameaça de remoção aconteceu.

Em 2010, quando a Copa é transferida para Itaquera, alguns rumores começam a aparecer. Segundo Pedro, somente com a chegada da Copa é que as ameaças de remoção voltaram:

“Foi depois de aproximadamente nove anos, na Copa do Mundo é que voltou a reintegração” (Pedro, entrevista concedida em março de 2015).

Conforme mostrado anteriormente, durante o seminário organizado pela urbanista Raquel Rolnik em 2010, uma liderança de Itaquera denunciou que cinco comunidades iriam ser removidas para a realização da Copa, dentre elas a Favela da Paz. Nesta época dá-se início a uma articulação entre famílias destas cinco comunidades, lideranças da região e, outros grupos, com a finalidade de discutir as ameaças de remoção que surgiam, até então em forma de boato. Este grupo viria a formar o ‘Comunidades Unidas de Itaquera’ e, posteriormente, se articulou com o Comitê Popular da Copa (inclusive por conta da presença de lideranças dos movimentos tradicionais de moradia no CPC-SP).

Ainda que a remoção da Vila da Paz e outras estivessem previstas no Plano Municipal de Habitação (2009 – 2024)⁵¹, segundo os moradores, os rumores se intensificaram após a transferência da Copa para o bairro de Itaquera e, ainda assim, não havia ocorrido nenhum contato da prefeitura com as famílias, e nem mesmo a realização do cadastramento ou indicação de possibilidades de atendimento após a remoção.

Os moradores já organizados e articulados com outros grupos buscaram na subprefeitura de Itaquera, em fevereiro de 2011, informações oficiais sobre as remoções no bairro relacionadas à Copa. O então subprefeito⁵², Paulo Cesar Máximo, coronel reformado da Polícia Militar, se comprometeu a buscar mais informações e

⁵¹ Plano Municipal de Habitação da Secretaria de Habitação de São Paulo, disponível em http://www.habisp.inf.br/theke/documentos/pmh/pmh_versao_outubro_2011_pdf/PMH_outubro_2011.pdf Acessado em 21/09/2015.

⁵² Durante a gestão de Gilberto Kassab (2009 – 2012).

articular um diálogo com a Secretaria de Habitação do município sobre os pontos trazidos pelos moradores, esta reunião foi documentada em uma ata.

Devido a demora para a oficialização das informações que esclarecessem a situação das famílias que se sentiam ameaçadas, o grupo Comunidades Unidas de Itaquera, os moradores das comunidades ameaçadas e alguns membros do Comitê Popular da Copa de São Paulo formularam o primeiro ato problematizando a Copa e denunciando as remoções em 2011, na Estação Corinthians-Itaquera, a fim de dar visibilidade às ameaças de remoção e pressionar por informações.

Pedro, José, Paulo e Ana contam que o acesso a informações oficiais, processos, projetos sempre foi bastante difícil e a dificuldade para descobrir se os boatos de remoção eram verdadeiros era uma das angústias das famílias, assim como quais seriam as medidas do poder público em relação ao futuro. Ainda que as famílias já estivessem fortalecendo a mobilização que deu início em 2010, e que fizessem reuniões frequentes na sede da APEOSP⁵³ de Itaquera, a busca por informações oficiais ainda era uma das maiores dificuldades do grupo, travando os processos de resistência, inclusive aqueles de cunho jurídico.

Em novembro de 2011 ocorreu uma apresentação da Secretaria do Verde e Meio Ambiente sobre o Parque Linear Rio Verde. Mesmo já tendo questionado a prefeitura sobre este projeto, as famílias da Vila da Paz não foram convidadas, porém um dos moradores ficou sabendo e conseguiu entrar no evento e salvar uma cópia da apresentação que comprovava a intenção da prefeitura em remover totalmente a Vila da Paz e a Miguel Inácio Curi I, o que iria totalizar aproximadamente 800 famílias.⁵⁴

Foi com esta apresentação da prefeitura, a única informação oficial até então, que os moradores puderam procurar a Defensoria Pública do Estado de São Paulo para buscar assessoria jurídica. Só assim o defensor pôde acionar judicialmente o então

⁵³ Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

⁵⁴ Entrevista de um morador contando como conseguiu a cópia da apresentação da prefeitura. <http://apublica.org/2012/08/copa-do-mundo-2014-remocoes-em-itaquera-comunidade-da-paz-vive-escuro/> Acessado em 17/09/2015.

Secretário do Verde e Meio Ambiente, solicitando maiores informações e um cronograma de remoção das comunidades apontadas naquela apresentação.

Resultado da mobilização dos moradores de Itaquera, a mídia, tradicional e 'alternativa' começa a intensificar a visibilidade do caso da Vila da Paz, por meio de reportagens que trataram este tema como um dos principais impactos da Copa em São Paulo. Exemplo disso foi a realização de um programa⁵⁵ de audiência considerável da TV Bandeirantes que tratava de impactos da Copa, sendo que o caso da Vila da Paz ocupava uma boa parte da pauta. Dentro deste programa, gravado em fevereiro de 2012 (e que foi ao ar em maio de 2012), os moradores se reuniram e organizaram uma 'festa de aniversário' de um ano que haviam procurado a subprefeitura em busca de informações oficiais e sem resultados.

Neste episódio os moradores levam um bolo e cantam 'parabéns' em frente à subprefeitura. Puderam entrar após a apresentadora questionar aos representantes da subprefeitura sobre as medidas a serem tomadas sobre a Vila da Paz. Após alguns momentos de pressão, os moradores conseguem ocupar o auditório da subprefeitura, sendo atendidos pelo então subprefeito que noticiou não possuir informações sobre o caso. Além disso, alegou que não há planejamento para a realização da reintegração, e que não possuía autoridade para decidir sobre este tema sozinho. O subprefeito se compromete a conversar com a secretaria de habitação e trazer mais notícias no próximo mês, o que não aconteceu.

Com a grande dificuldade em conseguir informações, no início de 2012, o grupo Comunidades Unidas de Itaquera, em reunião na Vila da Paz, decide pressionar de maneira mais direta a subprefeitura de Itaquera, com o objetivo de conseguir informações oficiais em relação às ameaças de remoção, assim como abrir um canal de diálogo e participação neste projetos. Naquele momento o Comitê Popular da Copa começou a acompanhar com maior frequência a situação das famílias da Vila da Paz e

⁵⁵ Link para o episódio de 'A Liga' da TV Bandeirantes que trata a questão dos impactos da Copa em Itaquera, abordando a questão da vila da Paz: Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=h7XqgFnBh7M> Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=yvjJFYQNOZY> Parte 3: https://www.youtube.com/watch?v=y3BBAHL_ThA Acessado em 21/09/2015

algumas pessoas do Comunidades Unidas começaram a acompanhar os trabalhos do Comitê com mais frequência.

As informações requeridas pelo defensor público chegaram quatro meses após sua solicitação, em março de 2012, confirmando que as comunidades seriam de fato removidas, porém sem informações relativas aos prazos e às possíveis alternativas de atendimento habitacional.

Em maio de 2012 acontece um corte da distribuição de energia irregular na Vila da Paz⁵⁶. A AES Eletropaulo, concessionária responsável pelo serviço, informou à época que o corte havia sido solicitado pela Polícia Militar por conta das condições irregulares. Após alguns dias a água (que também era fruto de uma ligação clandestina) foi igualmente cortada pela SABESP devido à implantação do Parque Linear Rio Verde, sem que houvesse explicações sobre o episódio.

Pedro e José contam que o impedimento das redes de água e energia gerou momentos de aflição na comunidade, reforçando a hipótese de que a remoção estaria para acontecer a qualquer momento. Ao buscar informações sobre a possibilidade de fornecer energia e água, agora de maneira legal para a comunidade, as concessionárias informaram que seria necessário a regularização da comunidade por parte da subprefeitura de Itaquera, e que sem autorizações eles não poderiam fornecer seus serviços para as famílias que ali residissem.

Estas questões chegaram até um promotor do Núcleo de Habitação e Urbanismo do Ministério Público Estadual que tentou mediar um diálogo entre moradores, AES Eletropaulo e subprefeitura de Itaquera, que não participou da reunião agendada. O promotor então abriu um inquérito civil para investigar se o corte da rede irregular de energia tinha o intuito de pressionar as famílias para que deixassem a comunidade.

Outras possíveis situações de pressão foram notadas, como por exemplo, a passagem de um carro de vidros escuros e fechados em volta da comunidade em dias de reuniões. Moradores relatam que em uma de suas reuniões de moradores, um helicóptero da Polícia Militar sobrevoou a quadra onde ocorria o encontro e algumas

⁵⁶ Disponível em <http://issuu.com/peabirutca/docs/caderno-final-8> acessado em 15/06/2013

intervenções culturais para as crianças. A relação destes eventos nunca foi comprovada, porém geraram medo e insegurança nos moradores.

Em agosto de 2012, moradores da Vila Autódromo e membros do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas lançam⁵⁷, no Rio de Janeiro, um 'Plano Popular'⁵⁸ de urbanização, feito a partir do diálogo entre moradores com a assessoria técnica de professores e alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, que chegou inclusive a ganhar prêmios internacionais⁵⁹ posteriormente.

A partir da troca de experiências entre os Comitês, realizada na ANCOP e conhecendo a experiência da Vila Autódromo, em setembro de 2012 cogitou-se a ideia de desenvolver um plano popular de urbanização para a Vila da Paz, nos moldes do plano da Vila Autódromo. Esse processo será relatado posteriormente.

O GT Jurídico do Comitê começou a buscar informações sobre a experiência carioca e preparou uma apresentação desta experiência para os moradores da Vila da Paz, que logo aceitaram a proposta.

Em outubro de 2012, o Comitê Paulista⁶⁰ lança um vídeo⁶¹ no qual representa a Vila da Paz na cor verde, ou seja, como se o Parque Linear já estivesse implantado, e se as famílias já não estivessem mais ali. Esta representação foi um importante fator mobilizador para que alternativas à remoção fossem construídas. No vídeo também aparece a comunidade fora do perímetro de segurança, ou zona de exceção, porém

⁵⁷ Lançamento do Plano Popular da Vila Autódromo
<https://comitepopulario.wordpress.com/2012/08/16/lancamento-do-plano-popular-da-vila-autodromo/>
Acessado em 17/09/2015.

⁵⁸ Versão digital do Plano Popular da Vila Autódromo
<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudodromo.pdf> Acessado em 17/09/2015.

⁵⁹ Sobre o prêmio Deutsche Bank Urban Age Award Rio 2013.
http://www.ippur.ufrj.br/index.php?option=com_content&view=article&id=858:plano-popular-da-vila-autodromo-ganha-premio-internacional&catid=67:outros&Itemid=7 Acessado em 17/09/2015.

⁶⁰ Órgão estadual responsável pela Copa em São Paulo.

⁶¹ Vídeo do Comitê Paulista <http://www.planejamento.sp.gov.br/?idd=814&id=19> Acessado em 17/09/2015.

ainda havia poucas informações sobre como seria o acesso às áreas próximas às zonas de exceção.

Ainda que as famílias não fossem convidadas para o lançamento deste vídeo, ou para a apresentação de projetos, estas eram as únicas fontes de informação naquele momento. As famílias buscavam informações oficiais por meios de ofício do defensor público que cuidava do caso, porém ainda não haviam conseguido.

Como resposta da primeira manifestação de rua do Comitê Popular da Copa de São Paulo, a reunião convocada pela Secretaria Geral da Presidência em dezembro de 2012, contou com a presença de uma das lideranças da Vila da Paz, que expôs a questão da remoção da comunidade e o problema da falta de informações para o então ministro dos esportes, Aldo Rebelo, que se comprometeu a buscar um canal de diálogo com a próxima gestão da Prefeitura de São Paulo, que seria do partido dos Trabalhadores, mesmo partido da presidenta da república.

Um triste episódio que marca a história da Vila da Paz foram os incêndios que ocorreram na comunidade. Moradores contam que pelo menos quatro foram muito marcantes, sendo que uma criança morreu em 1997 e um adulto em julho de 2012, meses após o suspeito corte de energia da comunidade. O último incêndio ocorreu no dia 18 de junho de 2014, durante a Copa, quando quatro casas foram consumidas não havendo vítimas ou feridos.

A audiência pública solicitada pelo Comitê Popular da Copa em conjunto com a Defensoria Pública em dezembro de 2011 ocorreu somente em fevereiro de 2013 na Assembleia Legislativa, conforme relatado anteriormente sem a presença de representantes da esfera municipal, o que continuava dificultando a busca de um canal de diálogo com a prefeitura. Por outro lado, nesta data, os moradores da Vila da Paz encontravam-se em reunião de fechamento do Plano Popular e, por isso, não puderam comparecer em grande número na audiência.

Também em fevereiro de 2013 aconteceu a primeira reunião do Comitê Popular da Copa com a SPCopa⁶², sendo que um morador da Vila da Paz representaria a pauta

⁶² Secretaria municipal responsável pela Copa, na gestão Haddad, a secretária era a vice-prefeita Nadia Campeão.

das remoções e a questão específica da Vila da Paz. Essa reunião foi consequência do primeiro ato do Comitê, no dia 1 de dezembro de 2012. O CPC-SP compareceu à reunião com um representante, ou atingido de cada pauta questionada naquele no ato.

A expectativa dos grupos presentes era de conseguir informações oficiais sobre os impactos listados, já que, em relação à maioria dos impactos, contava-se apenas com rumores e especulações baseadas em experiências anteriores. Porém, naquela reunião, os gestores presentes alegaram não possuir as informações solicitadas já que tratava-se de um início de gestão na qual aquelas questões ainda não haviam sido apropriadas pelos representantes ali presentes. Os técnicos presentes sugeriram, então, a realização de reuniões mensais entre o Comitê Popular da Copa e a SPCopa.

Durante a reunião de março, os moradores da Vila da Paz presentes entregam pela primeira vez uma cópia do Plano Popular Alternativo de Urbanização da Favela da Paz ao representantes da prefeitura, que naquela reunião incluía membros da secretaria de habitação. Os representantes da prefeitura se comprometeram em analisar o material. Por outro lado não trouxeram informações novas, solicitadas no mês anterior, sobre as remoções em Itaquera e o futuro das famílias da Vila da Paz. Neste momento, a prefeitura começou a desvencilhar as pautas discutidas ali enquanto um só bloco, propondo o início de conversas específicas em relação às pautas e seus respectivos representantes presentes no Comitê. Dessa maneira se abriu reuniões específicas para tratar da questão dos ambulantes, que aconteceria junto ao Fórum dos Ambulantes e sobre a Vila da Paz, que aconteceria diretamente com os moradores.

Esta fragmentação desconsiderava o fato que todas as pautas tinham em comum a questão da Copa e, principalmente, das remoções, desconsiderava também que, além do caso das famílias residentes da Vila da Paz, muitas outras encontravam-se em ameaças de remoção sem acesso à informações oficiais, tanto em Itaquera, quanto na zona sul da cidade, onde as remoções aconteciam mais rapidamente.

As reuniões com a SPCopa aconteceram também em abril e em maio, sendo que em nenhuma delas houve a apresentação de respostas concretas sobre os questionamentos colocados em fevereiro pelo Comitê Popular da Copa. Percebeu-se a estratégia de fragmentar a pauta deslegitimando a atuação coletiva, consequentemente

o espaço de articulação de lutas representado pelo grupo se intensificou fazendo com que o Comitê se retirasse daquele espaço, que vinha se mostrando cada vez menos produtivo. Este ciclo de reuniões com a prefeitura não representou transparência ou o acesso às informações e projetos, tampouco a participação dos atingidos no processo decisório do planejamento e implementação de projetos relacionados à Copa.

Em março de 2013 a comunidade recebe a proposta de ser uma das áreas visitadas pelo Grupo de Trabalho de Moradia Adequada da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que aconteceria em abril de 2013. Esse trabalho aconteceu nas outras cidades-sede com a finalidade de verificar informações que estavam ganhando visibilidade na mídia, em São Paulo, uma das comunidades escolhidas foi a Vila da Paz.

Os Comitês das outras cidades-sede acompanharam essas visitas e o processo teve como desdobramento a confecção de um relatório, para qual a ANCOP foi convidada a participar. Porém o Comitê de São Paulo optou por não acompanhar a visita na cidade por entender que a resposta da presidência frente aos questionamentos trazidos pelo Comitês não era suficiente e que a participação do Comitê nesta visita poderia legitimar esta resposta do poder público com teor de participação. Os moradores consideraram que seria importante a participação nesta visita, e dessa maneira realizaram a visita guiada na comunidade.

Meses depois da confecção do relatório⁶³ produzido pelo GT de Moradia Adequada da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, ocorreram uma série de problemas em relação à retirada de informações consideradas estratégicas e importantes⁶⁴ por parte dos setores sociais envolvidos e convidados a construir este documento. Estes problemas resultaram na interrupção das relações entre ANCOP e o GT de Moradia Adequada.

⁶³ Pude participar desta discussão por conta da minha atuação na ANCOP, que havia sido convidada a participar deste GT e que tinha optado por participar.

⁶⁴ No caso da Vila da Paz, as informações que foram retiradas do texto referiam-se ao nome e localização da comunidade, assim como o número de famílias e a relação do caso com a realização da Copa.

Durante a visita, as famílias da Vila da Paz entregam em mãos um exemplar do Plano Popular de Urbanização aos membros do GT, que se comprometeram a analisá-lo e encaminhá-lo aos setores responsáveis. Nota-se que além da confecção do relatório, não houve outros encaminhamentos em relação às questões trazidas pelos moradores.

Também em março a reintegração de posse da Vila da Paz é expedida devendo ser executada no dia 26 de abril de 2013. Essa foi uma das razões que deram força para a realização da visita do GT de Moradia Adequada da Secretaria de Direitos Humanos, apesar da problemática apresentada.

Em uma reunião articulada por uma vereadora do Partido dos Trabalhadores e de um advogado popular, também membro do Comitê, com o secretário de habitação e alguns técnicos da mesma secretaria, o então secretário se comprometeu a articular a suspensão da reintegração de posse da Vila da Paz. Nesse mesmo encontro, o secretário apresenta pela primeira vez uma mudança no discurso em relação à remoção, alegando que as famílias iriam ser realocadas em um projeto habitacional em Itaquera (Iguape B) que ainda estava em processo de construção. Além disso, a Secretaria de Habitação também se comprometeu a analisar a viabilidade do plano popular e dar início ao processo de cadastramento das famílias da Vila da Paz.

Alguns dias depois o pedido de reintegração de posse foi suspensa, o que foi motivo de alívio para os moradores, ainda que as incertezas em relação ao futuro estivessem bastante presentes.

Neste momento o espaço que se dava a negociação que tratasse a questão da Vila da Paz foi transferido para a subprefeitura de Itaquera, onde aconteceu a primeira reunião com toda a comunidade, já no final do mês de março.

As reuniões entre os moradores e o grupo Comunidades Unidas de Itaquera continuaram acontecendo com a finalidade de que as famílias se apropriassem das ideias expostas no plano popular para se fortalecerem conceitualmente diante das reuniões com o subprefeito de Itaquera que estavam começando a acontecer. Além disso, moradores de outras comunidades que também se sentiam ameaçados

começaram a participar das reuniões da Vila da Paz. As reuniões entre moradores se tornaram mais frequentes e aconteceram na subsede da APEOESP.

A partir destes momentos de formação, a comunidade consolidou a ideia de não aceitar sob hipótese alguma o auxílio aluguel, já que esta não se colocava como uma política habitacional, mas sim como uma ferramenta de exclusão, como é possível perceber a partir de relatos do grupo Comunidades Unidas de Itaquera.

“Isto significa que a comunidade não deseja o bolsa-aluguel, mas quer moradia adequada e que ninguém deverá ser removido sem ter outra casa na região para onde ir. Além disso, há o desejo de permanecerem no local até as decisões serem negociadas, pois é direito garantido pelo Estatuto das Cidades e pela Constituição Federal.”⁶⁵

A inclusão de famílias no programa de auxílio aluguel viola boas práticas de promoção do direito à moradia adequada, já que não oferece a possibilidade dos atingidos participarem nos processos de remoção, não prioriza a realocação de famílias atingidas em moradias equivalentes ou superiores à situação atual e que pode fragmentar laços comunitários existentes.⁶⁶ Além disso, o auxílio aluguel é entendido como uma prática provisória (por apresentar um tempo determinado de recebimento) que não soluciona as necessidades habitacionais das famílias, já que o valor repassado pelo poder público (aproximadamente R\$ 300,00 na época) não era condizente com os valores de aluguel encontrados na região metropolitana, segundo os moradores da comunidade.

⁶⁵ Trecho do blog do grupo Comunidades Unidas de Itaquera, disponível em <https://comunasunidas.wordpress.com/2013/03/> Acessado em 22/09/2015.

⁶⁶ A Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada sugere que estas práticas não sejam violadas. Mais informações em: http://direitoamoradia.org/wpcontent/uploads/2012/01/folheto_remocoes_portugues.pdf Acessado em 20/10/2015.

Nos dias 19, 20 e 21 de abril aconteceu a Mostra pela Paz⁶⁷, um evento organizado pelo Grupo Teatral Parlendias, com o apoio do Comitê na própria Vila da Paz e que consistia em uma série de apresentações artísticas que incluíram um cortejo pelas vielas, pequenos shows e apresentações teatrais. Para isso diversos grupos teatrais parceiros do Parlendias (que também era membro do Comitê) foram convidados a participar.

Durante o último dia aconteceu também o primeiro 'debate-bola' do Comitê, um tipo de roda de conversa sobre determinados temas que propunha uma estética que remetesse ao jogo de futebol, passando a bola e também a fala para seus companheiros. O objetivo deste debate era trazer a história de resistência da Vila da Paz e questionar a remoção (recém – suspensão) e sua relação com a Copa, que aconteceria a poucos quilômetros dali. A adesão da comunidade a todo evento e ao debate foi considerável, pessoas de outros grupos e comunidades também vieram acompanhar o evento fazendo dele um importante momento de retomada da memória, formação e de visibilidade para a comunidade.

Durante todo este tempo a mídia nacional, a chamada mídia 'alternativa' e até internacional buscou informações sobre o caso da Vila da Paz, essa procura se deu tanto pelo Comitê quanto diretamente na comunidade. Dessa maneira o caso da Paz ganhou grande destaque na mídia, o que os moradores avaliam atualmente como um dos principais pontos que fez com que eles pudessem negociar e ter algumas vitórias. Segundo José, uma das lideranças da Comunidade, o alto número de visitas tanto de jornalistas, quanto de estudantes e pesquisadores fez com que as pessoas comesçassem a descobrir e acompanhar o que estava acontecendo na comunidade.

O Comitê Popular da Copa chegou a receber cerca de cinco solicitações diárias sobre informações da Vila da Paz, sua história e contradições, os pedidos de entrevistas eram repassados para as lideranças da Paz que buscaram atender o máximo possível de jornalistas e estudantes.

⁶⁷ Um pequeno relato da Mostra Pela Paz em forma de vídeo foi realizado pelo Comitê e encontra-se disponível neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=kXnl0V9Ps1M> Acessado em 22/09/2015.

Dessa maneira, caso a prefeitura tomasse alguma decisão em relação à comunidade, muitas pessoas seriam acionadas através da sua rede de contatos, isso fez com que a prefeitura também fosse pressionada a buscar uma solução que contemplasse as necessidades das famílias. Neste sentido, as lideranças destacam não só a visibilidade na mídia, mas também a formação desta rede de contatos que, por mais que não estivesse presente no cotidiano da comunidade e de sua luta estava sendo informada do que acontecia ali.

Dali em diante, as negociações em relação à Vila da Paz se concentram na subprefeitura de Itaquera, sendo que tanto as reuniões entre os moradores, quanto as reuniões junto ao poder público se tornaram frequentes.

A prefeitura chegou a oferecer atendimento via auxílio aluguel aos moradores, alegando que os apartamentos destinados à Vila da Paz estavam quase finalizados, porém, as famílias não aceitaram, mantendo-se firmes na diretriz do 'chave-a-chave'. As famílias da Paz estavam bastante mobilizadas e conscientes em relação ao entendimento de que o auxílio aluguel não era uma política habitacional, e que isto iria fragmentar a comunidade, e que nenhuma família conseguiria alugar outra casa com o valor oferecido.

Em junho de 2013 acontece uma audiência na subprefeitura de Itaquera na qual há poucos avanços, por outro lado esse encontro reuniu as famílias com representantes da subprefeitura, da secretaria de habitação, secretaria de obras e do Comitê local, ou seja, reuniu todas as instâncias responsáveis pela tomada de decisão. A reunião teve foco na fala do poder público que enfatizou a importância da Copa para a região e o seu suposto legado de desenvolvimento. Um dos resultados desta audiência foi o agendamento de uma reunião aberta entre Sehab e comunidade para tratar dos próximos passos em relação à comunidade.

Também em junho daquele ano o Comitê acionou a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, responsável pela consolidação do Parque Linear Rio Verde, questionando sobre o seu cronograma de implementação, orçamento, informações sobre a fase de execução, previsão de remoção de famílias e outras informações disponíveis referentes ao projeto. A secretaria respondeu que já havia implementado duas fases do projeto e

que a terceira estava suspensa porque precisariam da área da Vila da Paz desocupada e a reintegração de posse ainda não havia sido concluída. A secretaria também informou que não tinha conhecimento sobre os prazos de remoção, mas que já haviam sido realizadas vistorias e que o caso já estava encaminhado para o Departamento de Desapropriações da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos.

Em uma reunião realizada em julho de 2013, que contou com a presença de representantes da subprefeitura de Itaquera, da Cohab e da Defesa Civil, os moradores foram informados que a reintegração de posse, que estava para vencer em julho seria suspensa por mais três meses, e que eles estavam aguardando a desocupação de um prédio próximo (Iguape B) para realocar as famílias da Paz, porém não foram apresentadas garantias formais sobre estas afirmações.

A presença da Defesa Civil nesta reunião estava relacionada ao fato de que a prefeitura justificou que a remoção da Vila da Paz deveria acontecer rapidamente por se tratar de uma área de risco de acidentes geotécnicos, que incluíam deslizamentos de terra e enchentes, pelo fato das casas estarem muito próximas ao córrego Rio Verde, o que de fato é uma questão problemática. Como podemos observar na figura 26 abaixo, algumas casas estavam localizadas muito próximas ao córrego.

Figura 26: O córrego Rio Verde



Fonte: Registro pessoal.

Por outro lado, os moradores afirmavam que há 24 anos ocupavam aquela área e a questão do risco nunca tinha sido levantada, sendo que somente agora a prefeitura se mostrava preocupada. Além desta questão, a Defesa Civil também iria avaliar a rede de energia, já que diversos incêndios já haviam acontecido na Vila da Paz, porém os moradores se reuniram para fazer um documento para sugerir ações relativas à resolução de problemas da rede de energia, que ficou pronto antes mesmo da vistoria da Defesa Civil na área.

Ainda no mês de julho de 2013 técnicos da Defesa Civil e assistentes sociais vistoriaram a Vila da Paz o que deixou as famílias bastante preocupadas, já que esta vistoria não havia sido noticiada ou marcada com os moradores em assembleia. As lideranças problematizaram o fato alegando que esta vistoria não havia sido construída coletivamente com as famílias e isso deslegitimava a organização popular. Questões como o grande número de famílias que gostariam de permanecer na área e a presença de pequenos comércios na comunidade não haviam sido debatidas.

A vistoria consistiu em uma caminhada na beira do córrego para tirar algumas fotos e aprimorar a localização para a construção de algumas informações a partir de imagens aéreas já existentes. Durou cerca de uma hora, sendo que técnicos da prefeitura preferiram não realizar o contato com moradores a fim de evitar mais insegurança para as famílias, já que eles não sabiam da realização da vistoria.

A prefeitura cancelou a reunião que ocorreria em julho com as famílias para debater outras questões, o que preocupou muito os moradores, dando início aos processos de vistoria e cadastramento das famílias. De acordo com as lideranças, essas intervenções só deveriam acontecer após a comunidade como um todo ser notificada de todas as etapas e ciente do cronograma do processo de urbanização ou reassentamento, ou seja, com informações sobre o cadastramento, a política de atendimento, os critérios para consolidação da área, o que aconteceria com os comércios instalados na comunidade, como seriam tratados os inquilinos, entre outras coisas.

As lideranças também afirmaram que uma das preocupações nessa nova intenção da prefeitura de delimitar e remover os domicílios que estavam em situação de risco poderia desmobilizar as famílias que estavam organizadas e dar início a um processo de tratar os casos individualmente, o que até então não havia acontecido.

A remoção das moradias em risco, num primeiro momento, desconsiderava a opção por soluções tecnológicas para eliminar a situação de risco. Sendo assim, os moradores se mobilizaram novamente para questionar este novo discurso relacionado à questão do risco geotécnico que até então não tinha aparecido no diálogo com a prefeitura.

O Comitê Popular da Copa optou por pressionar o poder público a partir dos espaços que possuía, como a SPCopa e a Secretaria Geral da Presidência, a fim de realizar um processo adequado de participação na Vila da Paz, que contasse com a realização de reuniões com toda a comunidade e com informações concretas e transparentes acerca do projeto e seu cronograma, fornecendo possibilidades para que as famílias de fato participassem do processo decisório.

Em setembro de 2013, as reuniões na subprefeitura de Itaquera são retomadas, com presença considerável das famílias. Em meio a uma tentativa das famílias e grupos parceiros de problematizar o discurso do risco, uma outra justificativa surgia, a contaminação do solo.

Esta justificativa chega às famílias através de técnicos da subprefeitura. Os moradores mais uma vez tentaram problematizar relatando que nunca haviam tido problemas com contaminação do solo e que, caso essa informação fosse confirmada que a remoção não deveria se restringir apenas à área de risco que seria delimitada, mas deveria ser estendida à outras áreas, que englobariam inclusive outras comunidades.

Na listagem de áreas contaminadas da CETESB de 2013 o terreno da Vila da Paz não está listado como uma área contaminada e nem mesmo uma área sob investigação de contaminação.⁶⁸

Justificativas de remoção apresentadas pela subprefeitura durante o processo podem conferir um status de urgência em relação à reintegração de posse, legitimando ações arbitrárias e desmobilizando as famílias. Segundo as lideranças da comunidade houve um esforço muito grande por parte deles e dos grupos parceiros em problematizar estas justificativas que poderiam acelerar o processo de remoção.

Neste momento também surgiram boatos em relação à intervenção do poder público com a aproximação da Copa, como a construção de um muro de tapumes decorado com grafite com o tema da Copa que teria como objetivo invisibilizar a parte da comunidade que pode ser vista das Avenidas Miguel Inácio Curi e Doutor Luis Aires. Pedro e José contam que quando ficaram sabendo desta possibilidade foram imediatamente até a subprefeitura pressionar contra esta intervenção, onde ficaram sabendo que isto não aconteceria.

Ainda em setembro de 2013 a SPCopa promove uma apresentação⁶⁹ para o Conselho da Cidade sobre as ações e investimentos que estavam sendo realizados

⁶⁸ Lista de áreas contaminadas de São Paulo (2013). Disponível em <http://areascontaminadas.cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/04/municipios.pdf> Acessado em 23/09/2015.

para a realização da Copa 2014. Dentro destas ações estava inclusa a realização de unidades habitacionais para a realocação das famílias da Vila da Paz, aparecendo pela primeira vez o compromisso de remover as famílias somente quando sua unidade habitacional estivesse finalizada. Os moradores não foram convidados para esta reunião.

Ao final do ano de 2013 a relatora especial da ONU sobre Água e Saneamento, Catarina de Albuquerque, faz uma visita ao Brasil incluindo algumas cidades-sede da Copa em seu roteiro, entre elas São Paulo. Na capital a relatora se encontra com algumas famílias para ouvir sobre problemas relacionados à questão da água e do saneamento. O Comitê indica a Vila da Paz e a Favela do Moinho, localizada na área central da cidade, ambas sem sistemas oficiais de abastecimento de água e sem coleta de esgoto, que muitas vezes é descartado nas vielas das comunidades, o que pode se tornar um vetor de doenças, além de causar um cheiro forte entre as vielas.

Em outubro de 2013, a Vila da Paz é convidada para mais uma reunião na subprefeitura de Itaquera e se mobiliza para comparecer com o maior número possível de famílias, devido a alegação de que seriam apresentados os planos e projetos para a comunidade. A reunião, que ocorreu com o auditório lotado pelas famílias, tinha como objetivo apresentar os resultados do cadastramento e entrevistas realizados pelos técnicos da prefeitura nos meses anteriores. O Comitê participou através de duas participantes.

Além de alguns dados socioeconômicos sobre a comunidade⁷⁰, também foi apresentada uma setorização da comunidade, dividindo-a em cinco setores, como pode ser observado na figura 27 abaixo. O setor 1 estava associado à área de risco geotécnico por estar bastante próximo ao córrego Rio Verde e por isso no cronograma da prefeitura seria o primeiro a ser removido. Este setor incluía 101 famílias, e a

⁶⁹ O relato desta apresentação feito pela prefeitura de São Paulo está disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=157025> Acessado em 23/09/2015.

⁷⁰ Estes dados foram levantados a partir do trabalho de cadastramento realizado por assistentes sociais da prefeitura.

alternativa habitacional apresentada a elas foi a realocação em apartamentos que já estavam em construção em um local próximo à Vila da Paz, conforme os moradores solicitaram no Plano Popular. Porém a localização desses apartamentos, o cronograma de realocação e as garantias deste acordo não foram esclarecidas naquele momento, o que gerou uma série de dúvidas e anseios para estas famílias.

Figura 27: Setorização da Vila da Paz.

IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE



Fonte: Apresentação da subprefeitura de Itaquera realizada no dia 29/10/2013.

O então diretor da regional leste da Cohab, Filinto Cunha, afirmou que nenhuma família da comunidade seria incluída no programa de auxílio aluguel da prefeitura e que todas sairiam apenas quando seus apartamentos definitivos estivessem prontos, conforme a diretriz do Plano Popular.

Já as famílias que não seriam removidas nesta primeira fase, ficariam na comunidade até a conclusão das obras de um conjunto habitacional que ainda não teve

sua construção iniciada, o chamado Iguape B, também localizado próximo ao endereço atual da Vila da Paz.

Quando questionado por membros do Comitê sobre as garantias das promessas colocadas pelo diretor regional da Cohab, a postura dele foi de deslegitimar a atuação do Comitê perante a comunidade, o que confere mais uma tentativa de fragmentar uma frente única que questionasse e relacionasse os impactos da Copa com iniciativas do poder público.

Além disso, Filinto Cunha também informou sobre a possibilidade de promover a reintegração de posse de apartamentos que haviam sido ocupados para supostamente realocar as famílias da Vila da Paz.

Esta reintegração de posse veio a ocorrer em março de 2014, em um violento episódio⁷¹ que durou quase três dias marcados pela resistência das famílias que já estavam ocupando os apartamentos há alguns meses, tempo suficiente para implementarem procedimentos e regras condominiais. Foram removidas 140 famílias, sendo que algumas delas haviam pagado um alto valor à associações de moradores para ter acesso às chaves, caso que está sendo investigado pelo Ministério Público.

As lideranças da Paz entenderam que aquela reintegração estava associada à realocação das famílias do setor 1, conforme o diretor havia informado, porém meses após o violento episódio que culminou na remoção das famílias que haviam ocupado os apartamentos, a realocação das famílias da Vila da Paz que estavam no setor 1, não aconteceu.

A falta de informações concretas sobre os projetos e cronogramas, assim como as tentativas de fragmentação e deslegitimação da luta poderiam ter efeitos desmobilizadores na comunidade. Porém as lideranças citam que os diversos processos de formação e diálogo da comunidade como um todo e da apropriação da pauta como coletiva fizeram com que as famílias permanecessem mobilizadas e unidas.

⁷¹ Relato da reintegração pode ser visto em <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/26/em-itaquera-vizinhos-da-copa-resistem-por-3-dias-mas-ficam-sem-casa.htm> Acessado em 28/09/2015.

No início do ano de 2014 o prefeito Fernando Haddad faz uma visita⁷² ao estádio e às intervenções urbanas que estavam sendo finalizadas em Itaquera e inclui uma visita à Vila da Paz em seu roteiro, com o objetivo de reafirmar os compromissos apresentados pelo diretor regional da Cohab. A visita inclui a realização de uma reunião entre moradores e o prefeito. Fernando Haddad também prevê um bairro ‘irreconhecível’ após a Copa, com a implementação de diversos equipamentos urbanos, associados ou não ao Polo Institucional de Itaquera.

Após alguns meses sem notícias sobre o cronograma de remoção e mantido os processos de mobilização da Vila da Paz, o prefeito faz nova visita⁷³ à comunidade, em maio de 2014. Na ocasião Fernando Haddad reforça os compromissos para a Vila da Paz e associa o atraso do processo de realocação das famílias do setor 1 com a reintegração ocorrida em março.

Com a chegada a Copa, em junho de 2014, as lideranças da Vila da Paz relatam que o acesso às suas casas foi dificultado nos dias de realização de jogos, assim como o acesso às estações de trem e metrô. Durante a Copa também aconteceu mais um incêndio⁷⁴ na Vila da Paz, desta vez sem vítimas fatais, o fogo consumiu cerca de quatro casas e pode ter sido causado por problemas na rede elétrica.

Ao final da Copa, a remoção do setor 1 não havia acontecido, por outro lado a mobilização das famílias continuava em busca de informações mais concretas sobre o cronograma. O placar também apontou uma derrota através de mais um incêndio na comunidade, o que reforçou a busca por redes oficiais de abastecimento de água e energia, já que uma esperança de consolidação da comunidade recaiu sobre a área com o fim da Copa e a não remoção.

⁷² Reportagem disponível em <http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/esporte/2014/01/10/haddad-preve-50-mil-empregos-em-itaquera-e-bairro-irreconhecivel-apos-copa.htm> Acessada em 28/09/2015.

⁷³ Uma reportagem sobre essa visita realizada pela TV Gazeta pode ser vista em https://www.youtube.com/watch?v=g_y2SIQfqUc Acessado em 28/09/2015.

⁷⁴ Reportagem sobre o incêndio disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-incendio-atinge-favela-na-regiao-da-arena-corinthians,fbab91877a0b6410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html> Acessado em 28/09/2015.

Em julho de 2014, como resultado das mobilizações das famílias e de sua articulação junto à prefeitura, começaram os processos de instalação das redes de abastecimento de água pela SABESP e de energia pela AES Eletropaulo, que durou até maio de 2015. Essa foi considerada uma das vitórias parciais da comunidade, resultado direto da mobilização e pressão exercida pelos moradores, principalmente se considerarmos que era uma pauta muito antiga e que dificultava bastante a vida das famílias no local.

No segundo semestre de 2014 a prefeitura também se articulou para implantar um projeto de educação ambiental na comunidade que visava informar sobre a questão dos resíduos sólidos, uma vez que instalou diversas lixeiras pela comunidade. Os resíduos, que muitas vezes acabavam indo para o córrego, passaram a ser recolhidos periodicamente, separando-os em algumas categorias.

Ao passo que estas últimas intervenções melhoraram o cotidiano das famílias, segundo exposto pelas lideranças, por outro lado alimentaram a esperança de que a comunidade poderia ser consolidada na área, o que se deu também pelo fato de que a área ocupada pela comunidade havia se tornado uma ZEIS – Zona Especial de Interesse social – do tipo 1, no novo plano diretor estratégico da cidade, aprovado em julho de 2014⁷⁵.

Segundo o plano diretor estratégico, a ZEIS 1 é conceituada como,

“áreas caracterizadas pela presença de favelas, loteamentos irregulares e empreendimentos habitacionais de interesse social, e assentamentos habitacionais populares, habitados predominantemente por população de baixa renda, onde haja interesse público em manter a população moradora e promover a regularização fundiária e urbanística, recuperação ambiental e produção de Habitação de Interesse Social.”

⁷⁵ O texto da lei está disponível em http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE_lei_final_aprovada/TEXT0/2014-07-31%20-%20LEI%2016050%20-%20PLANO%20DIRETOR%20ESTRAT%20C3%89GICO.pdf Acessado em 28/09/2015.

As expectativas geradas com a aprovação do novo plano diretor estratégico, foram reforçadas para os moradores pelo fato da prefeitura ter interrompido a comunicação entre subprefeitura de Itaquera e famílias da Vila da Paz. Por outro lado a área também foi demarcada como um 'Perímetro de incentivo ao desenvolvimento da Região Jacu-Pêssego', conforme mostrado anteriormente, que ainda compreende a criação do Parque Linear Rio Verde, através de uma área planejada para parques.

Estas duas demarcações no mesmo Plano Diretor podem se configurar enquanto uma contradição da ação do poder público municipal, que, ao mesmo tempo que indica uma área para consolidação e regularização fundiária e urbanística, propõe a criação de um parque na mesma área, através da mesma lei. Podemos observar a demarcação destas duas tipologias na figura 28 abaixo.

Figura 28: Demarcação da comunidade da Vila da Paz como ZEIS 1 e área planejada para implantação de parque.



Fonte: PMSP – Plano Diretor Estratégico (2014).

As melhorias no cotidiano da comunidade somadas às possibilidades urbanísticas relacionadas ao fato da comunidade ter se tornado uma área de ZEIS 1 ocasionaram certa desmobilização da comunidade, já que entendia-se que a possibilidade da comunidade não mais ser removida era grande. Por um tempo as suas reuniões diminuíram de frequência e o número de participantes, assim como o diálogo com a prefeitura também se enfraqueceu.

Atualmente está em discussão a atualização da Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade, que está na fase de realização de audiências públicas locais, onde discute-

se outras mudanças relacionadas à legislação urbanística e que incluem possíveis mudanças na demarcação da área ocupada pela Vila da Paz.

Este período de dúvidas em relação à remoção da comunidade se deu até o início do ano de 2015, quando retomou-se o diálogo por parte da prefeitura, que deu informes sobre a remoção do setor 1, sendo que ela ocorreria nas próximas semanas a partir de então. O processo de remoção da comunidade será relatado posteriormente.

3.3 O processo de construção do Plano Popular de Urbanização da Vila da Paz (2012 – 2013)

No final do ano de 2012 a assessoria técnica Peabiru⁷⁶, lideranças da Vila da Paz, integrantes do Comunidades Unidades de Itaquera e do Comitê Popular da Copa deram início ao processo de construção do Plano Popular de Urbanização da Vila da Paz, durante encontros que ocorreram, em sua maioria aos sábados. As reuniões começaram na subsede Itaquera da APEOESP e se intensificaram durante os encontros na comunidade, muitas vezes dentro do bar de um dos moradores, um dos principais pontos de encontro da Vila da Paz.

Os objetivos da construção do Plano Popular de Urbanização eram propor diretrizes para a intervenção na área, montando uma proposta que mesclasse os interesses dos moradores com a implementação do Parque Linear Rio Verde, e com isso apresentar um projeto possível para o poder público, já que os moradores da Vila da Paz não tinham acesso a projetos e propostas para o que aconteceria naquela área, bem como o que aconteceria com as famílias. Mas, para além disso, o objetivo do plano era também construir um instrumento de luta, que fosse passível de discussão e negociação junto o poder público, considerando-se as necessidades e o entendimento

⁷⁶ Segundo o seu site, a Peabiru é uma organização não-governamental de assessoria técnica fundada em 1993 e composta por uma equipe multidisciplinar, que tem como objetivo a atuação na produção do espaço a partir da confecção de planos e projetos, a reflexão sobre este campo de atuação e a incidência em políticas públicas no campo do urbanismo e da habitação social. Disponível em <http://www.peabirutca.org.br/> Acessado em 20/10/2015.

das famílias em relação à comunidade e ao espaço que ela ocupava no bairro e na cidade.

Duas diretrizes foram importantes para a criação do plano. A primeira delas é que ele fosse construído a partir daquilo que os moradores da comunidade entendiam como importante e necessário para adequação das moradias. A segunda diretriz estava relacionada à apropriação daquela questão enquanto uma causa coletiva, evitando tratar as questões de maneira individual, como o poder público vinha fazendo em outras comunidades, conforme observado na Vila Progresso e na Caititu, que já estavam sofrendo processos de remoção por conta da readequação da malha viária.

Para que a construção da proposta final do plano fosse construída buscou-se cumprir algumas atividades que dessem embasamento técnico para o plano. Foram elas, o resgate do histórico da comunidade através de inúmeras conversas com os moradores, a apropriação da formação espacial da comunidade e de suas características socioeconômicas, a realização de um diagnóstico urbanístico e das dinâmicas urbanas que contextualizavam a remoção, um levantamento dos direitos que estavam sendo violados e o que as famílias gostariam e entendiam como necessário para um projeto de intervenção naquela área.

O processo de construção do Plano popular contou com a participação de técnicos do Peabiru, assistentes sociais do Comunidades Unidas de Itaquera, advogados do Instituto Pólis e do Comitê Popular da Copa e militantes de outros grupos que realizaram este trabalho de forma voluntária trazendo algumas informações básicas para assessorar os moradores com a criação do Plano.

Dentre os trabalhos realizados durante a criação do plano, algumas iniciativas tiveram destaque, dentre elas, o mapeamento das casas e dos pequenos empreendimentos comerciais existentes na comunidade realizado pelos próprios moradores, o que trouxe elementos sobre a apropriação de um sujeito coletivo. A aplicação de formulários para buscar informações socioeconômicas das famílias, e assim possibilitar o cruzamento com outros dados também foi parte importante para a construção de um pequeno diagnóstico socioeconômico que embasasse, tanto o diálogo com a prefeitura, quanto a construção da proposta final.

Um segundo passo foi entender o que os moradores gostariam e entendiam como importante para aquela área. Dessa maneira foi possível perceber que a maioria das famílias questionadas não gostariam de deixar a área, o levantamento também apontou que a maioria das famílias entrevistadas entendia a necessidade de obras de adequação para que elas pudessem continuar a viver ali.

Segundo o plano popular, os direitos violados foram o direito à informação, o direito à cidade e a moradia digna, o direito à gestão democrática da cidade e o direito à regularização fundiária. A possibilidade de remoção da comunidade também violava o princípio da função social da propriedade, se considerarmos que a propriedade da área pertencia à Cohab e, de acordo com sua finalidade, deveria ser destinada à resolução de problemas habitacionais. Portanto, dar outro uso aquela área senão de habitação de interesse social, configuraria uma contradição ao estatuto da Cohab.

Durante a realização do Plano foram entrevistadas 72 famílias pelo grupo de assistentes sociais do Comunidades Unidas de Itaquera, das quais pude acompanhar algumas entrevistas. O plano começou a ser construído em setembro de 2012, quando aconteceram as primeiras entrevistas e foi finalizado em março de 2013 com apresentação aos moradores e impressão de alguns exemplares.

Dois pontos marcantes deram o tom da discussão sobre a questão da Vila da Paz, e apareceram logo no início da criação do plano: a intenção de consolidar o maior número de domicílios possíveis na área, já que os moradores encontravam-se inseridos urbanisticamente, e o chamado 'chave à chave'⁷⁷, no qual as famílias que precisassem ser removidas por estarem localizadas em áreas muito próximas ao córrego e pelas intervenções de adequação urbanística, apenas saíssem quando suas moradias definitivas estivessem prontas. Ou seja, as famílias não aceitariam o auxílio aluguel, procedimento que a prefeitura repassa mensalmente um valor às famílias para pagar aluguel. A justificativa das famílias é de que o valor pago pela prefeitura não era suficiente para pagar um aluguel, principalmente naquela região.

⁷⁷ Esta expressão trazida pelo Comitê Popular da Copa de São Paulo foi conhecida a partir da troca de experiências com o Comitê Popular de Porto Alegre, que realizou uma campanha com este tema na cidade.

Dessa maneira foram construídas as diretrizes do plano popular junto aos moradores participantes do processo e das lideranças da comunidade com assessoria técnica da Peabiru, são elas:

- Manutenção das famílias, ou pelo menos parte delas, no terreno que ocupam atualmente;
- Novas habitações para as famílias que permanecerem no mesmo terreno e também para aquelas que forem reassentadas;
- Substituição dos barracos de madeiras atuais por moradias sólidas e definitivas;
- Criação de postos de trabalho na região;
- Implantação de sistema oficial de água, luz, esgoto e drenagem;
- O Estado precisa garantir moradias definitivas: Apartamento ou casa própria (chamado de chave à chave);
- Não serão aceitos 'Bolsa – aluguel', albergue ou 'cheque despejo';
- Deve ser feita a regularização fundiária;
- A nova moradia não pode ser em local distante da atual localização da comunidade, deve ser de preferência no mesmo bairro.” (PEABIRU, 2013, p. 36)

A partir das discussões que resultaram na construção das diretrizes apresentadas, os moradores da comunidade montaram uma proposta considerada ideal para a Vila da Paz.

A proposta apresentou a possibilidade de manter e consolidar uma parte das famílias na área ocupada pela comunidade, removendo apenas algumas unidades habitacionais a fim de implementar as adequações urbanísticas necessárias para a consolidação da comunidade e o atendimento das necessidades do poder público, como a implantação do Parque Linear Rio Verde.

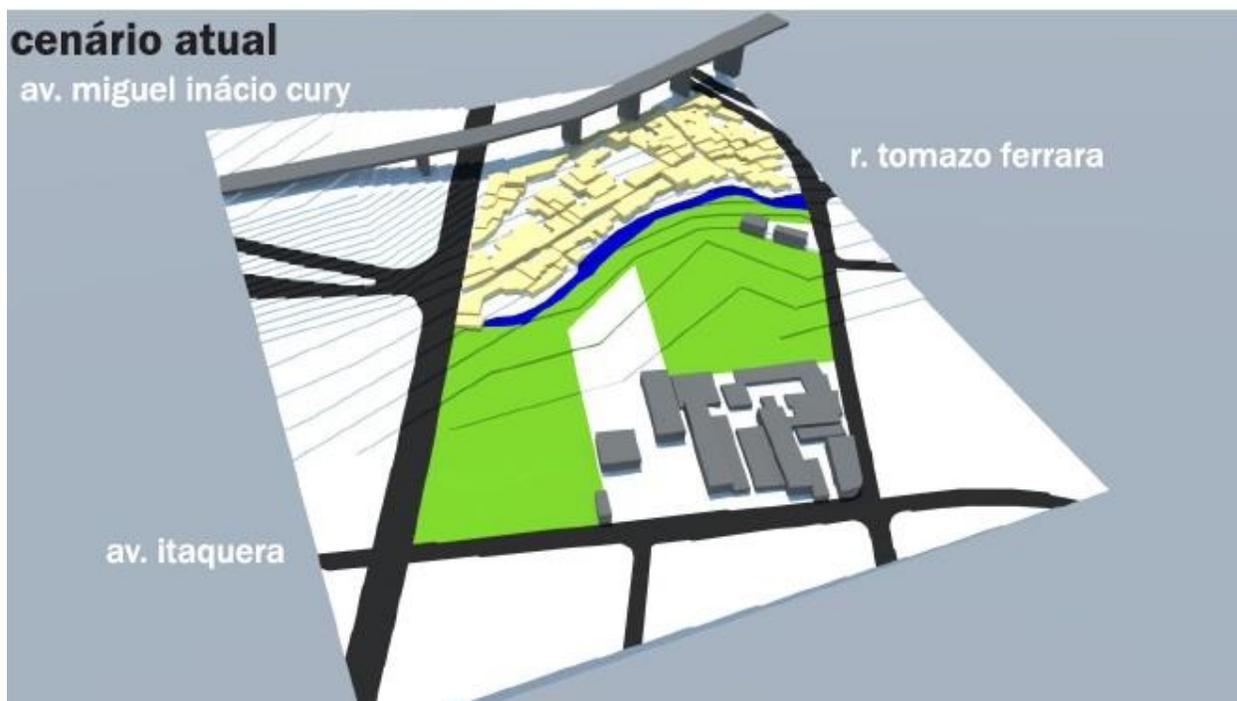
A proposta também buscou respeitar as distâncias mínimas do córrego e do viaduto do metrô, medidas estabelecidas pelo Código Florestal e pela Companhia do Metrô. Dessa maneira poderia conciliar tanto a vontade dos moradores da Vila da Paz em permanecer na área, quanto os projetos do poder público municipal.

Pelo plano seriam removidos 155 famílias que poderiam ser realocadas em um terreno público do outro lado do córrego, a área possuía capacidade de abrigar cerca de 390 unidades habitacionais. Assim estas famílias permaneceriam próximas ao seu local de origem, minimizando o prejuízo em relação à perda dos laços comunitários e o acesso aos equipamentos públicos já utilizados por eles.

Já as 145 famílias restantes permaneceriam na comunidade e receberiam algumas intervenções urbanísticas com o objetivo de melhorar as condições de habitabilidade da área.

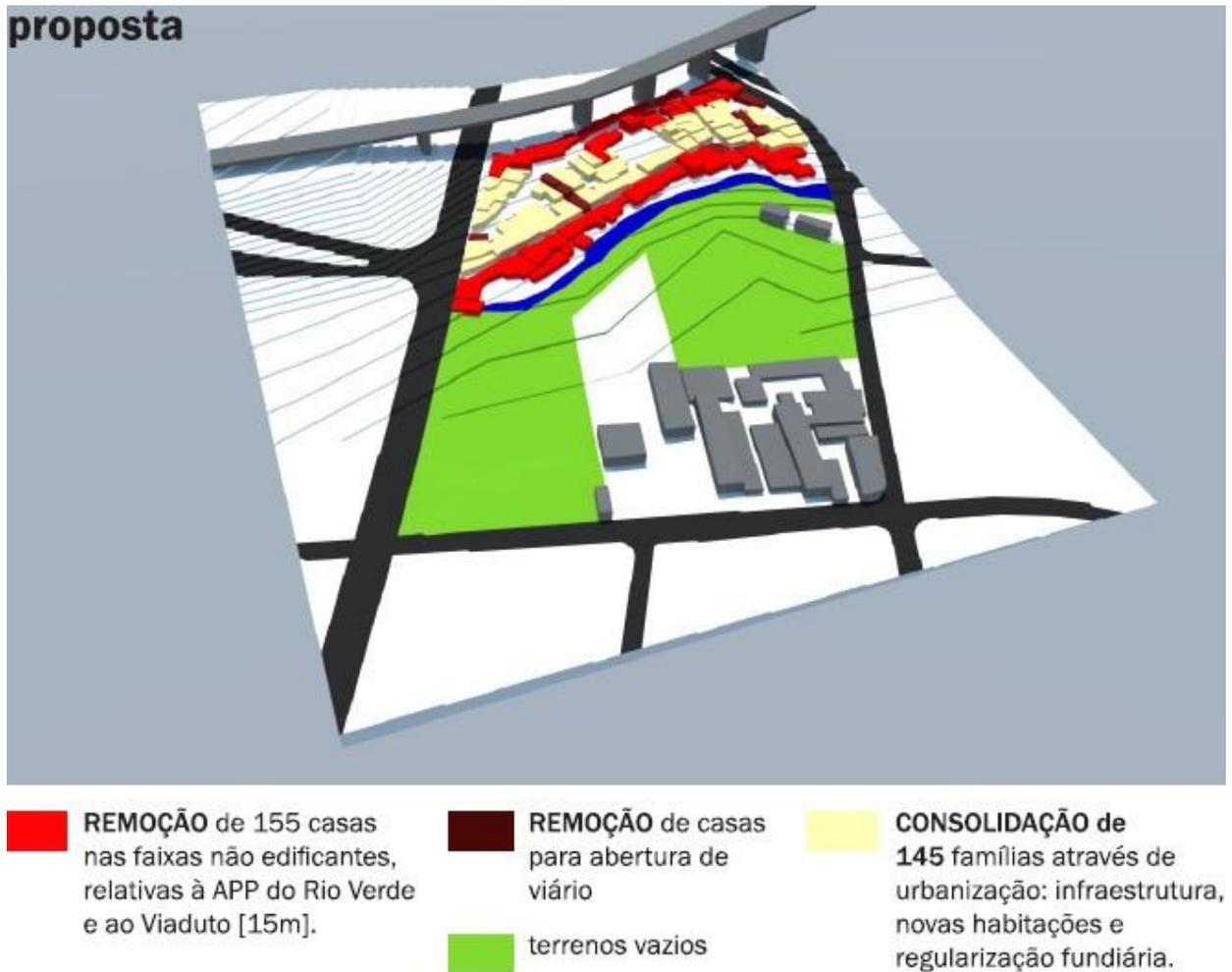
Nas figuras 29 e 30 é possível visualizar o cenário atual da Vila da Paz e a proposta de intervenção do Plano Popular Alternativo, respectivamente.

Figura 29: Cenário atual da Vila da Paz



Fonte: Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz (2013).

Figura 30: Proposta de intervenção do Plano Popular Alternativo.



Fonte: Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz (2013).

Na figura 30 é possível identificar as áreas de remoção que viabilizariam a implementação do parque, e as casas que poderiam ser consolidadas. Além disso é possível perceber a existência de terrenos vazios em que as famílias removidas poderiam ser realocadas, bem como outras famílias, considerando que a região possui uma significativa infraestrutura urbana em seu entorno, podendo beneficiar uma série de famílias removidas de outros locais da cidade.

Esta intervenção resultou na proposta final do plano popular, que pode ser visualizado na figura 31 abaixo, caracterizado pela urbanização com desadensamento da área.

Figura 31: Proposta final do Plano Popular Alternativo.



Fonte: Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz (2013).

Durante a discussão sobre as propostas para a área da Vila da Paz também colocou-se a possibilidade de remoção total da área, considerando a existência terrenos vazios que poderiam abrigar as famílias removidas (e muitas outras) já que esta era situação desejada pela prefeitura. Porém, a partir das discussões realizadas

junto aos moradores, optou-se por não apresentar esta possibilidade ao poder público, para que não fossem apresentadas alternativas contrárias ao desejo de consolidação de uma parte da comunidade.

Em março de 2013 a Peabiru começa a apresentar versões preliminares do Plano, juntamente com atividades de formação que tinham como objetivo o planejamento para ações no primeiro semestre do ano. A chamada para as apresentações do plano foram realizadas a partir de um mutirão de panfletagem para os moradores em conjunto com o grupo Comunidades Unidas e o Comitê Popular da Copa. Segundo informações de técnicos da assessoria técnica Peabiru, a mobilização dos moradores cresceu consideravelmente após a impressão e distribuição do plano popular de urbanização.

Segundo Amore et al. (2014), o método utilizado na Vila da Paz pode ser replicado em outras áreas também ameaçadas de remoção, por ser um procedimento bastante simples baseado na consulta aos moradores e no compartilhamento de informações estratégicas (como o direito à moradia, direito à cidade e à regularização fundiária). O levantamento de dados socioeconômicos e um diagnóstico urbanístico que incluía o acesso aos equipamentos públicos e a mobilidade urbana e levantamento dos terrenos vazios ou subutilizados é parte essencial da construção de uma proposta que dialogue com o entorno da comunidade, considerando seus laços e acessos.

A Vila da Paz seguia mobilizada em busca de informações concretas sobre o futuro das famílias que ali residiam, e em conjunto com o Núcleo de Habitação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, pressionaram a prefeitura a divulgar uma resposta em relação ao Plano Popular meses depois da entrega do documento.

Em abril de 2014 foi realizada uma reunião que incluía uma comissão de moradores da Vila da Paz, a vice-prefeita Nadia Campeão, o Secretário de Habitação José Floriano Peixoto, o subprefeito de Itaquera Guilherme de Paula, um representante do governo estadual, um representante da AES Eletropaulo, colaboradores da SABESP e técnicos da Sehab e da SPCopa. Nesta reunião a prefeitura informou a inviabilidade da implementação do Plano Popular Alternativo e se comprometeu a construir uma

justificativa para este fato. Além disso, alguns órgãos se comprometeram a realizar atividades pontuais na comunidade.

A prefeitura assinou um acordo⁷⁸ no qual prometeu reassentar as 120 famílias do setor 1 em um empreendimento próximo que seria entregue pela Caixa Econômica Federal, a elaborar e implementar um Plano de Trabalho Social para as famílias que não seriam removidas naquele momento, mas que aguardariam a construção de um outro empreendimento para o qual seriam realocadas (ambos os empreendimentos dentro de um raio de quatro quilômetros da localização da Vila da Paz), a arcar com todas as despesas de instalação da rede elétrica e promover uma oficina sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida que os atenderia.

A subprefeitura de Itaquera se comprometeu a monitorar e zelar pela área da comunidade, principalmente da área que seria desocupada, a contratar dois moradores da comunidade para cuidar do local através do projeto Varre Vila, a coletar o lixo domiciliar de todas as casas, a limpar o córrego e suas margens e implantar o programa de prevenção de incêndios na comunidade.

Já a Companhia de Saneamento Básico – SABESP – informou que só poderia implantar a rede de esgoto após a remoção do setor 1, e após a implantação da rede haveria a cobrança da tarifa social. A SABESP se comprometeu também a implantar a infraestrutura para a rede de água na comunidade.

A AES Eletropaulo, por sua vez, prometeu implantar numeração nas moradias, providenciar a rede elétrica da comunidade, com exceção do setor 1, que seria removido, e implantar ações do programa de eficiência energética.

Por último, a Caixa Econômica Federal se comprometeu a finalizar as unidades habitacionais do conjunto – MCMV São Sebastião, onde seriam realocadas as famílias do setor 1, a realização do trabalho social de pós-ocupação com essas famílias, e também dar início a construção do conjunto habitacional Iguape B, para onde irão as outras famílias da Vila da Paz.

⁷⁸ Uma cópia do acordo assinado por todos os presentes foi juntada ao processo jurídico da Vila da Paz, uma cópia ficou com a Defensoria e a outra com a comissão de moradores da comunidade.

Após a realização desta reunião e a apresentação da justificativa da prefeitura pela inviabilidade do Plano Popular, as questões relacionadas à remoção da comunidade não foram mais discutidas, não havendo portanto outros desdobramentos. Por outro lado, a implementação de algumas atividades que os variados órgãos se comprometeram a realizar, foram iniciadas.

Para os moradores da comunidade, as mais relevantes para a comunidade foram o início da instalação das redes de abastecimento de água e energia elétrica, porém, as lideranças também citam o projeto 'Varre Vila'⁷⁹ como uma das iniciativas que melhorou o cotidiano da comunidade.

Ocorrida a Copa, a questão da remoção continuou adormecida, voltando à tona apenas no primeiro semestre de 2015 quando, a partir de boatos na comunidade, chegou a notícia de que a remoção estaria próxima. Apenas quando os moradores buscaram a prefeitura para esclarecer os boatos, é que foi proposta uma reunião para discutir como se daria o processo de remoção, para que tanto as famílias que seriam removidas, quanto as famílias que continuariam na comunidade não tivessem prejuízo.

3.4 O processo de remoção

A partir de maio de 2015 deu-se o início aos processos de remoção do setor 1 da comunidade, caracterizado como uma área de risco geotécnica pela prefeitura. O processo se deu a partir de algumas reuniões entre a Associação de Moradores Vila da Paz, representada por suas lideranças e a subprefeitura de Itaquera.

A construção do relato sobre este momento foi realizada a partir de entrevistas das lideranças das comunidades por telefone e/ou pessoalmente.

Num primeiro momento houve um sentimento de revolta e desespero por parte dos moradores, nesta ocasião fui contatada por uma das lideranças com o intuito de

⁷⁹ O 'projeto Varre Vila' trata sobre conscientização sobre destinação de resíduos com entrega do selo de qualidade para ruas mais limpas. Mais informações em <http://www.redebrasilatual.com.br/radio/programas/jornal-brasil-atual/2015/07/alem-da-limpeza-varredores-promovem-conscientizacao-ambiental-em-comunidades-da-zona-leste> Acessado em 07/10/2015.

avisar a rede de apoiadores e buscar possibilidades de defesa jurídica para a comunidade. Porém, alguns dias depois as famílias foram informadas sobre a realização de uma primeira reunião entre prefeitura e famílias da Paz, que contou com a presença do Secretário de Relações Governamentais do prefeito Fernando Haddad, Alexandre Padilha⁸⁰. Na ocasião o secretário se referiu à reunião que tratava sobre a remoção e realocação das famílias do setor 1 enquanto um processo de urbanização, resultado do 'legado da Copa', conforme suas palavras.

Nesta reunião os moradores expuseram as suas diretrizes em relação à como ocorreria a remoção, dado que este era um processo irreversível, dentre elas a construção conjunta de um cronograma de remoção que incluísse no máximo 12 famílias por dia, que os pertences das famílias fossem levados para a nova moradia em um transporte exclusivo para cada família e que ela pudesse acompanhar seus pertences em outro carro, que o processo de demolição se desse de forma manual, a fim de evitar que as casas que fossem continuar na comunidade fossem prejudicadas pela demolição e, por fim, que somente após este trabalho as máquinas pudessem entrar na comunidade para remover os resíduos. Alguns dias após a realização desta reunião, começou o processo de remoção das famílias.

Em julho de 2015 teve o início da primeira fase das remoções da Vila da Paz, que totalizou cerca de 125 famílias, sendo 101 do setor 1 (risco geotécnico) e algumas famílias do setor 5, localizado na rua Castelo do Piauí, onde havia ocorrido uma morte por atropelamento. As famílias foram realocadas em um conjunto habitacional recém-finalizado há aproximadamente três quilômetros da Vila da Paz, o que os moradores consideraram como uma localização satisfatória.

As remoções aconteceram durante alguns dias, conforme solicitação da comunidade, objetivando que o processo fosse o menos traumático possível e que incluísse um número de famílias reduzido por dia, dessa maneira seus pertences poderiam também ser encaminhados de forma digna e ordeira.

⁸⁰ O secretário fez uma menção à reunião em uma rede social, que está disponível em <https://twitter.com/padilhando/status/464476408107266048> Acessado em 28/09/2015.

Das 125 famílias, cerca de 15 não se encaixaram nos critérios do Programa Minha Casa, Minha Vida, que prevê renda salarial de zero a três salários mínimos. A estas famílias, a prefeitura ofereceu o programa de auxílio-aluguel, no valor de R\$ 400,00. Segundo relatos da liderança, poucas famílias aceitaram esta alternativa e as que não aceitaram buscaram outros lugares dentro da própria comunidade. Neste sentido as lideranças relatam que ocorreram problemas em relação ao enquadramento aos critérios do PMCMV, o que acarretou algumas situações de injustiças e conflitos, como o caso de uma moradora idosa que, segundo a Cohab, não atendia os critérios de renda mínima, porém ela e outros moradores afirmam que as alegações da Cohab não são verídicas. A liderança da comunidade buscou ajuda na Defensoria Pública em relação a este caso e aguarda mais informações sobre possíveis resoluções. Já a moradora em questão aguarda as respostas na própria comunidade, ainda em sua casa, já que esta será uma das últimas a serem demolidas pela prefeitura.

Uma igreja localizada no setor 1 também foi demolida, e apesar de ser uma construção maior, também seguiu as exigências da comunidade sobre a demolição manual, a fim de evitar prejuízos para as casas próximas e, principalmente para aquelas que não seriam removidas.

Pedro⁸¹, uma das lideranças da comunidade incluso na primeira fase da remoção, avalia como positiva a maneira que se deu o processo de remoção, apesar dos problemas relatados anteriormente, dado que ocorreu conforme combinado em reunião com os moradores e as diretrizes que saíram dali. Por outro lado, não deixa de pontuar problemas em relação aos critérios do Programa Minha Casa, Minha Vida, o que resultou que algumas famílias não fossem atendidas conforme o compromisso proposto pela prefeitura.

Segundo Pedro, o local de reassentamento foi avaliado como 'bem localizado', e as parcelas a serem pagas pelas famílias variam de R\$ 25,00 a R\$ 85,00, o que, no entendimento dele, é um valor razoável. Porém, contabilizando-se todas as prestações fixas que as famílias passaram a pagar, dentre elas a parcela do financiamento do

⁸¹ Nome fictício de uma das lideranças da comunidade.

apartamento, a taxa condominial (que inclui a conta de água) e a taxa de energia, algumas já realocadas começaram a sentir dificuldades.

Além disso, a liderança chama atenção para o fato de que o trabalho relacionado ao momento pós-ocupação não estava sendo satisfatório, sendo que os atendimentos possuíam pouca frequência, não sendo discutido previamente a questão da taxa condominial e sua importância, assim como as diferenças, os limites e os pontos positivos de morar em um apartamento. O fato de haver famílias de outros bairros e comunidades no mesmo prédio, dispersando as famílias da Vila da Paz em locais diferentes também foi citado pela liderança como um ponto negativo, o que, segundo ele, poderia fragilizar e distanciar laços comunitários de solidariedade e cooperação que as famílias haviam construído na Vila da Paz.

Colocado este cenário no qual a comunidade foi fragmentada em dois momentos: primeiro quando uma parte é removida e a outra segue ocupando a área original, e num segundo momento quando as famílias realocadas não são concentradas no mesmo prédio ou em andares próximos, foi possível perceber durante conversa com os moradores que essas fragmentações ocasionaram certa desmobilização na comunidade, além de gerar algumas divergências entre as famílias.

A falta de um atendimento social antes, durante e após os processos de remoção e realocação também fragilizou as famílias, sendo que algumas até cogitam a venda do apartamento por não estarem conseguindo arcar com todas as despesas, e também, por não estarem se adaptando ao fato de viver em apartamentos.

Em relação a este ponto, Pedro coloca que algumas famílias se mostraram bastante satisfeitas em relação ao atendimento recebido e outras não. Por outro lado, aquelas que não estavam satisfeitas não possuíam a possibilidade de escolha senão aceitar a realocação nos apartamentos. Segundo Pedro, isso ocorre pelo fato de que não são colocadas alternativas em relação ao atendimento, ou seja, desconsidera-se a diversidade em relação à formação e necessidades das famílias oferecendo uma mesma solução de atendimento para todas elas, deixando-se então de entender as necessidades de cada família.

Segundo as lideranças da Vila da Paz, o poder público se comprometeu a realizar algumas atividades que melhorem a vida das famílias que irão permanecer na área até que os seus apartamentos fiquem pronto, dentre estas intervenções estão inclusas a adequação da área de beira de córrego, a implantação de sistemas de iluminação nas vielas, a abertura de outras vielas, a ligação de energia para todas as casas, a continuação da implementação do parque Linear Rio Verde. Essas intervenções têm a finalidade de evitar novas ocupações na área e promover a melhoria de algumas casas que ainda ficarão na comunidade à espera das novas unidades habitacionais.

Na figura 32 é possível visualizar uma foto aérea após a remoção parcial da comunidade, a foto é do dia 2 de agosto de 2015. Nela é possível perceber que a remoção do setor 1 ainda não havia sido finalizada, faltando a remoção de algumas casas.

Figura 32: Foto aérea da Vila da Paz após a remoção parcial.



Fonte: Google Earth (2015).

Até o presente momento não foram tomadas providências para que esta área não seja reocupada, as lideranças informaram sobre a existência de boatos em relação ao seu destino. Uma das lideranças conta que alguns técnicos da prefeitura dizem que há estudos para que esta área se torne uma rua, o que não iria de encontro com a implementação do Parque Linear Rio Verde. Segundo os moradores, outros boatos já surgiram, porém até o momento a informação oficial é a de que no ano de 2016 as outras famílias serão removidas e a construção do parque será finalizada.

Pedro coloca que, mesmo após ser removido, busca se manter presente na Vila da Paz, para contribuir na luta das famílias que ficaram. Porém alguns conflitos internos vão surgindo pelo fato dele já estar em seu apartamento enquanto outras famílias continuam inseguras em relação ao seu futuro, considerando que os prédios que irão abrigá-las sequer tiveram suas obras iniciadas.

Apresentado o cenário, vale pontuar que a remoção ocasionou fragmentação e desmobilização entre as famílias, principalmente em relação às famílias que ficaram. Além disso, a falta de acesso às informações concretas sobre os projetos e cronogramas relacionados às próximas fases de remoção reforçam e renovam um ciclo de desinformação e violação de direitos. Por fim, as famílias que não se encaixaram nos critérios do Programa Minha Casa, Minha Vida estão sem uma solução habitacional definitiva, inclusas no auxílio aluguel.

CAPÍTULO 4 – OS CONFLITOS DA PAZ E A EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO NO CONTEXTO DE CONFLITOS

A partir do cenário apresentado, é possível perceber que, dentro da Favela da Paz há interesses que se sobrepõem (como a moradia e a construção de um parque linear) gerando inúmeros conflitos naquela área, associados à diversas justificativas.

Por outro lado, a ocorrência destes conflitos e de algumas situações que exercessem pressão às famílias para que elas deixassem a área, fez com que a mobilização da comunidade se fortalecesse e que ela buscasse, junto aos seus parceiros, ferramentas para resistir a estes processos de pressão.

Oliveira (2013) coloca que o conflito urbano, em todas suas características, é um importante indicador de vitalidade social, e que ao buscarmos identificar e entender suas justificativas, seus atores e seus objetivos e reivindicações, é que será possível entender a dinâmica das cidades,

“é possível afirmar que a identificação, o mapeamento e a análise da conflituosidade nas cidades são chaves fundamentais para o entendimento da realidade e dinâmica das cidades e um rico material a ser explorado em estudos comparados.” (OLIVEIRA, 2013, p. 1)

Ainda segundo Oliveira (2013) o conflito urbano é também uma possibilidade de surgimento de formas alternativas de intervenção nas políticas públicas, através da proposição de intervenções pontuais, projetos, planos ou até mesmo políticas públicas a partir da possibilidade de participação direta, muitas vezes reivindicada nos conflitos e manifestações.

O caso da Vila da Paz apresenta uma experiência neste sentido, da reivindicação da participação das famílias no processo decisório através da apresentação de um Plano Popular Alternativo para a comunidade. Outros casos similares também são encontrados Brasil afora, como a experiência da Vila Autódromo,

no Rio de Janeiro, o Plano do bairro Saramandaia, situado na região metropolitana de Recife e o caso da Ocupação Dandara localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Além disso a apropriação do conflito permite que a comunidade se entenda enquanto um sujeito coletivo, deixando de reivindicar e buscar soluções no plano individual e se expondo enquanto grupo. Conforme já exposto, Vainer (2007) coloca que o conflito se faz necessário para que os grupos sociais historicamente dominados se apropriem da questão coletiva, sendo que isto vai balizar e fortalecer as suas lutas.

No caso da Vila da Paz foi possível observar que os moradores se apropriaram de fato da construção de um sujeito coletivo que reivindicava a participação no processo decisório. Um sujeito coletivo que não fosse formado apenas a partir do entendimento das lideranças da comunidades, mas que contasse com a participação de um número maior de moradores. Um exemplo disto foi a construção das diretrizes do Plano Popular, que se deu de maneira coletiva, e não somente juntos das lideranças.

O mesmo aconteceu em relação a ampla participação dos moradores nas reuniões com a subprefeitura de Itaquera. Ainda que a prefeitura apresentasse poucas informações, os moradores da comunidade se organizavam para participar das reuniões, e reivindicavam que elas acontecessem diante da presença dos moradores, e não apenas das lideranças.

4.1 A relação da remoção com questões ambientais

No caso da Vila da Paz, a primeira justificativa da prefeitura para que ocorresse a remoção total das unidades habitacionais estava ligada à necessidade de preservação e manutenção do córrego Rio Verde, com o provimento de recursos hídricos daquela região, assim como a preservação do bem estar das famílias residentes nas áreas de várzea do córrego por configurar uma situação de risco de acidentes geotécnicos. A questão da possibilidade de ocorrência de acidentes geotécnicos que envolvessem as famílias da Vila da Paz foi uma segunda justificativa para a remoção, ainda que a área não esteja demarcada pela prefeitura enquanto uma área de risco em seu banco de

dados. No momento em que ocorreu a setorização da comunidade, a prefeitura caracterizou uma parte da comunidade como área de risco.

É importante considerar que alguns domicílios estavam muito próximos do córrego, com condições construtivas bastante precárias, conforme apresentado anteriormente. Porém, essa área foi a primeira a ser ocupada, em 1991, e apenas quando a necessidade de remoção se fez presente é que levantou-se a preocupação com a questão do risco geotécnico.

Ao deixar de discutir e analisar a questão do risco, a prefeitura desconsiderou a possibilidade de implementar intervenções estruturais que minimizassem ou eliminassem o risco de ocorrer acidentes geotécnicos.

Além disso, a remoção também foi justificada por conta de uma possível contaminação do solo, porém a área da comunidade não está inventariada na CETESB, enquanto uma 'área contaminada', nem houveram análises que comprovassem esta possibilidade.

Ambas as justificativas de remoção estão ligadas à questões ambientais, e acabam conferindo um status de 'urgência' em relação a necessidade de remoção, o que pode vir a legitimar ações arbitrárias do poder público associadas aos processos de remoção. Esse 'status de urgência' também exerce pressão sobre as famílias, que informaram sentir-se com medo diante da possibilidade de ocorrência de acidentes geotécnicos e de contração de doenças devido à possíveis contaminações no solo.

Acselrad (2004) apresenta duas possibilidades de instauração de conflitos ambientais em determinados territórios. A primeira ligada ao fato dos recursos naturais serem finitos e, portanto, conflitos em relação à possibilidade de que se esgotem, sendo necessário o racionamento destes recursos. Uma segunda abordagem trata não só do fato dos recursos serem finitos, mas também da finalidade para os quais são utilizados. Sendo assim, seria necessário não só conter os desperdícios, mas avaliar e priorizar o objetivo destes usos. Segundo o autor é necessário que se considere o fato de que a sociedade e o meio em que vivem são intrinsecamente ligados, o que faz com que as relações entre comunidade e território mantenham significados diversos, resultando em práticas sociais específicas e usos que simbolizam esta relação entre meio e

sociedade. Esta relação deve atribuir pesos diferenciados na instauração e análises de conflitos territoriais que agregam valores ecológicos à questão.

Conforme já descrito, há em Itaquera um cenário em que figuram inúmeros focos de investimentos, tendo como principais pontos de intervenção o Polo Institucional de Itaquera, os procedimentos de preparação para o acolhimento da abertura da Copa da FIFA, a Operação Urbana Rio Verde-Jacu, a construção do Parque Linear Rio Verde e as inúmeras obras viárias para atendimento do estádio do Corinthians. Todas estas intervenções provavelmente irão acarretar a valorização da área, resultando em um crescimento do interesse do mercado imobiliário sobre aquela região, que não seria beneficiado com a presença de comunidades carentes no seu entorno.

Esta provável valorização da área foi apontada como uma das principais justificativas do caso da 'Copa do Povo', relatado anteriormente, no qual as famílias expuseram que, devido ao aumento do aluguel, não conseguiam mais arcar com as despesas de habitação, fazendo com que a necessidade de ocupação de uma área ociosa acontecesse.

Além da pressão exercida pela possibilidade de remoção e suas justificativas, ocorreram outros episódios que ocasionaram certa pressão para que as famílias saíssem da comunidade, como, por exemplo, caso do corte ilegal da rede de energia que atendia os moradores⁸². Episódio no qual, em maio de 2012, a Eletropaulo providenciou o corte da rede de energia elétrica irregular que abastecia a comunidade a pedido da Polícia Militar. Este fato acarretou a revolta dos moradores da Favela da Paz. O episódio resultou em uma investigação do Ministério Público para averiguar se a ação foi arquitetada pela Subprefeitura de Itaquera, na época coordenada pelo Coronel Paulo Cesar Máximo, com a finalidade de 'expulsar' indiretamente os moradores de suas casas. Até a data atual não há conclusão das investigações que envolvem a Polícia Militar e o então Subprefeito de Itaquera.

O corte da rede irregular de energia que abastecia a Vila da Paz, realizado em maio de 2012, ocorreu um mês antes que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente da

⁸² Disponível em <http://issuu.com/peabirutca/docs/caderno-final-8> acessado em 15/06/2013

PMSP divulgasse um documento que apontava algumas ações para a realização da abertura da Copa do Mundo de 2014, que aconteceu no estádio do Corinthians, ao lado da Comunidade da Paz⁸³, dentre elas a finalização do Parque.

No que diz respeito à implantação do Parque Linear Rio Verde, há evidências de que a exposição da justificativa ambiental, que carrega consigo um caráter emergencial de proteção de bens relevantes, irão se sobrepor a existência de uma comunidade que abriga cerca de 380 famílias. Sendo assim, conforme as afirmações de Acselrad (2004) a natureza é colocada como um dos fatores que ocasionam os conflitos sociais, sendo, neste caso, usada para legitimar as ações do poder público municipal.

Conforme é possível identificar na figura 33, o desenho do Parque Linear, passa por diversas comunidades carentes no entorno do estádio, se desvinculando algumas vezes do traçado do córrego. Outras vezes, o parque passa por uma parte em que o córrego já se encontra canalizado ou totalmente descaracterizado, até alcançar outra comunidade carente.

Além disso, a Comunidade da Paz, no momento em que este mapa foi apresentado, já era representada enquanto parque, e já era tratada enquanto área “livre e preservada”, desconsiderando a existência das famílias. Por outro lado, no momento em que a prefeitura apresentou esta informação para os moradores da Vila da Paz, o fato gerou indignação e comoção nas famílias, resultando em uma maior mobilização da comunidade.

⁸³ Documento disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/pue_itaquera_cades_leste_set_2012.pdf acessado em 06/06/2013

Figura 33: Parque Linear e o estádio.



Fonte: Prefeitura de São Paulo (2012).

Durante visita na área foi possível perceber que ‘à montante’ da Vila da Paz o Parque Linear Rio Verde (já implantado) concentra-se em uma das margens do rio, porém no momento em que chega à comunidade o parque é transferido para a outra margem do rio, área onde está localizada a Vila da Paz.

Para Acselrad (2004) é necessário um método de análise e mediação de conflitos que não trate separadamente as questões ambientais e sociais, já que estas encontram-se intrinsecamente ligadas, como é o caso dos conflitos analisados na Vila da Paz, onde população e córrego poderiam viver em harmonia, conforme exposto no Plano Popular Alternativo da Comunidade (2013), articulando a necessidade de implementação do parque com o dever de proporcionar políticas públicas de habitação.

A ideia deste conflito tratado enquanto ambiental e, portanto, ligado a questões como escassez de recursos hídricos da região ou de cuidado com a vida daqueles que residem muito próximos ao córrego, tende a funcionar enquanto mecanismo, tanto de esvaziamento do debate político acerca do assunto, quanto como justificativa de ações autoritárias do poder público. (ACSELRAD, 2004)

4.2 O planejamento em contexto de conflito

Conforme apresentado anteriormente, o contexto da Vila da Paz é marcado pela urgência da preparação da cidade para o acolhimento da Copa da FIFA 2014, que, por sua vez, traz à tona a implementação de planos antigos da prefeitura, envolvendo algumas ações de requalificação e estruturação urbana, como a implantação de um grande parque linear que irá chegar próximo ao novo estádio. Conforme mostrado, desde 2004 o poder público vem planejando uma série de intervenções urbanísticas para a região de Itaquera, seja via Operação Urbana Consorciada, seja pela discussão e demarcação do Plano Diretor Estratégico aprovado em 2014. A novidade fica por conta do caráter de urgência de implementação destes projetos com a chegada da Copa.

Uma outra questão que caracteriza o contexto em que se dá a história da Vila da Paz é, além da grande mobilização popular da comunidade, que foi intensificada a partir da formação de uma rede de grupos e atores que agiam em conjunto, as chamadas 'Jornadas de Junho de 2013', quando milhares de brasileiros foram às ruas incomodados com a questão urbana, e motivados pela alta da tarifa do transporte público.

Apresentado o cenário, é importante que se explicita o conflito que está dado, no caso o desejo do poder público de implantar um parque linear conflitando com a necessidade das famílias em permanecer no local, onde estão situadas há aproximadamente 24 anos. As justificativas para a remoção da comunidade foram diversas. Além da implementação do parque, o poder público alegou que a região se constituía enquanto uma área de risco de acidentes geotécnicos, alegou-se também a contaminação do solo e o risco de incêndios. Estas justificativas foram todas contestadas pela comunidade e seus apoiadores, o que resultou, inclusive, na criação de um plano popular alternativo de urbanização, quando a própria prefeitura não apresentava planos e medidas concretas para a comunidade.

A partir do processo de mobilização e resistência e de sua grande exposição na mídia nacional e internacional, a Vila da Paz se tornou um dos símbolos de resistência

ao projeto de uma 'cidade dos megaeventos', quando trata-se dos impactos da Copa em São Paulo. Durante este processo foi possível observar a formação de novos atores sociais no campo da resistência, assim como a formação de redes de apoio mútuo e solidariedade entre eles.

As práticas observadas na Vila da Paz surgem a partir da existência do conflito e buscam problematizar e procurar soluções contra-hegemônicas frente às ações da prefeitura. Tais práticas remetem ao conceito de 'planejamento insurgente' difundido por James Holston (1999), no qual a cidadania é alcançada a partir de práticas transformadoras e insurgentes dos grupos populares, não sendo baseada nos canais de participação existentes, mas na radicalização da democracia.

Holston (2009), a partir de seus estudos sobre os processos de ocupação e periferização da cidade de São Paulo, aponta que a cidadania insurgente é, muitas vezes, resultado das condições precárias, irregulares e segregadas nas periferias onde uma grande parcela da população dos grandes centros urbanos vive atualmente. Este cenário tem relação com as altas taxas de urbanização ocorridas nas últimas décadas. O autor informa que foram nestes espaços de desigualdade onde surgiu a insurgência, através de grupos e movimentos que questionam a falta de direitos e o direito à cidade.

Os centros urbanos são apontados pelo autor como um espaço de resistência e de contestação, colocado de maneira simbólica, e face representativa da dominação e das desigualdades.

A experiência da Paz também pode ser analisada a partir do conceito de 'planejamento insurgente' de Miraftab (2009), ou do que a autora chama de práticas radicais de planejamento, que surgem, muitas vezes, enquanto resposta às práticas neoliberais dominantes.

Na visão da autora, o planejamento insurgente é caracterizado por ser contra-hegemônico, transgressor e imaginativo. É contra-hegemônico em relação à quebra ou desestabilização da ordem político-econômica dominante. É transgressor em dois momentos, primeiro sobre tempo, pois estimula a reconstrução da memória coletiva, problematizando as questões que incidem atualmente dentro da formação histórica, e dando significativa importância ao histórico da comunidade enquanto uma forma de

apropriação da história de um determinado lugar, ou seja, funcionando também como uma metodologia de empoderamento da comunidade, em relação à sua história dentro de um contexto maior. É transgressivo também quanto aos espaços de participação, já que nestes casos, como o da Vila da Paz, as reivindicações e muitas vezes as negociações, são feitas fora dos espaços institucionais de participação, se dando a partir da ocupação das ruas como espaços de reivindicação.

E é imaginativo, pois trata de uma visão do planejamento e da incidência popular sobre ele de outra forma, sendo que esta visão é além de possível mas necessária para que sejam respeitados os desejos e necessidades daqueles que reivindicam determinada questão. (MIRAFTAB, 2009)

Segundo Vainer et al. (2013), o aspecto 'imaginativo' do planejamento insurgente se refere também a uma forma de luta contra processos autoritários,

“com sua iniciativa de promover um projeto autônomo capaz de confrontar o projeto de eliminação e reassentamento da Prefeitura, inauguraram uma forma de luta contra processos autoritários de remoção e abriram novas perspectivas para outras comunidades em luta contra estratégias de dominação sancionadas ou não pelo Poder Público.” (VAINER et al., 2013, p. 17)

Todas estas características citadas por Miraftab (2009) dialogam com o ocorrido na Vila da Paz, principalmente após a chegada da Copa e o conseqüente acirramento da imposição da remoção da comunidade por parte da prefeitura. Porém, o diferencial neste caso é que a reivindicação pela atuação da comunidade no processo de tomada de decisão sobre o seu futuro surge a partir de um conflito dado.

Vainer et al. (2013) associa o conceito de planejamento insurgente, explorado por Miraftab (2009), com a experiência da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, e conforme já exposto, devido à formação e composição da ANCOP, essa experiência foi difundida para os outros comitês populares da Copa, chegando até o Comitê Popular da Copa de São Paulo, que apresentou para a Vila da Paz. Dessa maneira, em alguns aspectos e momentos essas histórias são bastante semelhantes.

E, assim como ocorrido na Vila da Paz, o caso da Vila Autódromo também se origina a partir de um contexto de conflito. Este conflito conseqüentemente determina as diretrizes e propostas de ambos os planos populares, que além de produto do planejamento insurgente, são também processos de aprendizado e empoderamento das comunidades, que se utilizam tanto do processo, quanto do produto, como ferramentas de luta e resistência,

“Lutar para planejar, planejar para lutar, este é um dos temas em torno do qual gira a experiência do planejamento conflitual que se desenrola hoje na Vila Autódromo. Neste processo, não se trata, como está na moda difundida pelas agências multilaterais, de prevenir e mediar conflitos; ao contrário, parte-se do reconhecimento de que a conflituosidade urbana opera como mecanismo e processo virtuoso, que explora ao limite a capacidade criativa das camadas subalternas e as possibilidades de ações e concepções contra-hegemônicas. Outrossim, o planejamento conflitual aposta na capacidade dos processos conflituosos de constituírem sujeitos coletivos aptos a ocuparem, de forma autônoma, a cena pública. O direito à cidade, nessa perspectiva, se afirma como direito a pensar e lutar por uma cidade diferente, cujos destinos sejam definidos por outros que não aqueles que fazem da cidade um grande negócio.” (VAINER et al., 2013, p. 17)

Segundo Oliveira (2013) uma das origens no planejamento em contexto de conflito está relacionado à tentativa de comunidades em situação de ameaça de remoção pesquisarem alternativas e ferramentas para resistir às possibilidades de remoção, buscando apresentar denúncias e exercer pressão diante do poder público, desenvolvendo então, ‘formas contra-hegemônicas’ de atuar na produção da cidade,

“Os moradores desses bairros populares, a partir da confrontação diária com as situações de carência, precariedade e de invisibilidade aos olhos do Estado e espaços de decisão, envolvidos nas situações de conflito, elaboraram a formulação de denúncias, justificações e projetos urbanos. Na formulação desse

frame é que se desenvolvem formas contra-hegemônicas de planejamento que resignificam, portanto, do ponto de vista teórico conceitual, as metodologias e as práticas da ação planejadora em sua expressão dominante.” (OLIVEIRA, 2013, p. 2)

Barbosa (2014) explora o conceito da ‘pedagogia do confronto’, no qual há um processo pedagógico coletivo a partir do conflito, onde o aprendizado individual constrói também o aprendizado coletivo e, com isso promove a construção e o fortalecimento, tanto de um novo sujeito político quanto da cidadania insurgente. Sendo esta soma de aprendizados individuais que contribuem para os processos de afirmação coletiva, possibilitando a estes sujeitos coletivos a atuação perante a agendas mais abrangentes.

Nesse sentido, a participação destes espaços aumenta o grau de consciência e percepção em relação à importância da mobilização e ao pertencimento de classe,

“Hipotizo que neste momento da busca por direitos e de resistência, outros componentes entram em cena: como a compreensão de que todos estão e vivem na mesma condição social, um sentimento de pertencimento de classe, e de que juntos serão mais fortes. Este processo pedagógico, desencadeado no interior do conflito, possui um enorme valor simbólico, elevando o grau de consciência cidadã dos sujeitos.” (BARBOSA, 2014, p. 107)

Nota-se que a partir destas práticas emergem os atores coletivos, que colocam a cidade enquanto um espaço em disputa ou contestação, onde diversos atores discutem a produção do espaço urbano baseado nestas arenas.

O conflito social urbano pode permitir uma leitura da dinâmica existente na cidade se entendermos quais são os seus atores, quais são os seus objetos e objetivos, suas simbologias e reivindicações. Porém, para além desta leitura do cenário urbano e sua problemática, o conflito também pode proporcionar uma leitura em relação às alternativas de intervenção no espaço público.

Ou seja, é a partir do conflito urbano que surgem processos (e, conseqüentemente produtos) de formas alternativas de produção da cidade, que transbordam o planejamento urbano enquanto uma metodologia de empoderamento popular daqueles que estão em desvantagem nos conflitos sociais, se transformando também em um instrumento de luta e resistência frente aos interesses do capital. (OLIVEIRA, 2013)

Para Vainer (2013),

“o Planejamento Conflitual concebe e aciona a conflituosidade urbana como fundamento sobre o qual, e a partir do qual, se constroem políticas, planos e projetos. E, também, talvez sobretudo, sobre o qual, e o partir da qual, se constrói um novo sujeito planejador – um coletivo social.” (VAINER, 2013, p. 6)

Porém, a busca pelo entendimento de que a conflituosidade urbana é parte da leitura da cidade entra em contradição à leitura do conflito no empreendedorismo urbano, que entende o conflito enquanto uma disfunção social, e que deve ser evitado e mediado, e quando não é possível resolvê-lo dentro dos espaços de participação, deve também ser reprimido com o objetivo de que não intervenha na imagem de uma cidade competitiva e segura para o capital.

Para Miraftab (2009) a legitimação de suas práticas é um ponto central para a manutenção das relações de poder no neoliberalismo, e algumas estratégias de governança são colocadas para garantir a legitimidade do capital, e por isso as práticas insurgentes são tão importantes, para que seja possível a desestabilização das relações opressivas ou arbitrárias.

Quando trazemos o caso da Vila da Paz e seu plano popular alternativo, é possível observar que esta experiência insere-se no campo da resistência, abrindo outros espaços de negociação e diálogo, principalmente devido à ineficiência dos espaços existentes. A disputa entre a implementação de um projeto urbano-ambiental e a luta pela moradia, ainda que desfavorável às famílias, representou um ganho na

perspectiva dos direitos dos moradores da comunidade. O planejamento conflitual se apresentou como uma das 'peças-chave' na disputa pelo território.

Entende-se também que, em relação à Vila da Paz, a atuação do planejamento em contexto de conflito se deu em dois campos, no processo e no produto. No processo em relação às ações ao decorrer do tempo que representaram o desenvolvimento da resistência e que resultaram em diferentes efeitos, como o desenvolvimento da cidadania insurgente. Referem-se as ações de formação da comunidade, de reivindicação de direitos, de construção do saber, como definido por Barbosa (2014), a 'pedagogia do confronto' em si.

Em relação ao produto, quando trata-se do plano popular alternativo, entendido aqui como resultado do planejamento conflitual, sua utilização pela comunidade enquanto instrumento de luta, e os resultados desta ação, como por exemplo, a qualificação do debate nos canais de diálogo existentes, a abertura de outros espaços de debate e a delimitação de reivindicações concretas a partir da proposição de soluções que atendam os dois lados da disputa.

Ambos os campos de atuação representam ganhos e possibilidades distintas, ainda que complementares em relação à luta, a formação popular e a construção de instrumentos de resistência para comunidades em ameaça de remoção.

No entanto, para Randolph (2008), o planejamento insurgente, ou subversivo, conforme denominado por ele, pretende atuar no campo da mediação, no sentido de superar contradições que estão postas,

“Diferentemente, o planejamento subversivo não deve ser compreendido como modelo, mas como uma prática que decorre de uma determinada compreensão do mundo contemporânea e uma profunda preocupação de buscar direções de sua transformação ou, talvez, procura identificar no presente – naquilo que já existe e anuncia sua existência – as potencialidades para uma transformação no futuro.” (RANDOLPH, 2008, p. 8)

Para o autor, o planejador mediador assume responsabilidades de grande complexidade, se tornando parte de uma transformação voltada para a racionalidade, baseada nas experiências sociais das populações exploradas e oprimidas.

4.3 O “legado” da Vila da Paz

Durante entrevistas realizadas com as lideranças da comunidade, foi possível perceber que ambos os entrevistados valorizam e enfatizam que durante todo o processo aprenderam sobre temas variados a partir da interação com os diversos atores com os quais se relacionaram ao decorrer dos anos de 2011 até 2015, período em que as ameaças de remoção se tornaram iminentes.

Ainda em 1995, quando ocorre a primeira ameaça de remoção na comunidade, Pedro lembra o quão importante foi a mobilização e união dos moradores naquele momento, organizando-se e indo até a prefeitura para mostrar que todas as crianças estavam matriculadas em escolas próximas e que se ocorresse aquela reintegração de posse, as crianças seriam as maiores prejudicadas. Após a suspensão do pedido de reintegração naquele momento, quando as ameaças de remoção ressurgiram próximo a 2011, e dessa vez não apenas via judicial, mas também a partir de outros meios que exerciam pressão indiretamente para que as famílias saíssem da área, as lideranças e toda comunidade já entendiam a importância da mobilização e de estarem unidas a fim de barrar novamente a remoção.

No entanto, segundo os moradores, a diferença neste segundo processo de remoção foi a formação de uma rede de atores com os quais a comunidade poderia contar, sendo que cada um deles atuava em uma determinada frente, havendo algumas atividades em comum. Esta rede de atores fez com que outras oportunidades de resistência aparecessem, como a consolidação do plano popular alternativo, que contou com a participação do grupo Comunidades Unidas de Itaquera, com a Assessoria Técnica Peabiru e com o Comitê Popular da Copa de São Paulo.

Além disso, os diálogos para a construção do plano, os debates produzidos pelo Comitê e o processo de resistência, jurídica e política, com o acompanhamento de

advogados populares, do Instituto Pólis, do Comunidades Unidas e do Comitê Popular da Copa nos mais variados espaços, fez com que os moradores, e principalmente as lideranças da comunidade que participaram ativamente neste processo, conhecessem e lidassem com ferramentas e instituições a fim de resistir às dinâmicas urbanas colocadas na cidade.

Pedro conta que outras comunidades, ao ouvirem falar sobre a experiência da comunidade da Paz na mídia, buscaram conhecer e saber mais sobre o caso a partir de conversas com a liderança e com outros moradores.

O morador, que agora está em sua moradia definitiva, conta que já foi em outras comunidades da zona norte da cidade, também ameaçadas de remoção, a convite da própria comunidade ameaçada para relatar a experiência da Vila da Paz, os procedimentos, objetivos, ferramentas, atores e instituições que participaram do processo. Moradores de outras comunidades também já foram até a Vila da Paz para entender mais sobre algumas questões relacionadas à resistência e aos processos de remoções.

Para Pedro o fato de aprender a acessar o judiciário, via Defensoria Pública, ou mesmo via Ministério Público foram questões essenciais e que hoje ele repassa para outros lugares que ele tem visitado.

José conta que a grande exposição na mídia nacional e internacional, incluindo grandes veículos de informação, fez com que o poder público não pudesse agir arbitrariamente em relação à comunidade, pois muitas pessoas já acompanhavam o caso e a relacionavam com a realização da Copa, o que o poder público sempre tentou evitar que ocorresse.

As lideranças também comentam sobre o quanto aprenderam em relação aos direitos que estavam sendo violados e aos caminhos para a busca de informação, que sempre foi dificultado durante todo o processo.

Sobre o plano popular, tanto Pedro, quanto José entendem que foi uma ferramenta importante no processo de luta da comunidade, abrindo portas para um diálogo mais concreto com a prefeitura, e delimitando pontos inegociáveis para o moradores, como o fato de não aceitarem sob nenhuma hipótese o atendimento

habitacional via auxílio aluguel. Além disso, a construção do plano proporcionou o empoderamento da comunidade em relação ao território e à construção de cidades, retomando a história de luta e mobilizando para a resistência.

Em relação ao meio acadêmico, o caso da Vila da Paz já foi discutido enquanto uma experiência de planejamento em contexto de conflito durante um seminário ocorrido no Rio de Janeiro, que aconteceu no final do ano de 2014, chamado 'I Encontro de Experiências de Planejamento Urbano em contexto de conflito', promovido pelo NEPLAC⁸⁴ – Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual, que é composto pelos grupos: Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, pelo Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Grupo de Pesquisa Grandes Projetos Urbanos (GPDU) da Universidade Federal Fluminense, que vem se constituindo como um dos grupos que discute o planejamento em contexto de conflito no Brasil.

Moradores da comunidade colocam o aprendizado que tiveram durante o processo e a possibilidade de repassar este aprendizado para outras comunidades em situações similares, como um dos principais pontos positivos em relação ao processo de remoção, que ainda não foi finalizado. As famílias contam que, mesmo que outras violações voltem a aparecer agora sabem os meios e instrumentos para se defender.

⁸⁴ Para saber mais sobre o grupo acessar www.ettern.ippur.ufrj.br/neplac Acessado em 10/10/2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentadas as experiências levantadas pela pesquisa e os marcos conceituais em que ela se baseou é possível tecer alguns apontamentos sobre a experiência da Vila da Paz e uma leitura enquanto uma experiência de planejamento em contexto de conflito.

No primeiro capítulo foi possível expor a relação entre megaeventos e o capital transnacional, representado tanto através das empresas patrocinadoras, quanto a partir das empresas que planejam e que gerenciam determinado megaevento esportivo, assim como a evolução desta relação com o passar dos anos. Além disso, também observou-se que os megaeventos esportivos apresentam-se enquanto uma ferramenta que radicaliza as práticas neoliberais e empreendedoras de produção da cidade.

Por outro lado, também observou-se a formação de novos atores que reagiram aos impactos da Copa, em seus variados campos. Notou-se que uma das características importantes foi a formação em rede, tanto na escala local, quanto na escala nacional (através da ANCOP, por exemplo) que proporcionou uma visão do quanto a Copa era transversal em relação a tantos impactos, buscando promover uma análise e uma resistência integrada. Dessa maneira, criaram-se espaços onde variados movimentos dialogavam, articulavam e trocavam experiências, o que pode ser considerado como um ponto positivo no contexto de realização da Copa.

Já no segundo capítulo buscou-se apresentar uma breve caracterização da configuração habitacional de São Paulo, apresentando questões relacionadas ao déficit habitacional. Foi possível perceber que uma grande parcela dos domicílios que possuem inadequações habitacionais estão localizados nas regiões periféricas da cidade, que inclui a zona leste, onde está localizada a Vila da Paz.

Neste capítulo também discutiu-se algumas dinâmicas territoriais que incluem a Operação Urbana Consorciada Rio Verde e o atual Plano Diretor Estratégico da cidade, assuntos de incidência direta na questão da comunidade da Paz. A OUC Rio Verde, que prevê a implementação do Parque Linear Rio Verde, é uma lei de 2004. Porém as

discussões sobre o parque e outras atividades começam a ganhar mais destaque apenas quando a Copa da FIFA é transferida para Itaquera.

No terceiro capítulo buscou-se apresentar uma caracterização da Vila da Paz a partir de dados oficiais disponibilizados pelo IBGE, de levantamentos realizados pela prefeitura e levantamento realizado por técnicos da Peabiru e do grupo Comunidades Unidas de Itaquera, que resultou em uma discussão sobre a condição de vulnerabilidade socioeconômica em que se encontram as famílias que vivem na comunidade.

Além disso, descreve-se o histórico da comunidade apresentando diversos episódios que representaram a mobilização da comunidade e suas estratégias de resistência frente à ameaça de remoção.

Um outro destaque nesta discussão é a contradição identificada no novo Plano Diretor Estratégico de São Paulo, que apesar de ter demarcado a área da Vila da Paz como ZEIS – 1, em resposta aos episódios de mobilização e organização da comunidade, também demarca como uma área planejada para implantação de parque.

O capítulo 3 ainda aborda o processo de construção do Plano Popular de Urbanização e o processo de remoção parcial da comunidade que ocorreu em julho de 2015. Alguns apontamentos em relação ao processo de remoção foram apresentados de acordo com entrevistas realizadas junto aos moradores, tanto aqueles que foram realocados, quanto aqueles moradores que continuam na comunidade, onde foi possível perceber indícios de divergências e fragmentação das famílias, que em todo processo apresentaram-se bastante unidas.

Já no quarto capítulo, a partir de um olhar sobre os conflitos observados na experiência da Vila da Paz, foi possível discorrer sobre a experiência da comunidade enquanto um caso de planejamento em contexto de conflito, explorando alguns olhares em relação ao tema e discutindo se esta experiência se encaixa neste conceito.

Além disso, discutiu-se também o 'legado da Vila da Paz', expressão utilizada por um dos financiadores do projeto do Comitê Popular da Copa, que foi usada para se referir à formação de novos atores e redes de resistência, apoio e solidariedade na qual a comunidade estava inserida.

A partir de entrevistas realizadas com as lideranças foi possível constatar também que uma das questões importantes dentro da experiência da Paz foi o fato dos moradores terem aprendido sobre a violação de direitos, assim como acionar instituições de defesa, como a Defensoria Pública e o Ministério Público. Além disso, os moradores também destacaram a importância de se identificar enquanto um sujeito coletivo e de como buscar informações e traçar estratégias de resistência. Em relação a estes aprendizados, as lideranças mostram que buscam repassar suas experiências para outras comunidades.

De acordo com Amore et al. (2014),

“O exemplo da Favela da Paz demonstra como o modelo de desenvolvimento urbano que vige há muitas décadas nas nossas cidades exclui os mais pobres do devido atendimento, desconsidera aquele grupo de famílias, de trabalhadores, como pessoas humanas portadores de direitos. Os megaeventos potencializam esse tratamento. Aliás, os assentamentos precários, na prática sistemática de remoção, de empecilhos a esse modelo de desenvolvimento urbano, convertem-se em áreas favoráveis à expansão do mercado imobiliário, seja criando novos territórios (esvaziados pelas remoções), seja valorizando o entorno, que estaria finalmente “livre das favelas que enfeiam a região” (como se diz no senso comum). Esse modelo, mais que injusto, insustentável, é ilegal e deve ser rebatido de todas as formas.” (AMORE et al., 2014, p. 16)

A partir da apropriação do conflito que estava dado, os moradores se organizaram para resistir frente às tantas tentativas de remoção da comunidade. Este processo teve como consequência a formação de um sujeito coletivo que demonstrava o interesse em incidir no planejamento urbano, principalmente em relação à área em que ocupava, mas que depois se expandiu para a atuação, não apenas na política urbana, mas também no repasse de seus novos conhecimentos para outras comunidades que enfrentavam problemas similares à Vila da Paz.

E ainda que houvessem diversas tentativas do poder público de deslegitimar os parceiros da comunidade, assim como as suas lutas, a Vila da Paz agora se entendia

como um sujeito político ativo, que se colocava enquanto um planejador popular e um transmissor de sua experiência e aprendizado, apresentando então seus instrumentos e meios para a resistência para outras comunidades e grupos ameaçados de remoção.

Mesmo com a realização da remoção parcial, ocorrida em julho de 2015, tal processo se deu conforme as exigências da comunidade, seguindo uma das principais diretrizes do plano popular alternativo, a de que as famílias que precisassem ser removidas, fossem reassentadas já em sua moradia definitiva, em condições iguais ou superiores à antiga residência e no mesmo bairro, o que os moradores da comunidade chamavam de 'chave a chave'. Ou seja, um processo em que os moradores seriam removidos apenas quando sua moradia definitiva estivesse pronta, respeitadas às condições citadas anteriormente.

É importante lembrar que as famílias que não foram removidas nessa primeira fase, incluindo aquelas que não se encaixaram nos critérios do PMCMV, continuam na busca de garantias de um atendimento habitacional digno, apoiados principalmente no fato da prefeitura ter transformado a área em ZEIS – 1 no último plano diretor, o que os moradores entendem como uma das vitórias parciais.

Além disso, durante todo o processo foi possível observar o empoderamento da comunidade, tanto em relação aos direitos que estavam sendo violados, mas também em relação à importância da mobilização da comunidade e como 'se defender' diante das ameaças de remoção. Foi possível notar que, do ponto de vista do empoderamento, as lideranças da comunidade foram maiores beneficiadas, o que pode estar relacionado ao fato de que este grupo de pessoas lidava diretamente com os trâmites burocráticos e processos de formação, ainda que fosse perceptível que as informações eram sempre repassadas à comunidade durante as assembleias de moradores.

A reconstrução da memória de luta da comunidade também foi um ponto decisivo em relação ao seu empoderamento, este processo resultou da construção do plano popular alternativo. Todos esses ganhos são partes do processo do planejamento em contexto do conflito, que busca superar relações e contradições que estão dadas no cotidiano da comunidade.

O reconhecimento por parte das famílias enquanto um sujeito político também faz parte do processo de empoderamento, e se coloca também a partir da pedagogia do confronto de Barbosa (2014), em que, diante de um conflito, se desencadeia um sentimento de 'pertencimento de classe' que possui um valor simbólico importante e que aumenta o entendimento das pessoas em relação à cidadania.

Do ponto de vista do planejamento insurgente de Miraftab (2009), no qual o empoderamento dos atores envolvidos é tão parte do processo, quanto objetivo desejável, é possível avaliar que a comunidade se enquadra na caracterização de uma experiência de planejamento conflitual, mostrando-se ser contra-hegemônico, transgressor e imaginativo, conforme caracterização sugerida pela autora.

Um outro 'legado' da Copa que deve ser considerado e discutido, apesar de não ser o foco deste trabalho, foi a formação de novos atores e a consolidação de uma rede de cooperação e solidariedade que se formou diante da experiência da Vila da Paz, mas também de outras pautas relacionadas aos impactos da Copa, como foi o caso dos ambulantes em São Paulo.

Experiências como a formação do Comitê Popular da Copa de São Paulo e o grupo Comunidades Unidas de Itaquera que foram além de uma pauta específica e discutiam dinâmicas associadas a outras questões, como o direito à cidade, o direito à moradia adequada e impactos dos megaeventos em uma cidade, fortaleceram um olhar integrado sobre as dinâmicas que ocorriam em São Paulo, mostrando que todas as causas versavam sobre uma questão: o avanço da implementação de práticas neoliberais, radicalizada através dos megaeventos esportivos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará. Fundação Heinrich Boll, 2004.

Agamben, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo, Boitempo, 2004.

AMORE, Caio Santo et al. Do entrave ao desenvolvimento a pessoas com direitos: A experiência do Plano Popular Alternativo da Favela da Paz em Itaquera. In: COSTA, Valter de Almeida; SOUZA, Antônio Carlos de. **Pesquisa e ação**: A educação comunitária e a luta pela moradia popular em Itaquera. São Paulo: CRV, 2014. p. 67-88.

BARBOSA, Benedito Roberto. **Protagonismo dos movimentos de moradia no centro de São Paulo**: Trajetórias, lutas e influências nas políticas habitacionais. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC, Santo André, 2014. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmV3NwZ3QyfGd4OjU3MDNmYTk0NDhlMmQyOGI>>. Acesso em: 08 out. 2015.

BRITO, Juliana Gomes Machado. **Copa pra Quem?**: Estado de Exceção e Resistências em torno da Copa do Mundo FIFA 2014. 176 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós - Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FIX, Mariana. **Parceiros de exclusão**: Duas histórias de construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2001. 256 p.

GOHN, Maria da Gloria. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. 157 p.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, n. 39, p.48-64, 1996.

HARVEY, David. O direito à cidade nas manifestações urbanas: entrevista inédita com David Harvey. Blog da Boitempo, 2013. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/08/29/o-direito-a-cidade-nas-manifestacoes-urbanas-entrevista-inedita-com-david-harvey/> Acesso em: 20 jul.2015.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Erminia. [et al.] Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 27-34.

HOGAN, Daniel. Mobilidade Populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, jul./dez. 2005.

HOLSTON, James. Spaces of insurgente citizenship. In: HOLSTON, James (org.). Cities and citizenship. Durhan. Ed.: Duke University Press, 1999.

HOLSTON, James. Insurgent citizenship in an era of global urban peripheries. City & Society, 21(2), (2009) p. 245-267.

HOLSTON, James. Restringindo o acesso à propriedade fundiária. In: HOLSTON, James. Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. Cap. 4. p. 155-196.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009. 318 p.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente. In: JENNINGS, Andrew [et al.]. **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014. p. 33 - 39.

MARANDOLA, E. HOGAN, D. Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. In: População, vulnerabilidade e segregação. Campinas. 2006.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: Arantes, O. et al. A cidade do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, E. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 3ª Edição. ed. São Paulo: Vozes, 2008.

MARICATO, Erminia. A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: JENNINGS, Andrew [et al.]. **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014. p. 17-24.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent Planning: Situating radical planning in the global south. *Planning Theory*, 8, n. 1, 2009. p. 32 – 50. Disponível em <<http://plt.sagepub.com/cgi/content/abstract/8/1/32>>. Acessado em 07/10/2015.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2010: Aglomerados Subnormais – Primeiros Resultados. Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de. Planejamento e conflito: Experiências de planejamento urbano em contexto de conflitos sociais. In: XV ENANPUR, 2013, Recife. In: **Anais XV ENANPUR**. Recife: Anpur, 2013. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4681/4548>>. Acesso em: 06 out. 2015.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. A produção da cidade através do espetáculo esportivo: quando a exceção se torna regra. **E-metropolis**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 13, p.10-19, jun. 2013. Trimestral. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis_n13-3.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2015.

PEABIRU - TCA (São Paulo). **Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz**. São Paulo, 2013. 48 p. Disponível em: <<http://issuu.com/peabirutca/docs/caderno-final-8>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

RANDOLPH, Rainer. A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional. In: X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona. 2008.

ROLNIK, R. (2009). Mega-events and their impact on the right to adequate housing. Nova York: ONU, General Assembly, Human Rights Council, Thirteenth session, Annual report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context, 21p.

ROLNIK, Raquel. Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda. . In: JENNINGS, Andrew [et al.]. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014. p. 65 – 70.

SILVA, Gerardo Alberto. Copa do Mundo de 2014: Considerações sobre a região Sudeste. In: ZIMERMAN, Artur (Org.). Desigualdade Regional e as Políticas Públicas:Copa do Mundo de 2014: Impactos e legado. Santo André: UFABC, 2013. Cap. 5. p. 96-115.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

TRIPP, David. **Pesquisa - Ação: Uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p.443-466, dez. 2005.

VAINER, Carlos Bernardo. Visão do Movimento Social, da Universidade e do Governo Federal sobre a Prevenção e Mediação dos Conflitos Fundiários Urbanos. In: SEMINÁRIO NACIONAL PREVENÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS, 2007, Salvador. **Palestra**. Ministério das Cidades, 2007. p. 1 - 11. Disponível em: <<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/textovainer.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

VAINER, Carlos Bernardo. **As armadilhas dos eventos**. 2011. Entrevista concedida ao jornalista Juca Kfoury. Disponível em:

<<http://www.ettern.ippur.ufrj.br/ultimasnoticias/156/function.mysql-connect>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

VAINER, Carlos Bernardo. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), Rio de Janeiro. Maio, 2011. Disponível em:

<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2874/2811>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

VAINER, Carlos Bernardo. Conflito: a alma de uma cidade. 2011. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/carlos-vainer/>. Acesso em: 20 jul.2015.

VAINER, Carlos Bernardo et al. O plano popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. In: Revista Anais Encontro Nacional da ANPUR, Recife, v. 15, 2013. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4316>>. Acesso em: 08 out. 2015.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 75-103.

VAINER, Carlos Bernardo. 2013. Quando a cidade vai às ruas. In: Cidades Rebeldes. São Paulo. Boitempo. p. 35 – 40.

WHITAKER, S. João. Um teatro milionário. In: JENNINGS, Andrew [et al.]. **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014. p. 7 - 15.

